

## ARQUIVOS DA CUPULA DA TERRA (RIO + 10)

### **RIO+10: BRASIL PODE RECUAR NAS METAS DE ENERGIA**

*Informativo*

*Johannesburgo – África do Sul*

*Agosto de 2002*

O Brasil estava ontem (quarta-feira) perto de jogar a toalha na determinação de excluir grandes hidrelétricas da meta de 10% de energia renovável para todos os países do mundo. Essa meta é a principal proposta nacional na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10) e, para salvá-la, a delegação brasileira partiu para uma espécie de vale-tudo.

“Se não incluirmos as hidrelétricas, fica praticamente impossível falar em meta de energia”, afirmou o ministro do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, ao admitir o recuo brasileiro. O secretário de Estado do Meio Ambiente de São Paulo, José Goldemberg, concorda, mas com ressalvas.

Principal autor da proposta, ele defende que, caso as grandes hidrelétricas sejam incluídas, o texto final determine que isso só valerá para as que seguirem diretrizes ambientais internacionais.

A inclusão das hidrelétricas foi uma proposta capitaneada pela União Européia, com apoio da Rússia, China e Índia, além de países da África. O Brasil rejeitava a inclusão, sob o argumento de que, apesar de não produzirem CO<sub>2</sub>, elas destroem ou danificam os ecossistemas com inundações.

Além de negociar as hidrelétricas, o Brasil tenta também vencer as fortes resistências dos árabes produtores de petróleo à meta de 10%. O problema, portanto, deixa de ser do próprio G-77, Que reúne nações em desenvolvimento, como o Brasil e os árabes.

“Estamos no fio da navalha”, disse Carvalho, depois da reunião sobre energia em que muitos países radicalizaram posições. Ele conta, agora, com o apoio da Venezuela para a cota, apesar desse país também produzir petróleo, como os árabes.

Para Carvalho, os árabes só estão preocupados com o próprio bolso: “A meta significa menos mercado de petróleo para eles, que estão colocando a lógica mercadológica acima da questão ambiental”. O ministro do Itamaraty Everton Vargas, que participa ativamente das negociações, conversou com um delegado da Arábia Saudita, Khaled Abuleif, e não saiu animado: “Eles estão com instruções extremamente rígidas do governo”.

Para Goldemberg, o Brasil deve deixar a decisão final para os chefes de Estado, na próxima semana: “Minha impressão é de que estamos no começo do processo”.

A estratégia de negociação se transformou numa barganha: o Brasil passou a jogar duro contra a proposta sobre biodiversidade atualmente na mesa, de fixar uma meta de redução de perdas de espécies até 2010. Ela foi apresentada pela União Européia.

Como a UE lidera o movimento a favor dessa proposta, o Brasil tenta dizer implicitamente o seguinte: ou temos apoio na negociação da meta de energia, ou seremos um empecilho poderoso contra a biodiversidade.

### **Repartição de benefícios**

Outra barganha brasileira se dá entre as metas de biodiversidade e confirmação do princípio da “repartição de benefícios”, pelo qual países e comunidades locais têm direito a parte do lucro de empresas que desenvolvam produtos a partir de materiais genéticos colhidos em seus territórios.

“Como você vai se comprometer com metas sem a repartição de benefícios?”, provocou o ministro do Meio Ambiente.

Ele também acusou os países ricos de fazerem “ouvido de mercador” para a proteção de conhecimentos tradicionais, que interessa sobretudo ao Brasil, porque significa uma espécie de direito de propriedade intelectual, ou de patentes, para sabedorias ancestrais. A patente é um direito individual, e o de conhecimentos tradicionais, coletivo.

O principal objetivo da delegação brasileira, agora, é conseguir consenso no G-77, que reúne 130 países e está muito rachado, para depois negociar com mais força com os países desenvolvidos.

É por isso que os líderes da delegação brasileira vêm tendo reuniões com os de México, Venezuela, Equador, República Dominicana e outros. O pretexto é preparar a reunião de países com megadiversidade do presidente Fernando Henrique Cardoso com os chefes de estado, em Johannesburgo, como parte da Rio+10.

Os brasileiros distinguem a radicalização dos Estado Unidos e da União Européia em relação à meta de energia, por exemplo. Os norte-americanos rejeitam as metas, por princípio. Eles são considerados “juridicistas”, como diz o embaixador Gelson Fonseca, e por isso rejeitam metas que depois possam ser objeto de questionamento jurídico internacional.

Já a União Européia tem uma posição mais pragmática e pontual, contra cláusulas e itens específicos, como o da inclusão das hidrelétricas na meta de 10% de energia renovável.

O Reino Unido é tido como o grande aliado do Brasil. Seu vice premiê, John Prescott, deveria ter um encontro com a cúpula da delegação brasileira à Rio+10 entre quarta e quinta-feira, para um balanço da conferência até aqui.

Fonte: Folha de São Paulo  
Claudio Angelo/Eliane Cantanhêde

## **RIO+10: ALEMANHA ADIA PROJETO COM BRASIL**

*Informativo*

*Johannesburgo – África do Sul*

*Agosto de 2002*

O Itamaraty confirmou ontem (quarta-feira), por meio do ministro Everton Vargas, da Divisão de Meio Ambiente, que a Alemanha desistiu de assinar o projeto de fabricação de carros a álcool no Brasil na próxima semana, durante a realização da Rio+10.

Vargas disse que o encontro entre o presidente Fernando Henrique Cardoso e o chanceler (premiê) alemão Gerhard Schröder está mantido, mas eles não deverão assinar documento algum.

A assinatura do projeto Brasil-Alemanha na Rio+10 havia sido anunciada semana passada em Brasília pelos ministros Celso Lafer e Sergio Amaral.

Os termos do acordo, porém, ainda não foram aprovados pelo Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Kyoto. O MDL permite que uma nação rica financie projetos de energia renovável num país pobre e, assim, ganhe um "desconto" em sua redução de emissões de carbono.

Fonte: Folha de São Paulo  
Claudio Angelo/Eliane Cantanhêde

## **RIO+10: CÚPULA RENOVA PROMESSA A PAÍSES POBRES**

*Informativo*

*Johannesburgo – África do Sul*

*Agosto de 2002*

As negociações da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10) avançaram mais ontem (quinta-feira), com um acordo sobre uma das partes mais polêmicas do plano de ação da conferência: a confirmação de 0,7% do PIB dos países ricos para ajudar ao desenvolvimento dos pobres.

O acordo foi alcançado pelos diplomatas reunidos em Johannesburgo no momento em que se aproxima a chegada dos chefes de Estado para a cúpula, na próxima Segunda-feira. Estão confirmados 104, e Fernando Henrique Cardoso chega no Domingo.

Alguns países já sabem o que fazer com o dinheiro. O grupo dos megadiversos (detentores da maioria da biodiversidade planetária), ao qual pertence o Brasil, anuncia no dia 3 a criação de um fundo para diversidade biológica.

O fundo, de US\$ 1,5 milhão, é quase simbólico. Servirá como uma cota aberta para o posterior depósito dos países ricos. Se quiserem ver cumpridas metas de redução no número de espécies extintas, precisarão pagar.

Para Jan Pronk, enviado especial para a Rio+10 do secretário-geral da ONU, Kofi Annan, os avanços são significativos. "Eu saí de Bali [onde foi realizada a última reunião preparatória para a cúpula] pessimista. Mas, desde então, muito foi alcançado", afirmou em entrevista coletiva.

Também foi obtido consenso em torno de dois princípios: o da precaução – segundo o qual a falta de certeza científica sobre um potencial dano ambiental não deve justificar a falta de ação para evitá-lo – e o das responsabilidades comuns, mas diferenciadas ao qual os Estados Unidos se opunham e que era considerado questão de honra pelo Brasil.

O avanço, na verdade, foi um retrocesso evitado. Afinal, todos os três itens já haviam sido acordados uma década atrás no Rio de Janeiro, durante a Eco-92. Desde então eles têm sido ameaçados de sumir do texto final da Rio+10, por pressão dos países ricos.

A meta de 0,7% para ajuda oficial ao desenvolvimento (ODA, na sigla em inglês) foi considerada uma das grandes vitórias do mundo subdesenvolvido na cúpula do Rio. Quando a meta foi fixada, a ajuda era de 0,36% do PIB dos países ricos. Hoje, em vez de aumentar, ela caiu para 0,22%, ou US 54 bilhões.

Países como os EUA e o Japão insistem que a meta é impossível de ser cumprida. Daí o consenso Ter sido interpretado como frágil pelos ambientalistas.

O texto aprovado em Johannesburgo é mais ameno do que desejariam os países subdesenvolvidos. Ele propõe: "Exortar os países ricos que ainda não o fizeram a fazer esforços concretos rumo à meta de 0,7% do PIB como ajuda oficial ao desenvolvimento".

### **Pontos de honra**

No entanto, para o ministro brasileiro do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, o acerto é uma vitória. A meta de ODA, assim como o princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, eram

pontos de honra para o Brasil, que veio a Johannesburgo determinado a não negociar o que havia sido acertado no Rio.

“Estamos aqui em busca de um caminho. Esse é um caminho. Se todos vão seguir, ou não, só o julgamento da opinião pública vai decidir”, afirmou o ministro.

O texto aprovado seria referendado pelo ministros. “Estamos com 88% do plano de ação acordado”, disse Carvalho.

Os 12% restantes, no enato, são questões cruciais. A redução dos subsídios à agricultura dos países ricos (estimados em US\$ 300 bilhões anuais), por exemplo, continua em aberto.

Também ficou por ser negociada, na manhã de hoje, a meta mundial de 10% de energias renováveis, que foi proposta pelo Brasil (e sofre oposição dos países árabes, produtores de petróleo). Ele recebeu ontem apoio do México e da Noruega.

SE os compromissos multilaterais ainda precisam andar em Johannesburgo, as parcerias voluntárias – em linguagem diplomática, iniciativas tipo 2 – deslancharam. Os Estados Unidos, por exemplo, anunciaram a destinação de US\$ 53 milhões para a proteção das florestas d bacia do Congo e US\$ 90 milhões para combater a fome na África.

Esse tipo de iniciativa é considerado uma foram de fugir das metas e datas de implementação, algo que a maior economia do mundo rejeita. O Brasil o chama, ironicamente, de “filantropia”.

Os EUA alegam razões econômicas para não querer fixar alvos em Johannesburgo. Mas, para o economista americano Jeffrey Sachs, da Universidade Columbia, a desculpa não cola. “Quando os EUA estão bem, dão pouco dinheiro. Quando estão em recessão, dão pouco dinheiro. Quando as bolsas sobem, dão pouco dinheiro. Quando as bolsas caem, dão pouco dinheiro.”

## **RIO+10: FHC PODE GANHAR CARGO NA ONU**

*Informativo*

*Johannesburgo – África do Sul*

*Agosto de 2002*

O presidente Fernando Henrique Cardoso pode deixar o Planalto para concorrer a um emprego nas Nações Unidas. Seu nome tem sido apontado para a liderança de uma futura comissão da ONU encarregada de rever o conceito de desenvolvimento.

Seria a Segunda iniciativa do tipo por parte das Nações Unidas. A primeira, no final dos anos 80, foi chefiada pela norueguesa Gro Harlem Brundtland e deu origem ao célebre relatório "Nosso Futuro Comum", que lançou popular conceito de desenvolvimento sustentável.

O relatório da chamada comissão Brundtland, lançado em 1987, concluiu que o modelo atual de desenvolvimento do planeta era suicida e faria a Terra mergulhar num colapso ambiental em questão de pouco tempo. Para resolver a situação, foi organizada a Eco-92, no Rio de Janeiro.

A nova comissão, que alguns já chama de Comissão Cardoso, se realmente vier a ser criada terá encargo para as arestas deixadas pela Brundtland.

"Dez anos depois, percebemos que o buraco é mais embaixo", disse à Folha Roberto Guimarães, da Cepal (Comissão Econômica para América Latina e Caribe).

Para Guimarães, o diagnóstico da primeira comissão é válido, mas "o que leva à decisão política está equivocado".



Para FHC, a eventual vaga nas Nações Unidas pode significar a passagem do mandato de governante para o de estadista, numa área que faltam lideranças mundiais – a o desenvolvimento sustentável. Daí se origina o papel de destaque que o Brasil vem tendo na Rio+10, em Johannesburgo, último grande encontro internacional d qual FHC participa antes de deixar a Presidência.

“Ele publicamente disse que ria assumir esse papel, durante uma reunião em janeiro, em Brasília”, afirmou Guimarães.

Para as ONGs, a idéia de uma “Comissão Brundtland 2” pode ser um sinal de que a ONU não está muito confiante na capacidade da Rio+10 de pôr em prática todos os compromissos rumo à sustentabilidade adotados no Rio de Janeiro dez anos atrás.

“Para que fazer uma outra comissão, se essa reunião der certo?”, questiona Rubens Born, do Instituto Vitae Civilis.

Fonte: Folha de São Paulo  
Eliane Cantanhêde/Claudio Angelo

## **RIO+10: KYOTO ALIA GREENPEACE E INDÚSTRIA**

*Informativo*

*Johannesburgo – África do Sul*

*Agosto de 2002*

A recusa dos EUA em ratificar o Protocolo de Kyoto ajudou a construir um marco no ambientalismo: uniu, pela primeira vez, o Greenpeace e a ONG empresarial Conselho Empresarial Mundial

para o Desenvolvimento Sustentável. Inimigos de longa data, fizeram em Johannesburgo um apelo para que os líderes mundiais reunidos na Rio+10 ponham o acordo contra os gases-estufa em prática.

“Este é um momento histórico”, disse para um auditório lotado o anfitrião da cerimônia, o diretor-geral da IUCN (União Internacional para Conservação da Natureza), Achim Steiner.

O Greenpeace e o WBCSD, como é conhecido o conselho, estão em pé de guerra desde a Eco-92. Durante a conferência do Rio de Janeiro, a ONG cunhou a expressão “greenwash” (algo como fachada ambiental para esconder práticas contra o ambiente) num relatório que denunciava várias empresas ligadas ao WBCSD.

Durante as negociações do acordo de Kyoto – que ameaçaram naufragar depois que o presidente George W. Bush tirou o maior emissor mundial de gases-estufa da mesa -, os adversários viraram irmãos em armas. Para o Greenpeace, estava em jogo o futuro do planeta. Para o “greenwash”, o fracasso de Kyoto significa perdas futuras nos negócios.

“Continuamos e continuaremos discordando. Algumas vezes ele vão chama a polícia. Mas precisamos encontrar em denominador comum”, disse Rémi Parmentier, do Greenpeace.

O presidente do WBCSD, Bjorn Stigson, se apressou em esclarecer: “Isso não é uma fusão”.

Mesmo assim, ambos pediram em jogral aos governos (arrancando gargalhadas na platéia) “que sejam responsáveis e lidem com o problema da mudança climática dentro de Kyoto”.

O ato, fora do centro de convenções onde acontecem os encontros oficiais, serviu também para lembrar que o acordo internacional contra o efeito estufa deveria entrar em vigor durante a cúpula de Johannesburgo, o que não acontecerá.

## **RIO+10: O BRASILEIRO QUE PRESERVA O VERDE TROCANDO O IDEALISMO PELO LUCRO**

*Informativo*

*Johannesburgo – África do Sul*

*Agosto de 2002*

John Forgách é um brasileiro improvável, a começar pelo nome, mistura de um austro-húngaro nobre e um inglês plebeu que nada revela sobre sua verdadeira origem: ele é curitibano. O que o torna mais improvável, porém, é a surpreendente guinada que deu em sua vida.

Ex-magnata do petróleo, uma atividade agressiva ao ambiente, Forgách abandonou o mundo das grandes fortunas para se dedicar a investimentos ecologicamente corretos.

Continua sendo o lucro, porém, e não o bom-mocismo, o norte de sua vida profissional e a garantia da defesa da natureza – as duas coisas, para ele, não podem mais ser dissociadas. Talvez com outras palavras, é isso o que Forgách se prepara para falar na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10), que está sendo realizada em Johannesburgo, na África do Sul. Forgách é convidado das Nações Unidas para participar da plenária regional prevista para 29 de agosto, sobre inovações no financiamento do desenvolvimento sustentável.

Seu relato estará amparado em sua própria vivência. Apesar de herdeiro de uma das famílias mais antigas e influentes do império austro-húngaro – seu bisavô rascunhou o ultimato que a Áustria apresentou à Sérvia após o assassinato do arquiduque Franz Ferdinand, em Sarajevo, em 1914, que

provocou a primeira Guerra Mundial -, Forgách é do tipo que pode começar debaixo de um mosquito e remora para o trabalho em uma canoa precária, em algum rio da Amazônia.

A virada de Forgách se deu em 1995, aos 47 anos, quando doou parte de sua fortuna ao mais sofisticado criatório de araras brasileiras do mundo, a Verein Hyacinthinos, da Suíça. Seu objetivo? Aumentar a oferta do animal a ponto de desestimular a apreensão dessas aves selvagens em florestas brasileiras.

A arma capitalista – que, como ex-vice-presidente de investimentos do Chase Manhattan, ele domina – foi usada com êxito para defender a natureza. Forgách, porém, se apressa em rejeitar qualquer rótulo. “Ninguém aqui é ambientalista”, diz ele no escritório de sua empresa de investimentos, a A2R Fundos Ambientais, instalada em um recém-inaugurado prédio de arquitetura neoclássica, em uma área nobre de São Paulo.

Aos 54 anos (que completará três dias depois de sua participação na Rio+10), Forgách se especializou num segmento estreito de mercado. Ele investe em pequenas empresas familiares, endividadas, sem recursos e sem tecnologia, e muitas vezes em situação irregular, até dependentes de trabalho infantil.

Seu mais recente interesse, resultado de uma expedição na Amazônia, é a empresa Muaná, na ilha de Marajó (PA). Forgách gostou do fato de a empresa explorar um produto quase ausente das mesas do primeiro mundo: o palmito. No caso, palmito de açaí.

Convencido de que se tratava de um bom investimento, remodelou a empresa, projetando um retorno de 20% do capital aplicado a partir do décimo ano de operação. Ele está certo de que não terá dificuldade em encontrar, no futuro, um comprador entre as maiores multinacionais do mundo.

Compara, modernizar, vender. É assim que Forgách aumenta o capital que a A2R administra desde sua criação, em 2000. Fundada em associação com o banco Axial, que já fechou as portas, a

empresa é um novo tipo de fundo de investimento, que levanta capital junto a instituições como o Banco Mundial ou o governo suíço e aplica na modernização de empresas ligadas ao ambiente.

A A2R tem US\$ 10 milhões investidos em empresas de alimentos orgânicos, setor que gira anualmente cerca de US\$ 20 bilhões no mundo. A expectativa é multiplicar o capital por quatro até 2004.

Entre os projetos que Forgách administra há hotéis-fazendas no Peru, uma fazenda de produtos orgânicos em Morungaba (SP), um projeto de manejo florestas em Itaquiara (AM) e uma "fábrica" de carvão ativado, no Tocantins, que utiliza o coco de babaçu como matéria-prima.

Há ainda projetos de reflorestamento em diversos países da Ásia, da África e da própria América Latina. Forgách, no entanto, quer concentrar seus esforços no Brasil.

Nos Estados Unidos, ele é reconhecido como um desbravador. "Não há nada parecido por aqui", disse o jornal "The New York Times" um dos seus concorrentes, Tammy Newmark, da empresa Nature Conservancy (com um décimo do capital da A2R). "Comparado conosco, Forgách é o menino grande do bairro."

Bryan Husted, professor de administração do Instituto Tecnológico de Estudos Avançados, em Monterrey, no México, o chama de um "Indiana Jones dos investimentos".

Ambos apostam no êxito da idéia principal de Forgách. "O uso de capital de risco em negócios ecologicamente corretos está crescendo depressa", diz Newmark.

A preocupação com o ambiente é apenas parte da história. A outra parte é a tentativa de ser socialmente correto. No Brasil, diz Forgách, isso significa fazer um pouco o trabalho do Estado. Pensando assim, ele construiu escolas na ilha de Marajó e dou a embarcação que transporta os alunos.

Robin Hood? Não. "Se você quiser reduzir os riscos para os investidores tem de reduzir a pobreza, o que se faz com a educação e aumento da riqueza local", afirma.

Sem educação apropriada é difícil a manutenção de um arquivo eletrônico atualizado sobre as andanças dos coletores de açai – os fornecedores da empresa. E, esse acompanhamento, é impossível saber se há desvio nas diretrizes conservacionistas que norteiam o negócio. A coleta do palmito deve ser feita em rodízio, sem destruição da árvore, para garantir a produção auto-sustentada.

Embora os investidores ainda não tenham terminado, a Muaná já tem atualmente o perfil que Forgách esperava dela. Do ponto de vista econômico, está

reestruturada. Tornou-se a segunda maior produtora de palmito do país e exporta para a Europa.

Por conta de iniciativas como essa, Forgách tem recebido prêmios de respeitadas organizações ambientalistas mundiais. O mais recente foi o Green Globe, da Rainforest Alliance, no ano passado.

Casada em 1992 pela segunda vez, ele diz que sua mulher, Elisabeth, deveria se sentir traída. “Ela se casou com um homem que não é mais o mesmo. Eu ganhei muito dinheiro muito cedo e, depois de algum tempo, tinha tudo o que se pode desejar. Quando voltei para o Brasil, não tinha nada. Andava de táxi.”

Ter estado em pólos opostos do capitalismo ajudou a desenvolver sua visão crítica. “O atual sistema econômico está condenado”, afirma. Ele acredita que vem por aí uma nova consciência e que a biodiversidade será a sucessora da internet no posto de motor do desenvolvimento econômico mundial.

“As grandes empresas já estão convencidas de que é preciso explorar o ambiente sem depredação”, diz o investidor, tentando explicar que não faz o que faz por ser um ambientalista visionário. Ou, que seria pior, um ex-milionário tentando salvar o planeta.

Sua pretensão é ser capitalista sem ser irracional, como diz. “Veja o Brasil: as empresas que dão emprego aqui são as pequenas e médias. O que estamos fazendo é dar capilaridade a esse sistema. O que importa é que sou capitalista e faço o dinheiro funcionar.”

Nem todos concordam com o seu entusiasmo em relação aos “investimento verdes”. Eu não diria que é uma boa solução”, diz Adriano Henrique Biava, professor de economia da Universidade de São Paulo. “É uma alternativa rumo à solução”, diz ele. “O que há é uma preocupação das empresas com sua imagem, em termos de marketing ambiental, e não uma modificação de seus processos produtivos.” Como negócio, Biava é mais condescende com A2R “A existência desses fundos é promissora, embora eles ainda sejam marginais e não tenham expressão diante da massa de recursos que circula na economia mundial”.

Eduardo Martins, ex-presidente do Ibama e atual dono da Elabore, empresa de consultoria ambiental sediada em Brasília, dá crédito a Forgách: “Ele foi o primeiro a demonstra que não há contradição entre a mentalidade financeira de lucro e o cuidado com o ambiente.”

Fonte: Folha de São Paulo  
Flávio Dieguez

## **RIO+10: ONGS ACAMPAM NA SAVANA AFRICANA**

*Informativo*

*Johannesburgo – África do Sul*

*Agosto de 2002*

### **Volta à natureza**

O futuro da Rio+10 ainda é incerto, mas para um grupo de 190 pessoas a cúpula de Johannesburgo já deu zebra. Literalmente. Por falta de acomodação na cidade e nos arredores, eles estão acampados no meio da savana, numa reserva biológica.

Um acampamento de primeiro mundo, é verdade. Montado por uma empresa especializada na reserva do Berço da Humanidade, a 45 minutos de Johannesburgo (com

trânsito leve), ele tem refeitório com aquecedor, garçons para servir o café da manhã e tendas com tapetes e almofadas para um cochilo ou uma conversa após o jantar.

O grande sucesso do local fica por conta das zebras e de outros animais selvagens que moram no local, como gnus e antílopes.

“Nós quase trombamos em girafas no caminho para o acampamento”, diz o biólogo Paulo Moutinho, do Ipan (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia) , um dos dez brasileiros acampados na reserva.

Para ele, passar as noites da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável no Berço da Humanidade é um privilégio. Aliás, um duplo privilégio. O local tem esse nome por abrigar as cavernas de Sterkfontein. Nelas foram descobertos alguns dos fósseis de homínídeos mais antigos do mundo.

Os dois únicos problemas são o frio de até  $-2^{\circ}\text{C}$  à noite e a demora para chegar ao Sandton Centre, onde acontece a Rio+10. O último ônibus parte às 8h e, com o trânsito de Johannesburgo, frequentemente leva duas horas até Sandton, atrasando os delegados.

Fonte: Folha de São Paulo  
Claudio Angelo/Eliane Cantanhêde

## **RIO+10: ONGs VÊM RISCO DE RETROCESSO NA REUNIÃO**

*Informativo*

*Johannesburgo – África do Sul*



*Agosto de 2002*

Organizações não-governamentais criticaram a falta de progresso nas negociações da Rio+10. Para as ONGs, o plano de ação da conferência corre o risco de ser, no mínimo, ineficaz.

A Coalizão Eco-Equity, formada por Oxfam, Amigos da Terra, Greenpeace e WWF, entre outras, divulgou carta na qual diz que o texto aprovado pelos diplomatas sobre os meios de implementação da Agenda 21 se tornou ineficaz para os propósitos desta cúpula.

O texto aprovado, segundo o grupo, submete desenvolvimento e a ambiente às regras da OMC (Organização Mundial do Comércio).

“A conferência chegou a um ponto inflexível”, disse à Folha Rémi Parmentier, diretor de política do Greenpeace. “Estamos revoltados com o texto de meios de implementação.”

Entre os tópicos que irritaram as ONGs está um artigo que afirma: “Ações unilaterais para lidar com desafios ambientais fora da jurisdição do país importador deveriam ser evitadas. Medidas ambientais referentes a problemas ambientais transfronteiriços ou globais deveriam, tanto quanto possível, ser baseadas em consenso internacional”.

“Isso abre um precedente para a entrada de transgênicos na Europa, na África ou no Brasil”, afirmou Parmentier.

Segundo o WWF (Fundo Mundial para a Natureza), a primeira semana de negociações, entre outros diplomatas, só conseguiu acordo final em duas áreas: ambiente marinho e manejo de produtos químicos perigosos.

“Até agora, as negociações ficaram muito aquém dos compromissos que garantiriam um futuro sustentável para o planeta”, afirmou Claude Martin, diretor do WWF. “mas estamos confiantes em que os ministros reverterão as tendências aqui.”

Entre os pontos ainda pendentes, na opinião da ONGs, os principais são a questão dos subsídios, as metas para água e biodiversidade e energia.

“Os 10% de renováveis proposto pelo Brasil são o limite mínimo necessário”, disse Parmentier, do Greenpeace.

Apesar das divergências públicas, as ONGs brasileiras e a delegação oficial interagem o tempo todo nos bastidores. E, mesmo com diferenças em relação a vários outros aspectos, elas contam com a presença do presidente Fernando Henrique Cardoso, que chega amanhã às 10h30, como uma liderança capaz de fazer a conferência andar.

Fonte: Folha de São Paulo/France Presse  
Eliane Cantanhêde/Claudio Angelo

## **RIO+10: PREMIAÇÃO DO PNUD GANHA TONS POLÍTICOS**

*Informativo*

*Johannesburgo – África do Sul*

*Agosto de 2002*

Uma premiação do Pnud (programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) a iniciativas de sucesso em sustentabilidade de comunidades do mundo inteiro acabou se transformando em mais uma crítica à política ambiental do governo Bush.

A Iniciativa Equatorial, projeto do Pnud apoiado pela IUCN (União Internacional para Conservação da Natureza), pela empresa brasileira BrasilConnects e pelo governo do Canadá, concedeu US\$ 30 mil para cinco iniciativas na África, Ásia, América Central, América do Sul e Oceania.

Durante a cerimônia de premiação, o idealizador do projeto, Timothy Wirth, presidente da Fundação das Nações Unidas, aproveitou para alfinetar a atual administração americana.

“parcerias são necessárias. E eu peço ajuda de vocês para levar esse espírito ao governo dos EUA.”

Sob aplausos de uns e desconforto de outros – especialmente dos canadenses presentes, cujo país é aliado dos EUA na questão ambiental -, Wirth continuou fazendo referência ao vídeo que mostrava as iniciativas premiadas: “Há uma sala de projeções na Casa Branca. Poderíamos levar esse vídeo para ser exibido lá”.

O prêmio do Pnud selecionou ações de 27 comunidades do mundo inteiro, quatro no Brasil.

O projeto brasileiro premiado foi a Avive, associação da cidade de Silves (AM), cujo o trabalho é de desenvolver técnicas de extração sustentável do pau-rosa, árvore amazônica ameaçada.

No final da cerimônia, a ONG americana TNC (The Nature Conservancy) anunciou que estenderia o prêmio de US\$ 30 mil a todos os projetos indicados.

## **RIO+10: QUEM DESTRÓI, QUEM CONSTRÓI**

*Informativo*

*Johannesburgo – África do Sul*

*Agosto de 2002*

Meta de energia renovável é para todo mundo, porque todos os países consomem energia. Meta de conservação e de recuperação de ecossistemas vale mais para quem tem florestas, rios, uma natureza pujante.

Eis a chave da queda-de-braço entre Brasil, liderando o grupo G-77, dos pobres, e a União Européia e os EUA, capitaneando o G-7, dos ricos.

O Brasil é autor na Rio+10 da proposta de uma meta de 10% de energia renovável para todos os países. Isso atinge em cheio os industrializados, que usam mais caros e produzem mais poluição no planeta. O odeiam metas.

Já a UE apresentou uma meta de biodiversidade até 2010, e aí o Brasil e os demais países megadiversos (que têm maior quantidade de espécies) não gostaram. Por quê? Porque são atuais destruidores de florestas, animais, rios. Os desenvolvidos já destruíram tudo. Agora é a nossa vez.

Os dois grupos se empurram metas para o futuro e acusações sobre o presente e o passado. O Brasil joga na cara dos EUA que eles são culpados por um quarto da poluição que mata o ar do planeta. Os EUA respondem que a Amazônia e Mato Grosso estão ardendo – e não ficam no Texas nem em Iowa.

O mundo agradece, porque da disputa pode sair o seguinte meio-termo até que a Rio+20 (daqui a dez anos) possa avançar mais:

1. o Brasil aceita a exigência da UE de incluir as hidrelétricas para efeito dos 10% renováveis, mas criando barreiras. Exemplo: a de Balbina, no próprio Brasil, ficaria de fora. Inundou muito e gera pouca energia.
2. Depois de fazer essa concessão e de driblar os árabes (que rejeitam metas por causa dos cifrões do petróleo, símbolo do não-renovável), o Brasil poderá aceitar metas de biodiversidade. Mas abrandada. Argumenta que faz o máximo. Mais fica difícil.

Se você chegou até aqui sem me xingar por não escrever sobre a reviravolta das pesquisas, pense grande: o que está em jogo em Johannesburgo não é só o futuro do Brasil, e sim o futuro do planeta. Do Brasil, inclusive.

Fonte: Folha de São Paulo  
Eliane Cantanhêde

## **RIO+10: RIQUEZA E BIODIVERSIDADE PARA AS CRIANÇAS ENTENDEREM**

*Informativo*

*Johannesburgo – África do Sul*

*Agosto de 2002*

Há várias discussões em jogo na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+10, que ocorre até o dia 4 de setembro em Johannesburgo, na África do Sul. O evento reúne representantes de dezenas de países, que pensam numa forma de salvar o futuro do planeta Terra.

Uma negociação é o dinheiro que os países ricos devem dar para ajudar o desenvolvimento dos pobres. Isso porque, para haver equilíbrio na natureza, o desenvolvimento da Terra precisa ser globalizado.

Os representantes dos países falam que 0,7% do PIB (Produto Interno Bruto, que é a soma das riquezas produzidas por um país) dos países desenvolvidos aos mais pobres.

Ninguém sabe ainda se a promessa será cumprida, mas há países que já planejam o que fazer com o dinheiro. A criação de um fundo para a diversidade biológica é um exemplo. O objetivo do fundo seria reduzir o número de espécies em extinção, entre outros.

### **Crianças dão o recado**

Jovens e crianças de 52 países, liderados pela organização Young General Assembly, escreveram uma carta aos líderes da Rio+10. "Vocês [adultos] têm tentado várias soluções para construir um futuro radiante. Mas há algo que vocês não tentaram: a participação das crianças", diz um trecho do documento.

Fonte: Folha de São Paulo

## **RIO+10: SURGE UM ACORDO PARA COMÉRCIO E AMBIENTE**

*Informativo*

*Johannesburgo – África do Sul*

*Agosto de 2002*

A Comissão de Meios e Implementação conseguiu flexibilizar o texto sobre finanças e comércio em debate na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10). Originalmente considerado um "non-paper" (documento extra-oficial), ele já está na sua Quarta versão e prevê "complementariedade" entre interesses comerciais e ambientais.

A nova versão, concluída às 3 horas da madrugada de ontem (22 h da terça-feira em Brasília), indica um recuo dos EUA na questão crucial da subordinação de temas multilaterais mundial ao crivo da OMC (Organização Mundial do Comércio).

Pelo texto original, atribuído informalmente aos EUA e à União Européia, essa subordinação era explícita, o que significava permitir que juízes da OMC analisassem acordos ambientais à luz de sua cultura e de suas preocupações centrais com o comércio.

O texto que circulava entre as delegações, mais flexível, trocava subordinação de um a outro por "complementariedade" entre o sistema internacional de comércio e os acordos multilaterais na área ambiental.

A mudança foi considerada um avanço, mas nem o governo brasileiro nem as ONGs estão satisfeitos e mantêm a pressão para inverter a proposta original. Em vez de submeter os acordos ambientais às leis de mercado, os acordos comerciais é que deveriam se submeter aos interesses ambientais.

Os diplomatas brasileiros disseram que houve avanço, mas admitiram que as negociações estão longe de terminar. Continua em aberto, também, a forma final sobre subsídios nos países ricos e sobre barreiras tarifárias e não-tarifárias a produtos de países em desenvolvimento.

Marcelo Furtado, do Greenpeace, suspeita que o "non-paper" tenha sido colocado pelos EUA e pela União Européia como "um bode na sala": "Houve avanços, sim. Mas, comparando com o texto original discutido em Bali, ainda estamos no prejuízo", disse.

Fonte: Folha de São Paulo  
Claudio Angelo/Eliane Cantanhêde

## **RIO+10: UNIÃO EUROPÉIA AGORA ATRASA NEGOCIAÇÃO**

*Informativo*

*Johannesburgo – África do Sul*

*Agosto de 2002*

A União Européia radicalizou suas posições, ameaçando abandonar as comissões técnicas e jogar as negociações diretamente para o nível ministerial, no quinto dia da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10). A UE passou a ser considerada pelo Brasil, em alguns casos, um adversário maior do que os Estados Unidos.

O principal ponto da discórdia é a exigência dos europeus de ampliar o princípio de precaução, que permite não aceitar produtos de outros países sem a garantia prévia de que não apresentam riscos aos consumidores. O Brasil, entre outros, teme que isso sirva de pretexto para novas barreiras não-tarifárias a produtos de países subdesenvolvidos.

O ministro Celso Lafer (Itamaraty), que chegou ontem (quinta-feira) a Johannesburgo, disse que essa posição da UE "inspira preocupação, pois pode dar margem a medidas protecionistas". Os países ricos vêm sendo criticados por criarem subsídios internos e barreiras externas, favorecendo seus próprios produtos e prejudicando os dos parceiros comerciais.



O ministro citou um exemplo concreto: ao rejeitar a carne brasileira no ano passado, o Canadá argumentou que havia a epidemia da "vaca louca" no Reino Unido e reivindicou o princípio da precaução contra o Brasil.

"Foi uma aplicação injustificada, arbitrária", disse Lafer, que ontem mesmo ouviu relatos dos diplomatas brasileiros que participam das negociações e expressou a discordância do Brasil em relação à posição europeia.

### **Sem consenso**

A discussão sobre precaução durou cerca de cinco horas e varou a madrugada, encerrando-se apenas às 3h de ontem. A UE chegou a ameaçar "um locaute", nas palavras de um diplomata, retirando-se das negociações e delegando o processo para um nível superior, dos ministros do Ambiente dos países.

A ministra da Venezuela, Ana Elisa Osório, foi quem melhor manifestou a indignação dos países do G-77, que reúne os pobres ou em desenvolvimento, como o Brasil. Conforme a Folha apurou, ela foi dura: "Nós, ministros, não viemos para cá escrever textos!"

Segundo o embaixador brasileiro na ONU, Gelson Fonseca, os países europeus também apresentaram uma lista de 14 itens sem consenso, que, para ele, "representam praticamente toda a conferência".

Desses, a EU está radicalizando principalmente em três: além do princípio da precaução, também na questão dos subsídios agrícolas e na exigência de inclusão de grandes hidrelétricas para efeito da contabilização da meta – proposta pelo Brasil – de 10% de energia renovável em cada país.

“De certa maneira, os europeus estão sendo mais radicais do que os EUA”, disse Fonseca, acrescentando que, em relação ao princípio da precaução, a posição brasileira e do próprio G-77 está mais próxima da americana, que quer incluir uma ressalva: “precaução sempre que possível”.

Reunidos ontem à tarde, no plenário do Sandton Centre, os ministros do Ambiente ratificaram a posição de que não vão queimar etapas e exigiram que o grupo técnico prosseguisse com as negociações.

No entanto, o abismo entre União Européia e G-77 ficou um pouco menor depois da reunião. A UE aceitou discutir a manutenção do chamado princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas – um compromisso firmado no Rio de Janeiro em 1992.

Em troca, o bloco dos países pobres aceitou debater metas para água, saneamento e energia – a última, uma proposta brasileira que tem dividido o grupo e enfrentado fortes reações dos árabes produtores de petróleo e resistências da UE e dos EUA.

A negociação, segundo o ministro brasileiro do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, “foi a primeira aproximação da União Européia com o G-7”.

### **Metas regionais**

Lafer, que ontem conversou com o vice-primeiro-ministro do Reino Unido, John Prescott, entre outros, defendeu o direito dos países de questionarem metas globais para situações em geral diferentes, particulares.

Citou como exemplo a meta de energia e a de padrão de produção e consumo, que são interligadas, porque quanto mais produzem e consomem, mais os países gastam também energia.

“Cada região tem suas potencialidades e necessidades e talvez a meta regionalizada seja mais eficaz do que a global”, disse o ministro, comparando com o próprio Brasil, onde as realidades da Amazônia e do Sul-Sudeste, por exemplo, são bastante diferentes.

“A regionalização, portanto, é um dado a ser levado em conta”, disse Lafer. Ao seu lado, a ministra do Itamaraty Maria Luiza Viotti, vice-presidente do Comitê de Organização da Rio+10, tratou de explicar: Vamos até o fim com a meta [de energia]”.

Fonte: Folha de São Paulo/France Presse  
Eliane Cantanhêde/Claudio Angelo

## **BRASIL PEDIRÁ NA RIO+10 AJUDA DOS RICOS NA DEFESA DO MEIO AMBIENTE**

*Informativo*

*Brasília – Brasil*

*Agosto de 2002*

**O Brasil tentará alcançar o consenso em torno de propostas que esbarram nos Estados Unidos e países produtores de petróleo, como a meta de que até 2010 a matriz energética mundial esteja utilizando pelo menos 10% de fontes renováveis**

Liderada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, a delegação brasileira que vai participar da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+10, na África do Sul, desembarcará em

Johannesburgo preocupada em manter conquistas obtidas há uma década, na Rio-92. Num cenário internacional menos favorável à cooperação, o governo insistirá na cobrança de maior ajuda dos países ricos para o financiamento de projetos antipoluição.

O Brasil tentará alcançar o consenso em torno de propostas que esbarram nos Estados Unidos e países produtores de petróleo, como a meta de que até 2010 a matriz energética mundial esteja utilizando pelo menos 10% de fontes renováveis. Hoje esse índice é de 2,2%. A Rio+10, entre os dias 26 de agosto e 4 de setembro, terá como desafio criar mecanismos para tirar do papel e financiar propostas de desenvolvimento sustentável. Nos dias 24 e 25 acontecem as reuniões pré-cúpula.

O presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, ainda não confirmou participação, o que ilustra as dificuldades de se alcançar avanços na agenda ambiental. "O fato de que alguns países não estão assim tão ativos em Johannesburgo não deve desanimar-nos, porque se somos partidários de uma democratização da ordem internacional, nós, que estamos dispostos, vamos continuar lutando e, pouco a pouco, vamos avançando", disse Fernando Henrique, após participar da sétima reunião da comissão interministerial preparatória ao evento.

Para o ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, o alcance da cúpula vai além das questões ambientais e pode representar um avanço ou retrocesso na luta da diplomacia brasileira para reforçar iniciativas multilaterais que fazem frente ao unilateralismo norte-americano.

O presidente, que participará do evento entre os dias 1º e 4 de setembro, destacou que o Brasil tem obtido progressos na proteção ambiental, com a aprovação da Lei de Crimes Ambientais e a criação da Agência Nacional de Águas. "Devo dizer que podemos chegar a Johannesburgo com moral alta, porque, do ponto de vista do que é possível para um país em desenvolvimento, cheio de problemas, o Brasil tem feito um esforço considerável", disse.

Lembrando que o mundo vive momentos de "incerteza", FHC reiterou a importância de não se reabrir discussões passadas. "É necessário que não venhamos de novo abrir questões que já estão, do ponto de vista da consciência internacional, superados", disse. Ele se referia, por exemplo, ao princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas. Ou seja, que os países desenvolvidos, que se industrializaram mais cedo e, portanto, poluíram mais, devem arcar com gastos e esforços maiores para recuperar o meio ambiente.

Embora tenha sido acordado na Rio-92, esse princípio é questionado em encontros preliminares à cúpula e um dos entraves à assinatura do Protocolo de Kyoto - que prevê a redução da emissão de gases do efeito estufa - por mais países, entre eles os EUA, que decidiram não aderir. O Brasil torce pelo ingresso da Rússia, o que permitiria a execução do protocolo - uma vez que aí seria alcançada a quantidade mínima de países, que deve abranger as nações responsáveis pela emissão de 55% dos gases causadores do efeito estufa.

Fonte: Estado de São Paulo  
Demétrio Weber

## **JOHANNESBURGO INICIA NEGOCIAÇÕES PRELIMINARES PARA A AGENDA 21**

*Informativo*

*Johannesburgo - África do Sul*

*Agosto de 2002*

## **As negociações precedem a abertura oficial da reunião de cúpula, marcada para segunda-feira, quando chegam os ministros**

As negociações preliminares para a conclusão do Plano de Implementação da Agenda 21 começaram no meio da tarde desta sexta-feira em Johannesburgo, em meio aos temores da delegação brasileira de que a ênfase excessiva no tema da pobreza permita desviar a atenção de seu objetivo estratégico principal: aproveitar a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável para avançar nos compromissos firmados na Rio-92.

Os negociadores dos países em desenvolvimento e de alguns dos países mais ricos do mundo, formando dois grupos separados, começaram às 15h30 em Johannesburgo (10h30 em Brasília) a discutir os muitos pontos do Plano de Implementação sobre os quais ainda não há acordo. As negociações entre os membros dos blocos precedem a abertura oficial da reunião de cúpula, marcada para segunda-feira, quando chegam os ministros.

De um lado, os 133 países em desenvolvimento do G-77, do qual o Brasil desponta como um dos líderes, sobretudo na área ambiental; de outro, o Japão, Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia, países cujas iniciais formam a sigla Juscanz em inglês.

Os delegados continuam reunidos e a previsão é de que atravessem a noite tentando desbastar os 25% do documento de 71 páginas, elaborado na reunião preparatória de Bali, entre maio e junho, que continuam entre colchetes, o que, na gramática da diplomacia, significa que ainda não são objeto de consenso.

Um dos temas mais sensíveis são os meios de financiamento das metas estabelecidas pelo plano, sobretudo no que se refere à transferência de recursos dos países ricos aos pobres. Apenas 11% do texto

que se refere a financiamento foi fechado em Bali. O Brasil e outros países em desenvolvimento temem que, com isso, a chamada Rio +10 se converta num grande embate a respeito de ajuda financeira.

Outro tema que também exigirá muita saliva dos negociadores é o do comércio, do qual apenas 15% foi objeto de acordo em Bali. Aqui, o ponto central é a exigência dos países em desenvolvimento de que os ricos abram os mercados para seus produtos primários. Boa parte desses parágrafos entre colchetes defende o fim dos subsídios agrícolas e das barreiras que protegem os produtos agrícolas, como condição para que os países em desenvolvimento se livrem da pobreza e alcancem o desenvolvimento sustentável.

O Brasil joga tudo nesse argumento: se a eliminação da pobreza é um objetivo central desta cúpula, então os países ricos devem começar abrindo seus mercados para os pobres, em vez de simplesmente doar-lhes dinheiro. Os ricos não querem nem uma coisa nem outra.

Por fim, o outro nó difícil de desfazer, que está ligado aos outros dois, é a diferença de visões sobre as implicações da globalização. Apenas 7% dos trechos que tocam nesse tema estão fora de colchetes.

Os trechos que repetem o princípio das "responsabilidades comuns, mas diferenciadas", consagrado na Rio-92, também são motivos de conflito. Os países ricos querem rever esse princípio, que significa que devem arcar substancialmente com o custo da implementação dos compromissos contidos na Agenda 21, já que são os que mais poluem e os que mais podem pagar. Para o Brasil e seus parceiros, se não for alcançado um consenso que mantenha esse princípio, Johannesburgo terá representado um retrocesso em relação ao Rio.

## **JOHANNESBURGO MONTA ESQUEMA DE GUERRA PARA A RIO+10**

*Informativo*

*Johannesburgo – África do Sul*

*Agosto de 2002*

**No total, serão 20 mil membros das forças de segurança, recrutados por todo o país, para os previstos 60 mil representantes das entidades da sociedade civil de todos as partes do mundo.**

A polícia sul-africana já começou a colocar em prática o aparato de segurança que vai envolver Johannesburgo durante as reuniões da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentado, a Rio +10, cuja programação oficial tem início na segunda-feira, 26 de agosto. No total, serão 20 mil membros das forças de segurança, recrutados por todo o país, para os previstos 60 mil representantes das entidades da sociedade civil de todos as partes do mundo.

Falando em nome dos órgãos de segurança, a superintendente da Polícia, Charmaine Müller, deu ontem alguns exemplos do impressionante plano. O Centro de Convenções de Sandton, onde ocorrerá a programação oficial, terá status de embaixada e será administrado diretamente pela ONU, o que equivale a dizer que não pertencerá ao território da África do Sul durante o período da reunião, que termina em 4 de setembro.

Segundo Charmaine, cada chefe de governo ou de estado que for participar da reunião - e são mais de cem confirmados até agora - estará protegido por uma equipe de transporte e outra de análise prévia da comida, para prevenir envenenamentos. Tudo isso estendido, obviamente, para a delegação



oficial. Estarão ainda permanentemente mobilizados comandos de elite das Forças Armadas sul-africanas, especializadas na prevenção de atentados e tentativas de seqüestro.

A porta-voz da Polícia ainda adverte que qualquer avião que se desviar das rotas previamente aprovadas será "interceptado por aeronaves militares". Dentre os 60 mil participantes de organizações oficiais e não governamentais, uma boa parte é adepta das teses antiglobalização. Estarão lá menos para buscar algum tipo de diálogo que para criar situações de confronto com "a cúpula mundial". Mas a polícia estabeleceu regras bastante rígidas sobre onde, como e quando as manifestações podem acontecer.

As regras proíbem, por exemplo, manifestantes com objetos que possam ser usados como armas, além de impor roteiros para passeatas. É bem possível que uma parte dos manifestantes as leve em conta - provavelmente os que de antemão já não provocariam problemas. Um exemplo de movimento que vai se aproveitar das regras para aumentar o conflito é dado por Trevor Ngwane, representante do Fórum Antiprivatizações da África do Sul, que reúne várias entidades locais.

Para Ngwane, "a Cúpula Rio +10 é uma reunião de ricos e poderosos, de hipócritas e exploradores; tomaremos Sandton". Com um policial para cada três participantes, a reunião promete, por enquanto, apenas segurança. Mas ainda existe uma grande esperança em certos setores. Como lembra Fábio Feldmann, representante do presidente Fernando Henrique Cardoso para a reunião, "é também nosso futuro que está em jogo".

Fonte: Estado de São Paulo

## **RIO + 10: 190 PAÍSES JÁ ESTÃO EM JOHANNESBURGO**

*Informativo*

*Johannesburgo - África do Sul  
Agosto de 2002*

**Em número de países participantes, a Cúpula Mundial Sobre Desenvolvimento Sustentável é a maior reunião já realizada pela ONU, segundo os organizadores**

Em número de países participantes, a Cúpula Mundial Sobre Desenvolvimento Sustentável é a maior reunião já realizada pela ONU, segundo os organizadores. Até agora chegaram a Johannesburgo delegados de 190 dos 195 países reconhecidos internacionalmente. Faltam o Turcomenistão, o Chade, Nauru, Saint Vincent e San Marino. "Mas eles ainda podem aparecer", disse uma porta-voz da conferência.

Confirmaram presença 104 chefes de Estado e de governo, que devem fazer discursos, participar de mesas redondas e firmar documentos entre os dias 2 e 4. A Rio-92 recebeu 108 chefes de Estado e de governo. O conceito inclui, para a ONU, os vice-presidentes. Já chegaram 16 mil delegados para a cúpula e a previsão é a de que o número atinja 20 mil. Incluindo os eventos paralelos, o número de participantes deve ultrapassar 70 mil.

Fonte: O Estado de São Paulo  
Lourival Sant'Anna

**RIO + 10: A CÚPULA DA CRISE**

*Informativo  
África do Sul*

## **A depressão econômica da última década fez o ambiente despencar na lista das prioridades globais. Mas nem tudo são más notícias**

Após audaciosa virada editorial, a revista "The Economist" decidiu levar o ambientalismo a sério. Por que será? No suplemento publicado em julho "O que Devemos ao Futuro", um redator de espírito conciliador diagnostica: "A reunião no Rio, em 1992, tentou dar um passo maior que as pernas". Os economistas nunca perderam uma oportunidade de jogar gasolina na pira da insensatez ambientalista e impor a prioridade das leis do mercado sobre as leis da natureza. Mas, aparentemente, algumas teses ambientais parecem ter invadido a mentalidade contemporânea.

Sem dúvida, os prognósticos para a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburgo, não são bons. Em 1992, a Conferência do Rio gerou uma Convenção sobre Mudanças Climáticas, uma Convenção sobre Diversidade Biológica e uma Agenda 21 que previa o aumento da ajuda econômica dos países ricos aos países pobres de 0,36% do PIB para 0,7% em dez anos. As ONGs (organizações não-governamentais) pipocavam, a Guerra Fria havia acabado e o Muro de Berlim, desabado.

Em 2002 há muito mais ONGs, mas a depressão econômica e a incerteza generalizada travam as grandes mudanças políticas. Imersos numa crise que já queimou US\$ 4 trilhões nas bolsas de valores, os Estados Unidos não se comprometerão com os custos da reconversão industrial proposta pelo Protocolo de Kyoto para mitigar os efeitos das mudanças climáticas no planeta. Tampouco aceitarão programas

vultosos para erradicar a pobreza, mudar os padrões de produção ou manejar recursos naturais – os temas de Johannesburgo.

Descartar a matriz energética baseada em combustíveis fósseis custa, por baixo, 1,3% do PIB por ano. Para os americanos, seriam US\$ 117 bilhões por ano; para o Japão, 56 bilhões; para a Alemanha, 27 bilhões; e para o Reino Unido e a França, 18 bilhões cada. Ou seja, os olhos da cara. É provável que os Estados Unidos carreguem aliados como o Canadá, a Austrália ou a Rússia para a resistência conservadora. Mas o mundo não precisa esperar por eles.

Conferências ambientais mobilizam os governos, a mídia, as ONGs, acendem refletores, iluminam os problemas e aceleram a discussão sobre mudanças que todos já conhecem e que nem todos aceitam. Mas "The Economist" tem razão. Dez anos após os compromissos da Eco-92, o balanço é desanimador.

### **Decadência contínua**

A ajuda aos países pobres caiu de 0,36% para 0,22%. Os indicadores ambientais de relatórios como o "GEO-3", do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, o "Populações e Ecossistemas", do World Resources Institute, e o "Planeta Vivo", do Fundo Mundial para a Natureza, registram contínua decadência ambiental. A marcha para a falência de vários ecossistemas e recursos vitais avança resolutamente.

O último estudo da ONU para Johannesburgo, "Desafio Global, Oportunidades Globais", indica: 40% da população mundial enfrenta problemas com a água; 2,4% das florestas foram destruídas nos anos 90; 3 milhões de pessoas morrem por causa da poluição do ar anualmente; o nível dos mares está subindo e um crescente número de plantas e animais caminha para a extinção, sobretudo os primatas, parentes mais próximos da espécie humana.

Os dados mostram que a corrida entre degradação e desenvolvimento está sendo vencida pela primeira. Não há novidade nisso. Mas há gente que trabalha para ocultar esse fato.

Entretanto, também há indicadores econômicos não-catastróficos. Nos últimos 30 anos, segundo o "GEO-3", o número de pessoas subnutridas baixou de 1 bilhão para 800 milhões. A expectativa de vida aumentou de 60 para 65 anos. A taxa de mortalidade infantil caiu de 100 para 50 mortes em cada mil bebês e o número de crianças sem escola caiu de 400 milhões para 335 milhões. Pouco?

A China, que abriga 21% da população do planeta, cresce 10% ao ano há 20 anos, graças à globalização. Nunca houve maior redução de pobreza na história. Só na década de 90, 150 milhões de chineses saíram da penúria e ganharam acesso a confortos de classe média impensáveis para aqueles que estudaram o maoísmo nos anos 70.

O segundo país mais populoso do mundo, a Índia (que abriga 16% dos habitantes do planeta), também se abriu à globalização controlada em 1990 e vem crescendo 5,5% ao ano há cinco anos. O México, que sofre tanto quanto o Brasil com déficits e desequilíbrios fiscais, aderiu ao Nafta (Acordo de Livre Comércio da América do Norte) em 1993 e virou a oitava economia do mundo, mandando a brasileira para o 11º lugar. A globalização pode ser devastadora, mas também traz progresso para países com interesses articulados por um mínimo de coesão interna.

É claro que o desenvolvimento econômico cria mais problemas ambientais, como atesta a imensa (e mórbida) nuvem de poluição fotografada pelos satélites sobre o leste da China. O avanço da urbanização, da motorização e da eletrificação agravará a tragédia dos recursos comuns no século 21. Se o desenvolvimento industrial chinês e indiano acelerar a queima de energias fósseis, seguindo a trilha aberta pelos países da Europa e pelos Estados Unidos, o clima do mundo se tornará cada vez mais imprevisível e destrutivo.

Todos sabem disso. O problema é que aliviar a penúria de um terço do planeta é muito difícil, trabalhoso, e requer muita perseverança. Gerar prosperidade sem impacto ambiental é ainda mais. Desde os anos 80, a China vem tentando ampliar as florestas naturais e plantadas do país para aumentar a absorção de carbono. A discrepância entre objetivos econômicos e ambientais não é de fácil solução. Os economistas pensam em crescimento. Os ambientalistas, em preservação. Os primeiros ainda fogem da conversa sobre “internalizar” no custo de bens, produtos e serviços as “externalidades” socioambientais, como poluição, desemprego e desperdício.

## **Agenda 21**

Os ambientalistas advogam reformas alheias à exequibilidade. A Agenda 21, por exemplo, programa de medidas de cada país para implantar o desenvolvimento sustentável, exigiu cinco anos de trabalho obstinado no Brasil. Mais de 40 mil pessoas participaram de discussões para identificar as prioridades estratégicas – uma das maiores consultas democráticas já feitas. A vanguarda ambientalista elencou centenas, milhares de propostas para os 21 objetivos da Agenda.

Entre elas figuram universalizar o saneamento básico nos próximos dez anos, implantar redes de metrô e trens rápidos nas grandes aglomerações, democratizar a Justiça, universalizar o ensino em tempo integral e reestruturar o Proálcool, desvinculando dos interesses do velho setor sucroalcooleiro. Com que recursos? Como? A Agenda parece uma árvore de Natal onde cada um pendurou um desejo. Como nem todos foram consultados, seria o caso de sugerir: salário mínimo de R\$ 3.000, férias de dois meses, poligamia e luxo para todos.

Para desmanchar o impasse, em 1987 a Comissão da ONU sobre Desenvolvimento e Ambiente inventou, com estrondosa felicidade, o conceito duvidoso de “desenvolvimento sustentável” - o

desenvolvimento sem sacrifício do futuro. Muitos acreditam que a expressão carrega uma contradição semântica. O ex-diretor da ONG Oxfam no Brasil, Tony Gross, comparava o desenvolvimento sustentável ao Abominável Homem das Neves: muitos acreditam na sua existência, alguns afirmam já tê-lo visto e outros dizem que é mito.

Como o aumento da destruição ambiental gera a busca redobrada por alternativas ecológicas, nos últimos 15 anos formidáveis forças sociais e econômicas entraram em ação para definir e implantar o desenvolvimento sustentável. Não há volta nesse movimento de reforma do capitalismo, cujas flexibilidade e capacidade de renovação têm sido provadas pela história, diferentemente dos socialismos ditos marxistas.

A Alemanha social-democrata e verde é o centro irradiador dessa experiência, exportando influência análoga à da antiga União Soviética sobre os partidos socialistas, com a diferença de que a democracia e a convivência com os interesses contrários permitem corrigir excessos, graduar ou abandonar propostas.

É esse movimento ascendente que autoriza o chanceler alemão, Joschka Fischer, a prognosticar, no livro "Por uma Nova Concepção de Sociedade": "A sociedade de crescimento quantitativo será, como tal, colocada de lado, e a busca de alternativas qualitativas para um desenvolvimento sustentável aumentará".

A vanguarda do capitalismo já trabalha para mudar o desenvolvimento. O Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio e a Harvard Business School já sabem. "The Economist" demorou, chiou, resmungou, mas se conformou. As maiores e melhores empresas já sabem, perfeitamente.

"Quem quiser se posicionar da melhor forma nesses novos mercados, apresentando alternativas de sistemas, tecnologias, produtos e serviços, será o primeiro a fazer negócios", escreve Fischer. Naturalmente, as piores e as mais reacionárias empresas ainda trabalham contra.

## **Do fóssil ao solar**

Com ou sem o Protocolo de Kyoto, aquilo que o sociólogo Hermann Scheer chama de “transição da economia fóssil para a economia baseada nas energias da luz e do calor do sol, da biomassa, da força hidráulica, das ondas e dos ventos – já está em curso. Tanto no Brasil quanto na Alemanha, onde é o tema decisivo das eleições do próximo dia 22 de setembro.

A adoção de impostos sobre o transporte privado e a energia, para dar visibilidade aos custos da poluição, está cindindo a sociedade alemã. Qualquer estratégia que envolva crescimento econômico negativo ou mudança de padrão de consumo corre o risco de perder o apoio da maioria e fracassar.

Dinamarca, Noruega, Suécia e Finlândia já modificaram sua filosofia reguladora, adotando impostos sobre energias fósseis. França, Inglaterra, Alemanha, Holanda, Itália e Suíça estudam a adoção. A Shell e a British Petroleum já se distanciaram das posições do cartel petrolífero, defendendo os “mecanismos de desenvolvimento limpo” propostos pelo Protocolo de Kyoto. Um estudo da Shell de 1994 (“Energy for Developments”) prevê que 50% do abastecimento de energia mundial será feito, em 2060, por fontes renováveis. Mas o setor energético dos Estados Unidos – os amigos do presidente George W. Bush – permanece hostil.

A criação de um mercado comercial de emissões, de licenças e de projetos de “sequestro de carbono” disseminará as políticas sustentáveis de energia globalmente. Há uma virada fiscal ambiental no horizonte das sociedades industrializadas para eliminar os subsídios às energias fósseis, precificar a poluição e ecologizar a economia.

Pode demorar, mas já está em marcha.



## **RIO +10: A POBREZA DAS ESPÉCIES**

*Informativo  
África do Sul  
Agosto de 2002*

### **Extinções continuam em ritmo acelerado**

Rio de Janeiro, 1992: mais chefes de Estado se juntam do que em toda a história e duas grandes convenções são produzidas, uma sobre mudanças climáticas e uma sobre o mundo da natureza. A diversidade biológica (um termo com apenas 12 anos de idade e que abrangia a variedade da vida na Terra, incluindo todas as espécies de plantas, animais e microrganismos) parecia – finalmente – ter conseguido a sua chance. As apostas eram altas.

Agora, quando as nações do mundo se dirigem a Johannesburgo para a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (a Rio +10), quando de fato a questão da biodiversidade avançou?

À primeira vista, é razoável dizer que o progresso tem sido desapontador. O problema da extinção avulta-se tão grande quanto sempre foi – talvez até maior, porque, agora, seus estágios iniciais são mais visíveis e mais bem compreendidos. O Congresso dos EUA, atolado em política e desentendimentos, ainda precisa ratificar a convenção (embora o país a tenha assinado, em 1993).

Muito da contribuição prometida para o Fundo Global para o Ambiente falhou em se materializar e a assistência exterior ao desenvolvimento, tão essencial para alcançar um melhor equilíbrio, tem

desapontado ainda mais. Também preocupante é a posição relativamente fraca da mudança climática e da biodiversidade na agenda de Johannesburgo. Com efeito, a “agenda da pobreza” do encontro terá pés de barro sem a inclusão do ambiente, com os elementos sociais e econômicos do desenvolvimento sustentável.

Por outro lado, também seria um erro não enxergar esperança nenhuma na situação, ou tratar as realizações da década passada desde o encontro do Rio como triviais. Considere, por exemplo, o progresso na Amazônia brasileira, mesmo que as taxas de queimadas e desmatamento tenham se mantido altas. Desde 1992, a maioria das terras indígenas foi demarcada em colaboração com o Programa-Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais, financiado pelo G-7. Muitas áreas protegidas federais foram criadas, incluindo um tipo completamente novo – a “reserva extrativista”, conceito criado pelo Brasil. Reservas estaduais também foram criadas, como a de Mamirauá.

O governo brasileiro, juntamente com o Banco Mundial e o Fundo Mundial para a Natureza, se comprometeu a transformar 10% da Amazônia brasileira em áreas protegidas. Isso, mais outros tipos de unidade (florestas nacionais e áreas indígenas, por exemplo), elevará a área total sob proteção para perto de 40%. É um progresso enorme. E não é um fenômeno brasileiro ou amazônico: progressos importantes têm ocorrido em vários outros países.

Ainda assim há muito a conquistar, sob pena de que esses avanços sejam todos perdidos no futuro. O ciclo hidrológico da Amazônica – responsável por pelo menos 50% das chuvas na bacia amazônica – depende da manutenção de algo como 80% da cobertura vegetal.

Os eixos de desenvolvimento planejados pelo governo federal estão desenhados de uma maneira que pode ser muito prejudicial a esse ciclo. Além disso, eles parecem não estar integrados com os corredores ecológicos da Amazônia (os quais cruzam em ângulo reto). O programa Avança Brasil deverá pôr a perder o que já foi conquistado, a menos que o debate atual sobre ele resulte em mais

planejamento integrado. Essa integração do aspecto ambiental – na verdade, de todos os aspectos – no planejamento do desenvolvimento é crítica não só para a Amazônia brasileira, mas para toda a Amazônia. Felizmente, o presidente Fernando Henrique Cardoso reconheceu esse desafio pan-amazônico publicamente, e o Brasil está dando passos iniciais na direção do desenvolvimento sustentável da Amazônia.

As perspectivas para a biodiversidade requerem que se considere também as mudanças climáticas. Desde o Rio, não só a mudança climática provocada pelo homem tornou-se aparente, como seus efeitos iniciais sobre a diversidade biológica também já são discerníveis. Mudanças na época de floração de plantas, nas datas de migração de aves e na distribuição geográfica de várias espécies têm sido registradas. Mudanças climáticas substanciais terão implicações graves para a biodiversidade. Será difícil para muitas espécies de plantas e animais se deslocar – como fizeram durante mudanças climáticas do passado através de paisagens que foram modificadas ao ponto de representar obstáculos.

Sob algum grau de mudança climática, não importa o quão lenta ela seja, certos ecossistemas simplesmente não sobreviverão – por exemplo, aqueles em ilhas próximas ao nível do mar, e incluindo pelo menos uma área de importância global para a biodiversidade, na África do Sul, o Karoo. A ciência ecológica precisa urgentemente determinar qual é a concentração aceitável de gases-estufa para minimizar a perda de espécies. Manter esse limite exigirá a transformação do setor energético no mundo inteiro.

Muita coisa está em jogo para os recursos biológicos da Terra em Johannesburgo. Entre outras coisas, é hora da Convenção da Biodiversidade ir além de suas preocupações sobre equidade, propriedade intelectual e biossegurança e se dedicar de corpo e alma à conservação também. A Rio +10 precisa reconhecer que a redução da pobreza não pode ser obtida em meio ao empobrecimento biológico.

Fonte: Folha de São Paulo  
Thomas E. Lovejoy

## **RIO + 10: A SUSTENTABILIDADE E A ÁGUA**

*Informativo*

*Brasil*

*Agosto de 2002*

À medida que os líderes mundiais se preparam para o Fórum Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo, ele vão apurando seu foco em um assunto que baseia toda a sustentabilidade – a água.

Água é literalmente um assunto de vida ou morte. Cerca de 12 milhões de pessoas morrem a cada ano por falta de água, incluindo 3 milhões de crianças que morrem por doenças relacionadas. Hoje, cerca de 1,1 bilhões de pessoas não tem acesso a água tratada, enquanto que 2,4 bilhões vivem sem condições sanitárias decentes, e 4 bilhões não tem água suficiente à disposição. O acesso a água limpa pode ser a chave para a escalar da linha da pobreza acima. Desde as favelas do Brasil, aos brejos da Índia, ou aos bairros populares de Moçambique – todos vêm a mesma coisa. São os pobres que estão no final vazio dos canos. São os pobres que não têm acesso à água. São eles que compram água de caminhões pipa. A demanda por água aumenta rapidamente mundo. Enquanto a população do mundo triplicou no último século, o uso da água cresceu 6 vezes. O aumento do uso custou caro. Alguns rios não chegam mais ao mar. Metade das terras regadas desapareceram no último século, e 20% das águas onde se pesca estão comprometidas ou extintas. O esforço da comunidade para alcançar o esforço das comunidades dentro

dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, o que toca a queda de mortalidade infantil, obter a proporção de pessoas sem acesso a água até 2015, e manejar as fontes naturais subterrâneas com bases sustentáveis.

Fonte: Folha de São Paulo

## **RIO + 10: ADEUS AO PETRÓLEO**

*Informativo  
África do Sul  
Agosto de 2002*

### **O Brasil quer que o mundo se comprometa a ampliar as fontes renováveis para 10% na próxima década**

Nenhum dos pesadelos ambientais do planeta é tão grande quanto o aquecimento global, que poderá ser de até 5,8°C em 2100. E nada tem gerado tanta confusão quanto as soluções internacionais – como o Protocolo de Kyoto – propostas para controlar os gases que o causam, produtos da queima de combustíveis fósseis, como o petróleo. Para superar o impasse, a Rio +10 deve atacar o problema por outro flanco: lançando os holofotes sobre as energias limpas alternativas ao petróleo.

É o que argumenta José Goldemberg, secretário de Estado do Meio Ambiente de São Paulo e idealizador da principal proposta do Brasil para Johannesburgo. A idéia é que os governos do mundo se

comprometam a chegar a 2012 com 10% de suas fontes de energia baseadas em recursos renováveis (hoje, o total é de 2,2%). Um adeus parcial a petróleo, energia nuclear e grandes hidrelétricas.

Segundo o secretário, a meta de 10% até 2012 não deveria ser vista como um bicho-papão. “No Brasil, o álcool [que deve voltar a receber subsídios no país com recursos do governo alemão] já nos permitiu atingir esse nível. A Alemanha, que tem grande quantidade de energia eólica [produzida pela captação dos ventos] já tem 6% de sua base energética constituída por fontes renováveis”, diz.

Na definição de “renováveis” de Goldemberg entram apenas a energia geotérmica (calor vindo da Terra), a eólica, a solar e a marinha, além do processamento de biomassa. Mas o secretário garante que muitas dessas fontes já têm tecnologia madura o suficiente para competir com o petróleo.

## **Energia eólica**

A energia eólica, por exemplo, já está sendo bem explorada na Europa. Os alemães esperam que até 2030 essa tecnologia forneça um terço do total necessário ao país. No Brasil, as turbinas eólicas ainda são poucos difundidas (o custo dessa energia é 70% superior ao de hidrelétricas), mas o potencial estimado para geração de energia por vento, especialmente no Nordeste, é muito superior ao da Alemanha – algo como dez vezes a capacidade de Itaipu, a maior hidrelétrica do mundo.

“A única [fonte renovável] que talvez ainda esteja aquém é a fotovoltaica”, diz Goldemberg.

Não é o que pensa David Faiman, da Universidade Ben-Gurion do Negev, em Israel. O pesquisador trabalha com produção de energia a partir de painéis solares no deserto e acredita no potencial da tecnologia.

“Ela poderia ter um papel bem importante, porque eu acredito saber como gerar energia solar de um modo que seria competitivo em custo com combustíveis fósseis”, diz. A proposta dele é combinar painéis

fotovoltaicos com espelhos côncavos que concentrassem a luz solar. Mas o sistema só seria competitivo se instalado em grande escala. “Infelizmente, eu não tenho verba suficiente para provar minha afirmação”, diz.

### **Combustível estelar**

Um dos problemas da energia renovável é sua aplicação. É fácil imaginar uma casa, ou mesmo uma cidade, alimentada por uma fonte de energia eólica. Mas o que fazer com os automóveis, que hoje se movem em sua maioria queimando combustíveis fósseis?

O uso da biomassa pode ser uma boa opção em alguns casos, mas não resolve todo o problema. O segredo definitivo pode estar no mesmo combustível usado pelas estrelas – o hidrogênio.

A tecnologia que permite o uso do hidrogênio de forma limpa na produção de energia é a famosa célula de combustível. Inventada para alimentar as naves que levaram o homem à Lua, essa peça de engenharia usa hidrogênio e oxigênio para gerar uma corrente elétrica, produzindo água como resíduo, em vez de carbono.

Claro, gasta-se energia para separar a água em hidrogênio e oxigênio. “Portanto, o hidrogênio não é uma fonte de energia, é um vetor energético”, diz Ennio Peres da Silva, secretário-executivo do Centro Nacional de Referência em Energia do Hidrogênio da Unicamp. “É como se ele fosse uma moeda energética comum”.

As células de combustível estão em amadurecimento. A tecnologia ainda é cara, mas oferece um ganho ambiental que compensa o resto. E seu custo está em queda.

“A emissão global de gases-estufa por veículos automotores é da ordem de 20%”, diz Peres da Silva. Com a implantação do hidrogênio como força motriz para veículos, mesmo que a tecnologia não vingue como fonte para residências e indústrias, o ganho ambiental já terá sido significativo.

Fonte: Folha de São Paulo  
Salvador Nogueira

## **RIO+10: RIQUEZA E BIODIVERSIDADE PARA AS CRIANÇAS ENTENDEREM**

*Informativo*

*Johannesburgo – África do Sul*

*Agosto de 2002*

Há várias discussões em jogo na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+10, que ocorre até o dia 4 de setembro em Johannesburgo, na África do Sul. O evento reúne representantes de dezenas de países, que pensam numa forma de salvar o futuro do planeta Terra.

Uma negociação é o dinheiro que os países ricos devem dar para ajudar o desenvolvimento dos pobres. Isso porque, para haver equilíbrio na natureza, o desenvolvimento da Terra precisa ser globalizado.

Os representantes dos países falam que 0,7% do PIB (Produto Interno Bruto, que é a soma das riquezas produzidas por um país) dos países desenvolvidos aos mais pobres.



Ninguém sabe ainda se a promessa será cumprida, mas há países que já planejam o que fazer com o dinheiro. A criação de um fundo para a diversidade biológica é um exemplo. O objetivo do fundo seria reduzir o número de espécies em extinção, entre outros.

### **Crianças dão o recado**

Jovens e crianças de 52 países, liderados pela organização Young General Assembly, escreveram uma carta aos líderes da Rio+10. "Vocês [adultos] têm tentado várias soluções para construir um futuro radiante. Mas há algo que vocês não tentaram: a participação das crianças", diz um trecho do documento.

Fonte: Folha de São Paulo

## **RIO + 10: AFINAL, QUEM É O MAIOR POLUIDOR DO PLANETA?**

*Informativo*

*Johannesburgo - África do Sul*

*Agosto de 2002*

Se um extraterrestre aterrissasse na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, ficaria com a impressão de que os únicos que poluem o planeta são os pobres. Nos discursos de abertura, nas entrevistas coletivas com funcionários dos organismos multilaterais e mesmo no esboço do Plano de Implementação, que está em discussão, a eliminação da pobreza tem um peso maior do que as metas especificamente relacionadas com a questão do ambiente, com base numa relação de causalidade entre pobreza e desenvolvimento insustentável.

A correlação é mais ou menos a oposta. De acordo com um estudo do grupo ambientalista WWF, o consumo médio de recursos naturais no mundo é de 2,3 hectares por pessoa. O de um africano ou asiático, no entanto, é de 1,4 hectare, enquanto o de um europeu ocidental é de 5 hectares e o de um americano, de 9,6. Ou seja, o consumo médio nos Estados Unidos é quatro vezes maior do que nas regiões mais pobres do mundo.

"Os tóxicos, resíduos químicos, lixo nuclear e a poluição dos automóveis são muito mais produzidos pelos países industrializados do que pelos pobres", observa a veterana ativista Chee Yoke Ling, da Organização não-governamental Third World Network. "A equação da sustentabilidade só pode ser resolvida se mudar o padrão de consumo dos ricos", acrescenta Marcelo Furtado, coordenador do Greenpeace na América Latina.

Difícilmente alguém se oporá ao objetivo de reduzir a pobreza no mundo. E o subdesenvolvimento tem um reconhecido papel na degradação ambiental, por exemplo, pela falta de saneamento básico ou por práticas rudimentares, como a queima de lenha para gerar energia. "A pobreza fomenta a degradação ambiental, que fomenta a pobreza", resume Furtado.

## **Degradação**

A dúvida é se, uma vez atingido esse objetivo, o planeta estará a salvo da degradação ambiental. Representantes de organizações não-governamentais na cúpula de Johannesburgo acreditam que os países ricos tenham estimulado essa agenda, à qual se apegaram os governos da África e de outras regiões pobres do mundo, para desviar o foco de suas responsabilidades na área ambiental e dos compromissos não cumpridos da Agenda 21, firmada há dez anos no Rio.

"No Rio, tivemos um debate honesto", diz Chee, de Kuala Lumpur, na Malásia.

"Agora, o debate é desonesto. Aqueles que não cumpriram seus compromissos de mudar seu padrão de produção e consumo vêm aqui falar em dar dinheiro para os pobres resolverem seus problemas. E dizem que todo o problema está na governança local, que há corrupção demais nos países pobres. Estamos de acordo que é preciso combater a pobreza e a corrupção, mas as causas não são só essas."

Ao mesmo tempo em que impõem a boa governança local como condição para ajudar os países pobres e em desenvolvimento, os países ricos, os Estados Unidos à frente, rejeitam compromissos na esfera da governança global, que implicaria a obediência às instâncias multilaterais de decisão.

Fonte: O Estado de São Paulo

## **RIO + 10: ÁFRICA DO SUL ADVERTE AS ONGS - GOVERNO MBEKI NÃO QUER PROTESTOS**

*Informativo*

*Johannesburgo - África do Sul*

*Agosto de 2002*

Os protestos internacionais durante a Cúpula da Terra, ou Rio+10, serão punidos com prisão (para os sul-africanos) e deportação dos estrangeiros, avisou o presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, às organizações não governamentais. As passeatas só serão permitidas no espaço do Fórum Global, onde as

ONGs se instalaram, e que fica a cerca de 25 km de distância do Centro de Convenções Sandton, onde se realiza o evento oficial das Nações Unidas.

A distância seria um obstáculo pequeno para os que realmente desejam fazer passeatas, não fosse por um detalhe. O transporte público é muito ineficiente em Joanesburgo. Faltam trens, ônibus, metrô e até os táxis são escassos nas ruas da capital econômica da África do Sul.

"Esta ainda é uma herança do apartheid, o regime de brancos ricos que excluía a maioria negra de todos os espaços políticos", explica a jornalista uruguaia Ana Agostino, que mora há quase 10 anos em Pretória, a capital administrativa do país.

"Aos negros, eram reservados espaços para moradia distantes de Joanesburgo, à qual eles só chegavam em poucas vans para trabalhar nas profissões rejeitadas pelos brancos. Como estes tinham seus carros particulares para ir aonde desejassem, os quase 1.400 km de estrada entre Joanesburgo e Cidade do Cabo têm uma qualidade equivalente às das melhores rodovias européias", diz Ana. (C.T.)

Fonte: Jornal do Brasil

## **RIO + 10: AGRICULTURA GERA POLÊMICA ENTRE NORTE E SUL EM JOHANNESBURGO**

*Informativo*

*Johannesburgo - África do Sul*

*Agosto de 2002*

O segundo dia de negociações da reunião de Cúpula sobre o Desenvolvimento Sustentável, que acontece nesta capital, teve como tema central a agricultura. As discussões mais polêmicas giraram em torno dos subsídios dos países industrializados que os estados em desenvolvimento desejam eliminar progressivamente. Segundo estas nações, os governos do Norte concedem seis vezes mais subvenções a sua agricultura que a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (US\$ 311 bilhões e US\$ 55 bilhões em 2001, respectivamente). "Se querem de verdade erradicar a pobreza, têm que dar acesso aos produtos agrícolas de nossos países. Os subsídios e barreiras tarifárias aos produtos dos países em desenvolvimento são um obstáculo terrível para a nossa agricultura. O Norte pode romper as regras do jogo", disse a ministra venezuelana de Meio Ambiente, Ana Elisa Osório. Segundo a União Européia, a agricultura será um dos temas mais difíceis da reunião de Johannesburgo. O bloco europeu confirmará os compromissos assumidos na reunião da Organização Mundial do Comércio, em Doha, em novembro do ano passado, sem avançar em nenhum item. Os Estados Unidos também não devem dar nenhum passo adiante. No Catar, os países industrializados acordaram em fazer um calendário de negociações nos próximos três anos para tentar melhorar o acesso dos produtos do Sul aos mercados do Norte, reduzir as subvenções a exportação e diminuir progressivamente as ajudas internas. Mas o grupo dos 77 países em desenvolvimento quer que os industrializados reduzam ou eliminem progressivamente as subvenções que prejudicam o meio ambiente e criam distorções no comércio.

Fonte: Panorama Brasil

## **RIO + 10: ÁGUA RUMO À ESCASSEZ**

*Informativo  
África do Sul  
Agosto de 2002*

## **Metade da população mundial enfrentará crise de abastecimento em 2025, estima ONU**

Seria irônico se não fosse trágico. Em pleno “planeta água”, mais de 2 bilhões de pessoas sofrem com a escassez do líquido essencial para a vida. Em 2025, o número deve saltar para 4 bilhões, o equivalente a 50% da população mundial. Os dados fazem parte de um relatório divulgado pelas Nações Unidas no início do mês e mostram o tamanho do desafio que aguarda a humanidade num futuro próximo.

Para Aldo Rebouças, especialista em recursos hídricos do Instituto de Estudos Avançados da USP, os pessimistas hoje são os que acham que o pior já passou. Os otimistas seriam aqueles que dizem que o pior ainda está por vir – e portanto pode ser evitado.

Num planeta em que três quartos da superfície estão cobertos por água, dizer que falta água parece absurdo. Mas é a pura verdade. De toda a água da Terra, 97,5% estão no oceano. E 70% da água doce está congelada na Antártida e na Groelândia. O que sobra para consumo humano está ameaçado pelo uso excessivo, pelo desperdício e pela poluição.

“A gestão da água é muito importante, tanto que estamos levando à Rio +10 um projeto brasileiro para treinamento de gerentes de recursos hídricos”, diz José Galizia Tundisi, do Instituto Internacional de Ecologia. Mas, para ele, a solução não passa só pelo controle do uso, mas pela busca de alternativas no uso e na captação dos recursos.

Uma opção que seria impensável à época da Eco-92 era a dessalinização. O processo que envolve o tratamento da água do mar para extrair o sal ainda é muito caro para ser usado em larga escala. “É coisa

de um dólar para cada metro cúbico de água, que ainda é um valor bem alto”, diz Tundisi. “Mas esse valor hoje tende a cair. Há dez anos, o mesmo metro cúbico custava cerca de dez vezes mais para ser dessalinizado”.

Em princípio, o problema da água parece ser só de alguns países. O Brasil, por exemplo, se solucionar seus problemas de desperdício, tem potencial para abastecer toda a população com o terceiro maior volume de água doce do mundo (atrás de Canadá e EUA). “Claro, isso se o problema for combatido. Se ninguém fizer nada, já teremos séria escassez de água na cidade de São Paulo em 2010”, diz Rebouças.

Segundo Tundisi, no entanto, a questão é global - como é o caso de tantos problemas ambientais. Afinal, secas na África significam mais imigrantes na Europa.

Daí ser esse um tema importante a ser debatido na Rio +10. Apesar disso, nem Tundisi nem Rebouças parecem otimistas com relação à conferência.

“Tenho a impressão de que a Rio +10 vai ser um fiasco. O tema da conferência é a pobreza na África - e ninguém quer saber de pobre”, diz Rebouças.

Fonte: Folha de São Paulo  
Salvador Nogueira

## **RIO +10: AMÉRICA CENTRAL APRESENTA SUA VERSÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

*Informativo  
Johannesburgo - África do Sul*

*Agosto de 2002*

Sete países centro-americanos (Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá e Belize) apresentaram hoje, durante a Cúpula da Terra, em Johannesburgo, um processo de integração regional para lutar contra a pobreza e defender o meio ambiente. "Queremos mostrar ao mundo que caminhando juntos e tendo um compromisso real, é possível identificar as doenças de nossas regiões e curá-las". A declaração é do ministro de Ambiente e Energia da Costa Rica, Carlos Manuel Rodríguez Echandi, em entrevista à agência France Presse.

Fonte: Jornal do Brasil

## **RIO + 10: ARTICULA-SE UMA FUNDAÇÃO MUNDIAL PRESIDIDA POR FHC**

*Informativo*

*Johannesburgo - África do Sul*

*Agosto de 2002*

**Auxiliares do presidente Fernando Henrique Cardoso devem aproveitar a conferência para articular, nos bastidores, a criação de uma fundação mundial voltada para o meio ambiente e presidida por ele**



Não é só o futuro da humanidade que está em jogo na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburgo. O do presidente Fernando Henrique Cardoso também pode ser decidido aqui. Auxiliares do presidente devem aproveitar a conferência para articular, nos bastidores, a criação de uma fundação mundial voltada para o meio ambiente e presidida por FHC.

O formato da entidade seria o da Comissão Brundtland. Dirigida pela ex-primeira-ministra norueguesa Gro Harlem Brundtland, a comissão elaborou, em meados dos anos 80, um documento intitulado Nosso Futuro Comum, que influenciou na realização da Rio-92. O êxito da experiência, e a percepção de falta de avanços na questão ambiental nos últimos anos, encorajam alguns governos e especialistas da área a repeti-la. O Rio seria um dos candidatos a sede da nova entidade.

Fonte: O Estado de São Paulo  
Lourival Sant'Anna

## **RIO + 10: BIRD ENDOSSA TESE DE QUE MISÉRIA LEVA A DANOS ECOLÓGICOS**

*Informativo*  
*Johannesburgo - África do Sul*  
*Agosto de 2002*

**Em entrevista coletiva depois da abertura oficial da conferência, o vice-presidente do Bird defendeu a tese de que a questão da pobreza está no “coração” do problema do desenvolvimento sustentável**

O vice-presidente do Banco Mundial (Bird) para Desenvolvimento Sustentável, Ian Johnson, endossou a visão que deve predominar na Cúpula de Johannesburgo, segundo a qual o combate à pobreza deve ser a via principal para a solução dos problemas do meio ambiente. Em entrevista coletiva depois da abertura oficial da conferência, Johnson defendeu a tese de que a questão da pobreza está no “coração” do problema do desenvolvimento sustentável.

“Em 2015, a economia mundial terá crescido quatro vezes”, previu ele, argumentando que o meio ambiente será severamente afetado se esse crescimento ocorrer de acordo com os “padrões atuais” de desenvolvimento. “Precisamos de uma nova forma de crescimento inteligente, com respeito pelos recursos naturais e socialmente responsável”.

Johnson passou em seguida a falar sobre a agricultura nos países em desenvolvimento, que tem levado à “degradação do solo”. Os programas do Banco Mundial, segundo o vice-presidente, ficarão prioritariamente focados no desenvolvimento sustentável, sobretudo na área da agricultura.

Da parte dos países ricos, Johnson defendeu a eliminação dos subsídios agrícolas, que, segundo ele, somam US\$ 350 bilhões ao ano. “O Bird não é contra os subsídios, mas contra os subsídios ineficientes, inclusive nos países pobres.” O Bird criou um Departamento de Comércio, encarregado de fazer estudos sobre o impacto dos subsídios.

O vice-presidente explicou que em muitos casos o que é necessário é melhorar a infra-estrutura dos países pobres e sua produtividade, em vez de simplesmente conceder subsídios. “A produtividade de um agricultor africano é um terço da de um asiático”, declarou Johnson. “É preciso uma revolução agrícola na África.”

## **RIO +10: BRASIL CONQUISTA UMA VITÓRIA NAS NEGOCIAÇÕES DA AGENDA 21**

*Informativo*

*Johannesburgo - África do Sul*

*Agosto de 2002*

### **O Brasil e seus aliados obtiveram hoje uma vitória nas negociações sobre a versão final do Plano de Implementação da Agenda 21, em Johannesburgo**

O Brasil e seus aliados obtiveram hoje uma vitória nas negociações sobre a versão final do Plano de Implementação da Agenda 21, em Johannesburgo. O princípio da "responsabilidade comum, mas diferenciada", que vinha sofrendo bombardeio dos países desenvolvidos, sobretudo dos Estados Unidos, será mantido, pelo menos na primeira vez em que aparece, no segundo parágrafo do texto de 71 páginas, no qual ele recebe uma formulação genérica. "Temos uma linguagem mais ou menos acertada", disse ao Estado o diretor da Divisão de Meio Ambiente do Itamaraty, Everton Vargas, que participa das negociações.

O parágrafo foi mantido sem ressalvas do tipo "onde for pertinente", que eram sugeridas por alguns países. Os negociadores passaram a discutir como esse princípio aparecerá em outros parágrafos, que citam temas específicos da implementação da agenda para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Consagrado na Rio-92, o princípio significa, na prática, que todos têm responsabilidade pela preservação do meio ambiente, mas ela é proporcional ao dano causado por cada país. Seu espírito rege

todas as convenções e compromissos firmados nos últimos anos. "A decisão é importante porque garante a continuidade da existência do princípio, mas não que ele será aplicado na implementação", disse Rodrigo Agostinho, do Instituto Ambiental Vidágua. "Mas abriu a porteira."

Fonte: O Estado de São Paulo  
Lourival Sant'Anna

## **RIO +10: BRASIL É ELOGIADO POR ONGS**

*Informativo*

*Johannesburgo - África do Sul*

*Agosto de 2002*

Um dos desafios da Segunda Cúpula da Terra, inaugurada ontem em Johannesburgo, na África do Sul, é propor formas de produção de energia que sejam menos poluidoras e não interfiram no desenvolvimento dos países. Para as organizações não-governamentais de defesa do meio ambiente presentes ao encontro, o melhor projeto nesse sentido é o brasileiro, pois investe em hidrelétricas de pequeno porte. A sugestão feita pela União Européia (UE), de elevar para 15% até 2010 a energia produzida de fontes renováveis, como a água, mas através de grandes hidrelétricas, foi criticada por essas organizações.

A UE — especialmente países os escandinavos, França e Áustria — pretende construir hidrelétricas de grande porte e potencial produtivo para cumprir essa meta daqui a oito anos. Mas para os ecologistas, o impacto ambiental negativo dessas usinas seria tão grande quanto o das termelétricas, principal forma

de geração de energia dos Estados Unidos, país considerado o maior responsável pelo aquecimento global.

Num documento divulgado ontem em Johannesburgo, o Greenpeace e o Fundo Mundial para a Natureza (WWF) criticam o modelo europeu, pois requer a devastação de amplas áreas, deslocamento de pessoas e pode comprometer a existência de espécies. As duas organizações vão propor à UE que copie a sugestão brasileira de aproveitamento da energia renovável, segundo a rede britânica BBC. O Brasil deve se comprometer nesta cúpula a converter 10% de sua matriz energética para modelos sustentáveis — que permitam o desenvolvimento social sem a destruição da natureza — até 2012.

A maior parte das nações desenvolvidas depende atualmente em 67% de combustíveis fósseis, como o petróleo e o carvão. Caso pouca coisa mude nos próximos 18 anos, um estudo da Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) prevê que as emissões de dióxido de carbono — responsáveis pelo aquecimento global — vão crescer 33% nos países ricos e 100% no resto do mundo. Na Europa, os modelos mais elogiados são os da Alemanha e Dinamarca, países onde mais de 10% da energia é gerada usando apenas o vento (energia eólica).

Fábio Feldmann, nomeado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso para coordenar o esforço brasileiro de preparação para a conferência, disse que o Brasil tem muito a ensinar sobre a adoção de fontes renováveis por causa do grande uso de hidrelétricas e também da experiência do Proálcool. “A equação da sustentabilidade só pode ser resolvida se o padrão de consumo dos ricos mudar”, acrescenta Marcelo Furtado, coordenador do Greenpeace na América Latina.

Outra vitória que o Brasil e seus aliados tiveram nas negociações em Johannesburgo foi a permanência do princípio da “responsabilidade comum, mas diferenciada” no Plano de Implementação da Agenda 21, o documento final do encontro. Criticado pelas nações desenvolvidas, o princípio significa que todos têm responsabilidade pela preservação do meio ambiente, mas ela é proporcional ao dano causado por cada país.

Depois de quatro dias de negociações sobre o texto do Plano de Implementação da Agenda 21, 30% dos 250 parênteses — que na linguagem oficial equivalem a pontos de controvérsia ou pouco

detalhados — desapareceram. O documento final definirá ações para o cumprimento da Agenda 21, elaborada durante a 1ª Cúpula da Terra, no Rio de Janeiro há 10 anos. O encontro de Johannesburgo, com representantes de 185 países, termina em 4 de setembro.

Fonte: Correio Braziliense

## **RIO +10: CENTRAIS SINDICAIS DOS PAÍSES RICOS APÓIAM AJUDA AOS POBRES**

*Informativo*

*Johannesburgo - África do Sul*

*Agosto de 2002*

**O especialista em saúde e segurança da Confederação Internacional de Sindicatos Livres, Lucien Royer, assegurou que há um consenso entre as centrais sindicais dos países desenvolvidos em favor de um alívio da dívida externa e aumento da ajuda financeira aos países pobres**

Representantes de centrais sindicais do Brasil e da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) defenderam os mesmos princípios numa entrevista coletiva em Johannesburgo, reforçando a sensação de que, em muitos pontos, o Brasil está mais próximo da União Européia do que o bloco que o representa nas reuniões da ONU, o G-77, grupo de 133 países em desenvolvimento.

O especialista em saúde e segurança da Confederação Internacional de Sindicatos Livres, Lucien Royer, assegurou que há um consenso entre as centrais sindicais dos países desenvolvidos em favor de

um alívio da dívida externa e aumento da ajuda financeira aos países pobres, da "reorientação" dos subsídios agrícolas e do cumprimento, por parte das transnacionais, dos padrões trabalhistas e ambientais fixados pelos tratados internacionais. Segundo Evans, essas centrais reivindicam que os governos observem esses princípios ao conceder créditos às empresas.

O consultor de saúde, questões trabalhistas e meio ambiente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Nilton Freitas, também defendeu os padrões da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o respeito às regras ambientais. Freitas disse que a Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU considera a regulamentação brasileira do uso do benzeno na indústria, por exemplo, "um modelo". O consultor elogiou o empenho do governo brasileiro em defender os direitos trabalhistas e a importância do tema do emprego na cúpula de Johannesburgo.

O discurso de Freitas, assim como o de Royer, contrasta com o de alguns países membros do G-77. Segundo Freitas, países como a China, a Índia e o Egito apoiam a condenação do trabalho infantil e escravo, mas não concordam com a defesa da livre organização sindical e outros direitos trabalhistas. O argumento é o de que esses expedientes são "impostos pelos países ricos" como pretexto para adotar medidas protecionistas contra aqueles que não os cumprem. "Estou tendo mais trabalho dentro do G-77 do que fora dele", disse à Agência Estado o representante da CUT.

Essas discordâncias motivaram um incidente no sábado, numa reunião plenária dos negociadores. A coordenação do G-77, a cargo da Venezuela, defendeu a supressão de um parágrafo do Plano de Implementação da Agenda 21 que estabelecia a obediência dos padrões da OIT. A Argentina, com apoio do Brasil, manifestou-se contra a posição da coordenação, que supostamente deveria falar em nome de todos os integrantes do G-77 perante os outros blocos.

Fonte: O Estado de São Paulo  
Lourival Sant'Anna

## **RIO + 10: COLÔMBIA DENUNCIA À CÚPULA DA TERRA DANO ECOLÓGICO POR NARCOTRÁFICO**

*Informativo  
Bogotá - Colômbia  
Agosto de 2002*

A Colômbia denunciará perante a Cúpula Mundial da Terra, que começou hoje em Johannesburgo, a destruição do meio ambiente causada no país pelos narcotraficantes e pelos estreitos vínculos entre eles e os grupos irregulares. O anúncio foi feito pelo vice-presidente Francisco Santos. "Precisamos que o mundo conheça o drama ecológico por conta dos cultivos ilícitos, que estão destruindo o meio ambiente no país", contou Santos. Ele preside a delegação colombiana na Cúpula da Terra das Nações Unidas, aberta hoje.

Fonte: Jornal do Brasil

## **RIO + 10: COMEÇA EM JOHANNESBURGO A CÚPULA DA TERRA DA ONU**

*Informativo  
Johannesburgo - África do Sul  
Agosto de 2002*



A reunião de cúpula para o desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU), conhecida como Cúpula da Terra, foi aberta oficialmente hoje em Johannesburgo, África do Sul, com a presença de milhares de delegados oficiais e representantes de Organizações não-governamentais (ONGs). A reunião está sendo realizada no Centro de Convenções Sandton, ao Norte de Johannesburgo. A expectativa é que mais de 100 chefes de estado e de governo cheguem à cidade para participar dos últimos dias de negociações. O progresso econômico, o bem-estar dos povos e a proteção do meio ambiente são os temas centrais que serão discutidos nos próximos dias pela Cúpula - a maior da história da ONU. "Temos que pôr fim à inércia da década passada e definir medidas práticas e claras. O plano de ação a ser negociado aqui em Johannesburgo deve ser condizente com a realidade", afirmou, em seu discurso na abertura do evento, o presidente da África do Sul, Thabo Mbeki. O programa de ação ao qual se referiu Mbeki é baseado na Agenda 21, um ambicioso conjunto de recomendações técnicas aprovado na reunião Eco 92, realizada no Rio de Janeiro, em 1992. A Agenda 21 aposta em um modelo de desenvolvimento apoiado em três pilares: progresso econômico, avanço na área social e proteção do meio ambiente. O presidente sul-africano reconheceu que, na última década, as boas intenções da Eco 92 ficaram na teoria, que as diferenças entre o Norte e o Sul se acentuaram ainda mais e que a miséria humana e a degradação do meio ambiente foram agravadas. " Temos que mostrar às bilhões de pessoas que governamos que não podemos aceitar uma sociedade que seja construída sobre o princípio selvagem da sobrevivência do mais forte", acrescentou o presidente sul-africano.

Fonte: Panorama Brasil

## **RIO +10: CONFERÊNCIA LOTA E ATIVISTAS QUEIXAM-SE DE EXCLUSÃO**

*Informativo*

*Johannesburgo - África do Sul  
Agosto de 2002*

Organizadores da Cúpula da Terra disseram nesta terça-feira (dia 27) que estão se tornando vítimas de seu próprio sucesso e que teriam que limitar o acesso dos membros das delegações ao evento. Mas ativistas reclamaram que estão sendo calados em favor dos grandes grupos econômicos.

As pessoas no interesse dos quais a cúpula está sendo realizada têm sido caladas no processo - disse Vandana Shiva, representante de grupos de defesa dos direitos das mulheres, enquanto esperava na fila, antes de falar em uma sessão oficial da cúpula de Joanesburgo.

Susan Markham, porta-voz da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, disse em uma entrevista coletiva que a área principal do centro de convenções estava se aproximando de sua capacidade máxima, de 7 mil pessoas, limite estabelecido pelo corpo de bombeiros. A porta-voz disse que a cúpula estava sofrendo por causa de seu sucesso e que talvez seja necessário restringir o acesso.

Cerca de 16 mil representantes de governos, da indústria, de grupos ambientalistas e jornalistas credenciaram-se até agora para o evento, que começou na segunda-feira, e esse número deve aumentar antes da reunião de cerca de cem chefes de estado e governo na semana que vem. Na semana passada, a ONU anunciou que mais de 20 mil pessoas haviam pré-credenciado-se para o evento.

Fonte: Reuters

## **RIO +10, EUA CONFIRMAM POWELL COMO REPRESENTANTE**

*Informativo*

*EUA*  
*Agosto de 2002*

O Governo dos EUA confirmou ontem oficialmente que o secretário de Estado, Colin Powell, será o representante do país na Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio + 10, que começa semana que vem em Johannesburgo, África do Sul. O presidente George W. Bush não comparecerá à conferência, mas disse que a delegação americana irá propor parcerias em áreas como água, agricultura e energia.

Fonte: Folha de São Paulo/Reuters

## **RIO + 10: ÁGUA RUMO À ESCASSEZ**

*Informativo*  
*África do Sul*  
*Agosto de 2002*

### **Metade da população mundial enfrentará crise de abastecimento em 2025, estima ONU**

Seria irônico se não fosse trágico. Em pleno “planeta água”, mais de 2 bilhões de pessoas sofrem com a escassez do líquido essencial para a vida. Em 2025, o número deve saltar para 4 bilhões, o

equivalente a 50% da população mundial. Os dados fazem parte de um relatório divulgado pelas Nações Unidas no início do mês e mostram o tamanho do desafio que aguarda a humanidade num futuro próximo.

Para Aldo Rebouças, especialista em recursos hídricos do Instituto de Estudos Avançados da USP, os pessimistas hoje são os que acham que o pior já passou. Os otimistas seriam aqueles que dizem que o pior ainda está por vir – e portanto pode ser evitado.

Num planeta em que três quartos da superfície estão cobertos por água, dizer que falta água parece absurdo. Mas é a pura verdade. De toda a água da Terra, 97,5% estão no oceano. E 70% da água doce está congelada na Antártida e na Groelândia. O que sobra para consumo humano está ameaçado pelo uso excessivo, pelo desperdício e pela poluição.

“A gestão da água é muito importante, tanto que estamos levando à Rio +10 um projeto brasileiro para treinamento de gerentes de recursos hídricos”, diz José Galizia Tundisi, do Instituto Internacional de Ecologia. Mas, para ele, a solução não passa só pelo controle do uso, mas pela busca de alternativas no uso e na captação dos recursos.

Uma opção que seria impensável à época da Eco-92 era a dessalinização. O processo que envolve o tratamento da água do mar para extrair o sal ainda é muito caro para ser usado em larga escala. “É coisa de um dólar para cada metro cúbico de água, que ainda é um valor bem alto”, diz Tundisi. “Mas esse valor hoje tende a cair. Há dez anos, o mesmo metro cúbico custava cerca de dez vezes mais para ser dessalinizado”.

Em princípio, o problema da água parece ser só de alguns países. O Brasil, por exemplo, se solucionar seus problemas de desperdício, tem potencial para abastecer toda a população com o terceiro maior volume de água doce do mundo (atrás de Canadá e EUA). “Claro, isso se o problema for combatido.

Se ninguém fizer nada, já teremos séria escassez de água na cidade de São Paulo em 2010”, diz Rebouças.

Segundo Tundisi, no entanto, a questão é global - como é o caso de tantos problemas ambientais. Afinal, secas na África significam mais imigrantes na Europa.

Daí ser esse um tema importante a ser debatido na Rio +10. Apesar disso, nem Tundisi nem Rebouças parecem otimistas com relação à conferência.

“Tenho a impressão de que a Rio +10 vai ser um fiasco. O tema da conferência é a pobreza na África - e ninguém quer saber de pobre”, diz Rebouças.

Fonte: Folha de São Paulo  
Salvador Nogueira

## **RIO +10: CÚPULA CHEGA A ACORDO**

*Informativo*

*Rio de Janeiro - Brasil*

*Agosto de 2002*

A Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável chegou ao primeiro acordo significativo nesta terça-feira: um plano para combate da prática exaustiva da pesca, que ameaça os estoques mundiais. Segundo a BBC, o acordo estabelece a restauração das principais áreas de pesca do mundo até 2015.

Além disso, estabelece a redução da captura para um nível máximo sustentável - ou seja, possa ser mantido por tempo indefinido, sem comprometimento dos estoques.

Fonte: Jornal do Brasil

## **RIO + 10: DELEGAÇÕES DA AMÉRICA LATINA SE DIZEM PESSIMISTAS COM A CÚPULA DA TERRA**

*Informativo  
África do Sul  
Agosto de 2002*

Três dias depois do início das negociações informais da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburgo (África do Sul), as delegações latino-americanas não ocultam seu pessimismo frente ao bloqueio que sofrem as questões relativas a pobreza e cooperação e se mostram mais otimistas em conseguir resultados nas questões ambientais.

"Sabemos que a questão dos subsídios agrícolas e a ajuda pública ao desenvolvimento, ambas prioritárias para a América Latina, vão ser muito difíceis e que as discussões se prolongarão até o último momento", declarou a ministra venezuelana do Meio Ambiente, Ana Elisa Osório.

Hoje o primeiro grande choque entre Norte e Sul se deixou sentir no plenário da conferência da ONU (Organização das Nações Unidas) dedicado à agricultura, onde ficou claro uma vez mais que as posturas dos dois hemisférios são irreconciliáveis.

"É lamentável. Os Estados Unidos e a Europa não respeitam as regras do jogo e continuam gastando milhões em subsídios, mas os países latino-americanos não cederão até conseguir um compromisso prático sobre a redução progressiva dessas ajudas", afirmou Osório, cujo país preside o Grupo dos 77 (países em desenvolvimento).

A América Latina e o Caribe chegaram a Johannesburgo com uma iniciativa comum para o desenvolvimento sustentável.

"Otimistas? Queremos ser, mas enquanto países como os Estados Unidos, Canadá, Japão, Nova Zelândia ou Austrália condicionarem seus avanços em cooperação à abertura dos países em desenvolvimento e rejeitarem uma globalização com rosto humano, o futuro do planeta está em perigo", disse o ministro do Meio Ambiente da Costa Rica, Carlos Manuel Rodríguez Echandi.

Segundo a negociadora da delegação colombiana, Jimena Nieto, o maior êxito para a região latino-americana na cúpula de Johannesburgo será incluir no plano de ação uma menção contra a ética para o desenvolvimento sustentável, conceito que esteve presente na Agenda 21 durante a Eco-92 e desapareceu do rascunho do documento que se discute na África do Sul.

"Isso significa mudar nossos valores, assumir nossas responsabilidades na hora de lutar contra a pobreza", afirmou Nieto.

Na falta de acordos no âmbito econômico e social, a América Latina avança unida na questão das energias renováveis, que deverão representar 10% do total até o ano 2010, segundo uma proposta bem fundamentada que recebeu o apoio de organizações como o Greenpeace e o WWF.

Próxima década uma cláusula sobre o "fortalecimento da cooperação para combater as plantas narcóticas", medida importante para países como a Colômbia.

Além disso se negocia o acesso aos recursos genéticos dentro do Grupo dos 77.

"A reunião preparatória de Bali [Indonésia] em maio passado foi horrível, não havia como conciliar posturas, mas agora as delegações sentem a urgência e em termos ambientais está havendo avanços. Mas talvez se deva somente ao fato de querer evitar as questões mais espinhosas, as que provocarão maior polêmica", declarou Nieto.

Fonte: Folha de São Paulo/France Presse

## **RIO +10: DESENVOLVIMENTO INSUSTENTÁVEL**

*Informativo  
África do Sul  
Agosto de 2002*

### **Balanco de 10 anos indica que ainda há mais problemas que avanços na gestão ambiental no país**

O Brasil avançou rumo ao desenvolvimento sustentável desde que sediou a Eco-92, a mais importante conferência das Nações Unidas do final do século 20? Há pelo menos duas respostas para essa pergunta, que mobiliza os debates neste período que antecede a Rio+10, em Johannesburgo, a partir de segunda-feira.

Uma das respostas, baseada na análise da evolução de alguns dos indicadores disponíveis sobre a situação ambiental brasileira, é um simples e direto "não".



Entre os anos 1992 e 2000, a Amazônia foi vítima de um incremento significativo nos índices de desmatamento, com taxa média anual 56,5% superior ao verificado no ano de 1991. Esse ritmo acelerado levou à eliminação de 156.893 km<sup>2</sup> de florestas na região, equivalentes à área do Estado do Acre – isso sem considerar os impactos da exploração madeireira predatória e das queimadas.

No mesmo período, extensas áreas de cerrado foram convertidas em plantios de soja. A mata atlântica contabilizou uma perda de 5,7% de suas florestas entre os anos de 1990 e 1995. O Rio de Janeiro, Estado-sede da Eco-92, foi o mais afetado pelo desmatamento, com uma perda da floresta da ordem de 13% no período 90-95.

Os focos de queimada e incêndios florestais apresentam índices extremamente altos a partir de 1994, mantendo uma média anual acima de 110 mil focos, com tendência de crescimento.

Diante desse quadro de acirramento do modelo predatório do ambiente, o volume de recursos destinado ao Ministério do Meio Ambiente caiu de um patamar irrisório de apenas 0,51% do Orçamento da União, em 1995, para 0,13%, em 2000.

Na agricultura, a concentração fundiária manteve seu padrão insustentável, com 1% de proprietários de mais de mil hectares de terra detendo 45,1% da área agrícola. Só no Estado de São Paulo, 4 milhões dos 18 milhões de hectares de terras utilizáveis estão em estágio avançado de degradação.

As cidades brasileiras continuam a perder de 40% a 65% da água distribuída e apenas 33,5% dos domicílios brasileiros são atendidos por rede de esgotos (dos quais 64,7% não recebem tratamento algum). Para agravar o quadro, os investimentos públicos no setor de saneamento caíram de 0,38% do PIB na década de 1980 para 0,24% atualmente.

A contribuição das energias renováveis (como a eólica e a solar) na matriz energética brasileira caiu de 47,2% em 1992 para 39,4% em 2000. As estimativas apontam que a geração por termelétricas movidas principalmente a gás natural e carvão vai triplicar nos próximos dez anos, podendo chegar a

20% da matriz brasileira, enquanto a geração por energias alternativas vai contribuir com 0,3% da capacidade geradora.

### **Visão de futuro**

É importante, porém, analisar esses indicadores a partir de uma visão prospectiva, que permita avaliar não apenas a situação presente, mas, também, em que medida estão sendo realizadas ações que possam, no futuro, reverter os atuais aspectos negativos. Nesse sentido, é possível ter uma Segunda resposta para a pergunta inicial: o Brasil não avançou, mas lançou as bases para avançar.

A última década foi marcada pelo aprimoramento da legislação ambiental e pelo aumento da consciência da sociedade sobre a importância do ambiente e dos direitos das populações tradicionais. Foram aprovadas a Lei das Águas, a Lei de Crimes Ambientais, a lei que dispõe sobre a criação da Agência Nacional de Águas, a que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e o Estatuto das Cidades.

No campo do planejamento participativo, o governo federal também logrou avanços significativos. Concluiu a elaboração da Agenda 21 Nacional e obteve sucesso na finalização das avaliações e definições de ações e áreas prioritárias para a conservação de todos os biomas brasileiros.

Há ainda bons resultados nos processos de certificação florestal e agrícola, desenvolvimento de projetos locais financiados pelo Programa-Piloto de Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras e experiências bem-sucedidas de gestão ambiental nos níveis municipais e estaduais.

Resta saber se nos próximos dez anos será possível superar a hegemonia economicista nas discussões sobre o futuro do Brasil que marcaram o período pós Eco-92 e que levaram à imposição das reformas econômicas sobre as demandas sociais e ambientais.

Consolidar os avanços recentes e transformá-los em práticas efetivas são as únicas formas de o país alcançar o patamar de políticas afirmativas que possam contribuir para reverter os altos níveis de pobreza, de devastação ambiental ou de fragilidade dos poderes públicos responsáveis pelo planejamento e pelo controle e fiscalização das ações de degradação socioambiental no país.

Fonte: Folha de São Paulo  
José Paulo Ribeiro Capobianco

## **RIO + 10: EMBAIXADOR DEFENDE ATUAÇÃO DO G-77 EM JOHANNESBURGO**

*Informativo*

*Johannesburgo - África do Sul*

*Agosto de 2002*

O embaixador brasileiro na ONU, Gelson Fonseca, reconheceu as dificuldades de conduzir negociações numa instância como a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, sob o guarda-chuva do G-77, o bloco de 133 países ao qual pertence o Brasil. Mas defendeu as vantagens dessa estratégia. De acordo com Fonseca, que chefia a equipe de negociadores brasileiros em Johannesburgo, o G-77 tem um grande peso, "mesmo sendo extremamente heterogêneo - abriga Cingapura e Burundi, por exemplo".

O embaixador citou três vantagens de continuar no bloco: o peso da história e da tradição, com 30 anos de aprendizados em práticas negociais; o fato de exprimir que o mundo está dividido entre ricos e

pobres; e o fato de que o Brasil "tem tido uma força muito grande" no G-77. O Brasil faz parte do grupo dos países "falantes" no G-77, ao lado da China, Índia e Indonésia, entre outros.

Fonseca fez essas afirmações em resposta a uma pergunta do presidente da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema), Cláudio Langone, durante um briefing que concedeu na manhã desta terça-feira, junto com o ministro do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, às organizações não-governamentais, sobre o andamento das negociações acerca do Plano de Implementação da Agenda 21.

Segundo Langone, secretário do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul, na reunião preparatória dos países da América Latina e do Caribe, em outubro no Rio, o Brasil "abriu um espaço fora da polarização entre o G-8 (o grupo dos sete países mais ricos e a Rússia) e o G-77". E perguntou se o Brasil não poderia criar uma "terceira via, uma linha intermediária, construindo posições comuns com países dos dois blocos".

Na prática, o Brasil tem feito isso. Na cúpula de Johannesburgo, por exemplo, o País busca apoio da União Européia para sua principal proposta, de estabelecer metas para o uso de fontes renováveis de energia, e não conta com a ajuda dos países da Opep, que fazem parte do G-77.

Fonte: O Estado de São Paulo  
Lourival Sant'Anna

## **RIO +10 ESPECULA SOBRE PROPOSTA ALEMÃ DE USINA GIGANTE DE ENERGIA SOLAR**

*Informativo*  
*Johannesburgo - África do Sul*  
*Agosto de 2002*

## **Outros especialistas, no entanto, acreditam que os rumores são apenas uma jogada política do chanceler Gerhard Schröder**

Nos corredores do Sandton Convention Center, onde se realiza a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, há uma expectativa com relação à ida do chanceler alemão, Gerhard Schröder, que teria uma surpresa bombástica preparada. De acordo com especialistas da área energética, o que Schröder apresentará é o projeto de uma usina gigante de energia solar, que deverá ser construída na Alemanha.

Outros já acham que será algum "tour-de-force" político, como o que Schröder realizou na Cimeira da América Latina e União Européia, em 1999, no Rio. Na ocasião, a Alemanha ocupava a presidência de turno da UE, e o chanceler alemão anunciou mudanças na política agrícola comum, que inclui os famigerados subsídios. Os subsídios não caíram, mas a atitude alemã consolidou o isolamento da França nesse tema.

Fonte: O Estado de São Paulo  
Lourival Sant'Anna

## **RIO + 10: ESTUDO MOSTRA VIABILIDADE DE PROPOSTA BRASILEIRA**

*Informativo*  
*São Paulo - Brasil*  
*Agosto de 2002*

## **Uma avaliação das matrizes energéticas dos países representados na Rio+10 segue para Johannesburgo, na bagagem do físico José Goldemberg, secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo**

Uma avaliação das matrizes energéticas dos principais países representados na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10), segue hoje para Johannesburgo, na África do Sul, na bagagem do físico José Goldemberg, secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo e autor da proposta brasileira de adoção de 10% de fontes renováveis de energia, em todos os países, até 2010. O estudo deverá apoiar os negociadores da Rio+10, demonstrando que a meta não está tão distante, mesmo para países fortemente influenciados pela indústria petroleira, como os Estados Unidos, que já têm 5% de sua energia proveniente de fontes renováveis.

De acordo com o levantamento realizado pela equipe de Goldemberg, os países desenvolvidos em pior situação são a Alemanha e o Japão, ambos com 3,3%. O índice também é de 3,3% para os países que compunham a antiga União Soviética. Em compensação, a média dos países industrializados europeus é de 7% e há países que já estariam bem além da meta, como a Suécia, com 25,5%.

A estratégia durante a Cúpula Mundial seria buscar apoio dos países europeus à proposta brasileira, discutindo tais números. A proposta já conta com o apoio dos países da América Latina e Caribe, mais Portugal e Espanha. Existe uma grande pressão da opinião pública canadense para que o país se desvincule da posição norte-americana nesta matéria e representantes do Japão também teriam se aproximado de negociadores brasileiros, interessados em detalhar melhor a proposta. Vale lembrar que Japão e Canadá fazem parte do grupo de negociação ao qual pertencem os Estados Unidos, junto com Austrália e Nova Zelândia (Juscanz).

### **Resistência**

A intenção é também quebrar a resistência dos Estados Unidos, com a argumentação de que o percentual de fontes renováveis poderia ser alcançado com energia nova, sem necessidade de diminuir a produção de petróleo atual. Ou seja, na contabilidade ambiental, haveria uma estabilização nas emissões por queima de combustíveis fósseis e os eventuais acréscimos na produção de energia seriam derivados de fontes renováveis, entre as quais a biomassa "moderna" poderia figurar como carro-chefe.

Biomassa "moderna" é o álcool de cana de açúcar, de madeira ou de restos vegetais de lavouras, a eletricidade produzida a partir de bagaço de cana ou congregação de processos agro-industriais e boinas de lixo ou resíduos sólidos. Novas fontes renováveis ainda incluem pequenas hidrelétricas, energia solar, eólica, geotérmica e marinha. "O Brasil tem uma posição razoavelmente confortável, com 38,6% de fontes renováveis", pondera Goldemberg. "Mesmo se excluíssemos a hidroeletricidade, como propõe a União Européia, o percentual de biomassa moderna e novas fontes renováveis ainda seria de 20,5%."

O risco para a matriz brasileira, no entanto, está no combustíveis das novas térmicas ou no aumento de importação de carvão. "O gás natural é uma opção mais aceita, mas o carvão mineral, de qualquer tipo, é um passo na direção errada", observa o secretário, comentando a notícia, divulgada há uma semana, de que a Companhia Vale do Rio Doce fechou um acordo com a China para importação de carvão. O minério seria trazido nos navios, que do contrário voltariam vazios, depois de levar o minério de ferro brasileiro para a China.

"Pode fazer sentido economicamente, mas ambientalmente é um passo para trás", alerta Goldemberg. "Sobretudo em se tratando do carvão da China, que é de má qualidade e cujas emissões, além do gás carbônico (o principal gás do efeito estufa) estão cheias de dióxido de enxofre (o gás da chuva ácida) e outros poluentes". Em São Paulo, garante o secretário, nenhuma térmica a carvão terá licenciamento ambiental.

Fonte: O Estado de São Paulo  
Liana John

## **RIO + 10: EUA NA LIDERANÇA DA RESISTÊNCIA DOS RICOS**

*Informativo*

*Johannesburgo - África do Sul*

*Agosto de 2002*

No auditório, Mbeki, que presidiu as reuniões ministeriais da Cúpula Mundial sobre e Desenvolvimento Sustentável, organizada pela ONU, criticou a comunidade internacional por não cumprir uma série de compromissos com a prosperidade ambiental do planeta, assumidos dez anos antes, na Rio 92.

Não é segredo algum que a comunidade global ainda não demonstrou vontade de implementar decisões que tomou livremente — disse.

Nada há de novo na pauta da Rio+10, lembrou Mbeki, acrescentando que o objetivo do encontro de dez dias é aprovar um programa de ação baseado na Agenda 21, um ambicioso conjunto de recomendações aprovado na conferência do Rio, e que aposta num modelo de desenvolvimento apoiado em três pilares: avanço econômico, progresso social e proteção do meio ambiente. Todos estamos de acordo em que os padrões insustentáveis de produção e consumo estão criando um desastre ambiental que ameaça tanto a vida em geral como a vida humana em particular — disse.

Apelando para a solidariedade humana, Mbeki alertou: — Pela primeira vez na História da Humanidade, a sociedade tem capacidade, conhecimento e recursos para erradicar a pobreza e o subdesenvolvimento.



Apesar das reuniões preparatórias ao longo de meses, os negociadores da Rio+10 enfrentam sérias divergências. O objetivo principal do encontro é reduzir o abismo entre ricos e pobres, mas a extensa pauta gira em torno de cinco temas: água, energia, saúde, agricultura sustentável e biodiversidade.

Esta não é uma conferência para resolver cada problema. Mas é um teste. Temos que chegar a compromissos de ação em que possamos acreditar — disse Nitin Desai, presidente da cúpula.

Mas um enviado da Itália disse: — Todos estão muito pessimistas.

Países pobres dizem que não podem proteger seus recursos naturais sem fortalecer suas economias. Querem, entre outras coisas, que países ricos abram seus mercados, destinem 0,7% de seu Produto Interno Bruto em ajuda a eles e reduzam ou eliminem impostos sobre seus produtos agrícolas. Uma das metas é reduzir à metade a população que hoje vive com menos de um dólar por dia: 1,2 bilhão de pessoas.

Já os países ricos reclamam que a maior parte da ajuda enviada a países pobres é consumida por governos corruptos ou incompetentes. E exigem mais garantias de aplicação adequada de verbas, além do fortalecimento da democracia.

Mais de cem líderes mundiais deverão passar pelo menos um dia ou dois em Johannesburgo, mas não o presidente George W. Bush, o que levou críticos a questionar o envolvimento dos EUA com a Agenda 21, aprovada também por eles na Rio 92. Washington lidera a resistência a promessas de ajuda a países pobres, alegando que prefere socorrê-los em parcerias com a iniciativa privada.

Como são o país que mais polui, os EUA se tornaram o maior vilão dos milhares de ambientalistas que realizam uma conferência paralela em Johannesburgo.

## **RIO + 10: GRANDES EMPRESAS SÃO ACUSADAS DE PREJUDICAR** **CÚPULA DA TERRA**

*Informativo*

*Johannesburgo - África do Sul*

*Agosto de 2002*

Ativistas acusaram as grandes empresas de boicotarem a proposta da Cúpula da Terra, ou Rio+10, que acontece na África do Sul, de conciliar a redução da pobreza no mundo com a preservação do meio ambiente.

"Os recursos da Mãe Terra estão sendo vendidos", disse Anuradha Mittal, da entidade indiana Food First, que participa da reunião da cúpula da ONU em Johannesburgo, aberta na segunda-feira. Outra ONG (organização não internacional), a britânica World Development Movement, acusou os países ricos de "se ajoelharem frente aos poderosos lobbies corporativos".

Os ativistas reclamaram das restrições de acesso ao recinto da cúpula, estritamente vigiado pela polícia. As autoridades responderam dizendo que só estão tentando controlar o movimento de 16 mil pessoas em um prédio projetado para receber 7.000.

Também há uma delegação de empresários em Johannesburgo, representando cerca de 200 grandes empresas. Ela nega que tenha condições de conseguir na cúpula acordos mais vantajosos do que os de preservação do meio ambiente.

"As empresas estão felizes em trabalhar com os outros para garantir que estamos atentos às questões ambientais e sociais", afirmou Mark Moody-Stuart, ex-executivo-chefe da Shell e presidente da Basd (Ação Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável).

Ele defendeu, por exemplo, o Protocolo de Kyoto, que prevê a redução da emissão de poluentes para conter o aquecimento global. George W. Bush retirou os Estados Unidos desse tratado por considerar que ele seria prejudicial à indústria norte-americana.

A conferência deve dar impulso a parcerias entre o setor privado, ONGs e governos em áreas como saneamento básico, saúde e energia. Muitos ambientalistas dizem que esse tipo de iniciativa é uma forma de transformar atribuições dos governos em lucrativas atividades para as empresas.

Entre os países pobres, a principal queixa é com a resistência dos Estados Unidos com relação aos pedidos de mais ajuda para cumprir a meta global já estabelecida de reduzir pela metade, até 2015, o número de pessoas miseráveis no planeta.

"Nos Estados Unidos, a globalização é um deus", disse o delegado etíope Tewolde Gebre Egziabher, criticando o fato de que, apesar disso, os países mais desenvolvidos insistam em manter os subsídios à sua agricultura, o que foi o tema da cúpula na terça-feira.

O subsídio dos países ricos à agricultura atinge 1 bilhão de dólares por dia, o que representa mais de seis vezes os 54 bilhões anuais dados em ajuda ao Terceiro Mundo.

O professor Pedro Sanchez, da Universidade da Califórnia, propôs que uma parte dessa ajuda aos agricultores seja desviada para os países pobres. Além disso, o fim dos subsídios facilitaria a exportação de produtos agrícolas dos países pobres, gerando mais receita para eles.

A secretária britânica do Meio Ambiente, Margaret Beckett, discursou a favor da reforma nos subsídios, mencionando um estudo do Banco Mundial que estima em até 150 bilhões de dólares o retorno da abertura dos mercados agrícolas ao Terceiro Mundo.

Ela cobrou, entretanto, maior padrão de qualidade nos produtos do Terceiro Mundo para competirem favoravelmente no mercado dos países ricos.

## **Negociações**

Nos bastidores, continuam as negociações em torno do documento final da cúpula, visto com ceticismo por alguns ativistas devido a sua falta de valor legal e à abrangência das intenções da reunião.

O secretário-geral da cúpula, Nitin Desai, disse que o esboço de 77 páginas tem coisas concretas a apresentar. "Esta conferência será diferente. O foco está na ação", afirmou.

Desai disse que a cúpula de Johannesburgo tem muito mais chances de sucesso do que a sua primeira versão, realizada no Rio há dez anos, pois agora há metas contra a pobreza adotadas, em 2000. Mesmo sem valor legal, Desai acha que as metas serão cumpridas porque os países signatários se verão moralmente obrigados a isso.

Os delegados dizem que já houve acordo sobre 38 dos 156 parágrafos que estavam entre colchetes, ou seja, ainda em discussão.

Fonte: Reuters  
Alister Doyle

## **RIO + 10: HIDRELÉTRICAS PODERÃO ENTRAR EM PROPOSTA BRASILEIRA**

*Informativo*  
*Johannesburgo - África do Sul*  
*Agosto de 2002*

**Esta pode ser uma condição para a aprovação da proposta**

Para ver aprovada sua proposta de meta para o uso de fontes renováveis de energia, o Brasil provavelmente terá de concordar com a inclusão das grandes hidrelétricas. "Elas fazem parte da negociação", disse à Agência Estado o ministro do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho. Os grupos ambientalistas discordam dessa inclusão, argumentando que, embora essa fonte de energia seja renovável, não é sustentável, por causa dos danos ambientais que provoca.

"Estou sentindo que mesmo no G-77 (o bloco ao qual pertence o País, e que inclui os membros da Opep), na União Européia e no Canadá, a chance de aprovar a proposta é com a inclusão delas", avaliou o ministro, que chegou a Johannesburgo na segunda-feira, para a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável. "Para o Brasil, não faz diferença." Excluindo as grandes hidrelétricas, a matriz energética brasileira tem 12% de fontes renováveis; incluindo-as, 40%. No mundo, o patamar é de 4,4%, com as grandes hidrelétricas; sem elas, cai para 2,2%.

A proposta brasileira, elaborada pelo secretário de Meio Ambiente de São Paulo, José Goldemberg, de atingir 10% de fontes renováveis de energia no mundo em dez anos, sofre forte resistência dos países exportadores de petróleo e dos Estados Unidos. A União Européia tem sua proposta, de atingir 15% até 2010, mas com um acréscimo de apenas 2% nos países industrializados. Com as grandes hidrelétricas, eles têm hoje 5,6% de fontes renováveis e os países em desenvolvimento, 28,5% - incluindo também a queima de lenha, rejeitada pelos ambientalistas.

Pela proposta européia, o esforço recairia sobre os países em desenvolvimento. As fontes renováveis são mais caras hoje do que a energia fóssil. O Brasil argumenta que um esforço comum, com investimento em tecnologia e aumento de escala, a tornaria mais barata com o decorrer do tempo. As fontes renováveis vão das mais conhecidas, como o álcool, a solar e a eólica, ao óleo de dendê e a beterraba.

Os grupos ambientalistas WWF e Greenpeace enviaram uma carta aos países membros da União Européia pedindo que eles abandonem sua proposta e passem a apoiar a iniciativa brasileira. Entretanto, o endosso dos ambientalistas pressupõe a exclusão das grandes hidrelétricas.

"A União Europeia deve concentrar suas atenções em fontes de energia como a solar, eólica e biomassa sustentável, ao invés de incentivar o uso de tecnologias insustentáveis", diz Jennifer Morgan, diretora do Programa de Mudanças Climáticas do WWF. "Ao incluir grandes represas e biomassa insustentável em suas metas de energia renovável, a UE está incentivando os países a não fazerem nada."

Fonte: O Estado de São Paulo  
Lourival Sant'Anna

## **RIO + 10: INTIFADA CHEGA À CÚPULA**

*Informativo*

*Johannesburgo - África do Sul*

*Agosto de 2002*

A polícia sul-africana foi ativada para acalmar grupos de palestinos e israelenses que se confrontaram no primeiro dia da Cúpula da Terra em Joanesburgo. Mais de dez jovens de cada um dos lados insultaram uns aos outros a distância por cerca de 20 minutos e foram contidos por policiais fortemente armados quando se aproximavam. O início de confusão aconteceu no Fórum Global, área planejada para os encontros de ecologistas e representantes de ONGs, situada numa zona industrial de Joanesburgo e distante do centro de convenções onde se reúnem as delegações governamentais. Os manifestantes palestinos acusavam Israel de retardar o processo de paz no Oriente Médio, enquanto os

israelenses revidavam acusando-os de estarem se aproveitando do fórum global sobre desenvolvimento sustentável para defender sua causa particular.

Fonte: Jornal do Brasil

## **RIO + 10: “MAR DE POBREZA” CERCA PRIMEIRO DIA DA CÚPULA DA TERRA**

*Informativo*

*Johannesburgo - África do Sul*

*Agosto de 2002*

Os delegados que participam da Cúpula da Terra, a Rio+10, começaram a trabalhar em busca de um amplo acordo sobre redução da pobreza e preservação do meio ambiente.

Os participantes ainda tinham nos ouvidos o discurso inaugural do presidente Thabo Mbeki, que abriu a conferência com um apelo pelo fim do "apartheid global" entre ricos e pobres e pela mudança de uma ordem mundial hoje baseada "no selvagem princípio da sobrevivência do mais apto".

"Uma sociedade humana global baseada na pobreza para muitos e na prosperidade para poucos, caracterizada por ilhas de riqueza cercadas por um mar de pobreza, é insustentável", afirmou Mbeki.

O cenário da cúpula é uma demonstração dessa tese. Milhares de policiais, entre eles atiradores de elite, fazem a vigilância do luxuoso centro de convenções Sandton, a poucos quarteirões de uma das favelas mais pobres da África, a de Alexandria.

Mbeki também criticou a falta de empenho dos governos para colocar em prática as decisões adotadas há dez anos na cúpula ambiental Rio 92. Desta vez, o tema do encontro não se restringe ao meio ambiente, mas também ao combate à pobreza.

As reuniões preparatórias do fim-de-semana mostram que os próximos dez dias da conferência de Johannesburgo, entre discursos e negociações de bastidores, haverá uma luta entre os países pobres, que querem mais ajuda financeira e oportunidades comerciais, e os ricos, que condicionam seu apoio à existência de governos mais responsáveis no Terceiro Mundo.

"Se não houver um compromisso dos países desenvolvidos por uma nova assistência financeira, essa cúpula não terá sido um sucesso", comentou o representante de um país do sul da África.

Os líderes mundiais, mais de cem, só devem chegar na semana que vem, quando o esboço de um acordo já deve estar concluído. Mas os analistas dizem que, assim como aconteceu no Rio, os textos que estão sendo discutidos são vagos e não têm força de lei. Seu impacto político ficará ainda mais atenuado pela ausência do presidente dos Estados Unidos, George W. Bush.

"Esta não é uma conferência para resolver todos os problemas. Mas é um teste. Temos que aparecer com compromissos confiáveis para a ação", disse o funcionário da ONU Nitin Desai, que participa da organização.

## **Mundos Paralelos**

Entre os ativistas ambientais que estão em Johannesburgo, o maior motivo de irritação é a postura dos Estados Unidos e da União Européia, cujos governos, segundo eles, estão a serviço dos interesses das grandes empresas.

"Existe a possibilidade de que os dois mundos nunca se encontrem", afirmou Paul Mayer, da Tribal Link Foundation, em visita a Alexandria, perto do centro de convenções. "Quando traçamos políticas externas, temos de ter sempre as crianças em mente, mas acho que as pessoas que usam ternos de milhares de dólares e ficam em hotéis de luxo não fazem isso", afirmou.



O governo norte-americano defende publicamente um sistema de parcerias entre os países pobres e a iniciativa privada para o combate aos problemas sociais. A ONU promete divulgar em breve uma lista de projetos que já receberam sua aprovação.

Os países em desenvolvimento dizem que as metas socioambientais já definidas pela ONU exigem mais ajuda dos países ricos para que saiam do papel. Além disso, as nações mais pobres querem arrancar novos compromissos, como a abertura dos mercados e o fim dos subsídios agrícolas dos países desenvolvidos, por exemplo.

Mas os países ricos relutam em reabrir negociações que já foram concluídas. Um dos delegados norte-americanos disse que o Terceiro Mundo precisa ser mais realista. "Não podemos simplesmente ficar empacados em algumas dessas questões", afirmou.

A agenda da cúpula vai se concentrar em cinco áreas: água, energia, saúde, agricultura e preservação da biodiversidade.

Desai, da ONU, afirma que a relação entre esses itens nem sempre é óbvia, mas dá um exemplo: educar mulheres é uma maneira de tirar comunidades inteiras da pobreza, mas às vezes, em regiões áridas, isso só é possível com a construção de poços, o que evita que as mulheres e meninas percam seu tempo em longas caminhadas em busca de água.

Fonte: Reuters  
Alastair Macdonald

## **RIO + 10: MBEKI ABRE CÚPULA DA TERRA COM CRÍTICA AO “APARTHEID GLOBAL”**

*Informativo*

*Johannesburgo - África do Sul  
Agosto de 2002*

Começou na segunda-feira (dia 26) em Johannesburgo a Cúpula da Terra, uma reunião que dará a governantes de todo o mundo dez dias para transitar entre as negociações do mundo real e as promessas de reduzir a pobreza sem destruir o meio ambiente.

Em um sofisticado centro de convenções cercado por 10 mil policiais e soldados, o presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, disse que chegou a hora de abandonar um mundo baseado "no princípio selvagem da sobrevivência do mais adaptado".

Mbeki, que no domingo pediu o fim do "apartheid global" entre ricos e pobres, foi eleito presidente da Cúpula Mundial do Desenvolvimento Sustentável por delegados de quase 200 países.

"Uma sociedade humana global baseada na pobreza para muitos e na prosperidade para alguns poucos, caracterizada por ilhas de riqueza cercadas de um mar de pobreza, é insustentável", afirmou Mbeki na conferência de abertura da cúpula.

Nos bastidores, os delegados não conseguiram avanços no fim de semana para aproximar os países ricos, hesitantes em fazer concessões na declaração final, dos pobres, que querem mais ajuda e um comércio mais justo. "Todos estão muito pessimistas", disse um enviado italiano.

Do lado de fora, o otimismo não é maior. "Este encontro vai contribuir para que os ricos fiquem mais ricos e os pobres fiquem mais pobres. Não é a nossa cúpula", disse Trevor Ngwane, que milita contra a privatização da água no bairro de Soweto.

### **Bush Ausente**

Mais de cem líderes mundiais, com a notável exceção do presidente norte-americano, George W. Bush, estarão em Johannesburgo durante um ou dois dias, na próxima semana.

Alguns ativistas acusam os Estados Unidos e a União Européia de defenderem na reunião os interesses das grandes empresas multinacionais, à custa das pessoas pobres. Já houve choque entre os militantes e a polícia, que avisou que não vai tolerar distúrbios.

Na colorida cerimônia de abertura, no domingo, Mbeki mencionou a solidariedade internacional que ajudou a acabar com o regime racista do seu país, em 1994, dizendo que só ela pode acabar agora com o "apartheid global".

"Este é um mundo em que uma minoria rica usufrui níveis sem precedentes de consumo, conforto e prosperidade, enquanto uma maioria pobre passa por dificuldades diárias, sofrimentos e desumanização", afirmou.

A partir de segunda-feira, caberá aos ministros empurrar as negociações adiante. O objetivo final é chegar a um pacote abrangente, com medidas que vão do fornecimento universal de água potável ao controle da pesca e ao combate à Aids.

Essa reunião foi programada para fazer um balanço dos dez anos da cúpula ambiental Rio 92. Mas a ausência de Bush levou os críticos a questionarem o empenho norte-americano no cumprimento da Agenda Global definida naquela ocasião.

As autoridades norte-americanas dizem que Bush não compareceu à cúpula de Joanesburgo porque está muito ocupado com sua "guerra ao terrorismo" e com os problemas da economia norte-americana.

Washington lidera a resistência contra os países em desenvolvimento que querem promessas de ajuda mais atraentes e maior acesso aos mercados dos países ricos. Os EUA dizem que preferem ajudar os países pobres por meio de parcerias com a iniciativa privada.

### **Círculo Vicioso**

O tratado que sair da reunião de Johannesburgo não terá força de lei, mas os organizadores esperam que ele tenha um impacto político que ressuscite a declaração do Rio 92, cujas promessas de promover o desenvolvimento sem destruir o meio ambiente caíram no esquecimento.

Os países ricos dizem que grande parte da ajuda destinada ao Terceiro Mundo foi desperdiçada com a corrupção e a ineficiência, e por isso querem mais garantias de responsabilidade nos governos.

"A comunidade global ainda não demonstrou que vai implementar as decisões que adotou livremente", afirmou Mbeki, 60, em seu discurso de abertura. "É como se estivéssemos determinados a regressar à condição mais primitiva de existência no mundo animal, a sobrevivência do mais adaptado."

Os milhares de delegados presentes à reunião vão se debruçar sobre cinco temas: água, energia limpa, saúde, agricultura sustentável e manutenção da biodiversidade.

Na segunda-feira o tema da reunião plenária será a saúde, quando alguns representantes tentarão demonstrar que saúde precária e pobreza formam um círculo vicioso. A África do Sul é um exemplo disso: ali, um de cada dez habitantes tem o vírus da Aids, o que já dizimou a força de trabalho e deixou milhões de crianças órfãs.

Fonte: Reuters

## **RIO + 10: O COLAPSO DO MERCADO PESQUEIRO**

*Informativo*

*Brasil*

*Agosto de 2002*

Os mercados de peixe em todo o mundo estão em declínio, encoberto por colapso dramático da pesca do bacalhau do leste do Canadá, onde os exploradores do século 16 descreveram que se podia lançar sextos dos barcos e suspendendo os cheios de bacalhau. Mais de 70% das importações comerciais do mundo está sobrecarregada ou esgotando-se, em recuperação lenta, ou próximo do nível máximo de

exploração sustentável. De acordo com estatísticas das Nações Unidas mostram que o consumo de peixes em todo o mundo cresceu 240% desde 1960.

As mudanças climáticas também afetam a indústria pesqueira. Muitos cientistas afirmam que os gases produzidos pela queima de combustíveis estão ligados ao aumento da temperatura global. Os mares mais quentes causam a morte dos recifes de corais que são o habitat natural dos peixes tropicais. O maior produtor dos gases que causam o efeito estufa, os Estados Unidos, fugiu do acordo de Kyoto para redução da emissão de gases tóxicos. Alguns ambientalistas afirmam que grandes subsídios que encorajam a super atividade na pesca não serão suficientes para depois salvarem o mercado pesqueiro.

“O bacalhau do Canadá está extinto e provavelmente não voltará, é comum que após se remover uma espécie de um eco-sistema outra ocupe sua função, impedindo assim que ela retorne àquele ambiente” diz Helena Bour, uma especialista em peixes do Greenpeace.

Fonte: Jornal do Brasil  
Ed Stoddard

## **RIO + 10: O DESGASTE AMBIENTAL EM NOVOS NÚMEROS**

*Informativo*  
*Johannesburgo - África do Sul*  
*Agosto de 2002*

**Estudo mostra que degradação piorou**

O nível real de desigualdade e degradação ambiental no mundo pode estar bem pior do que dizem as estimativas oficiais, segundo um documento preparado para os países mais ricos do mundo e a qual o Guardian teve acesso.

O relatório inclui novas estimativas de que o mundo perdeu quase 10% de suas florestas por ano nos últimos 10 anos; que as emissões de dióxido de carbono que levam ao aquecimento global devem crescer 33% nos países ricos e 100% no resto do mundo, nos próximos 18 anos, e que serão necessários 30% a mais de água potável no ano 2020.

O trabalho, feito para a reunião do mês passado da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), recorre a muitos estudos anteriormente desconhecidos da ONU, do Banco Mundial, da Organização Mundial de Comércio e de acadêmicos. O estudo calcula que menos de 0,1% da renda média dos 22 países membros da OCDE chega realmente aos países de baixa renda e apenas 0,05% foram para os países menos desenvolvidos.

A assistência de doadores para proteção ambiental e os serviços sociais básicos caíram para menos de 15% de toda a ajuda em comparação com os 35% na época da última cúpula da Terra, em 1992.

O documento da OCDE calcula que os países ricos agora subsidiam suas indústrias com mais de US\$ 1 bilhão por ano e a agricultura com mais de US\$ 300 bilhões. Isto, diz o estudo, vem tendo crescentes efeitos no desenvolvimento dos países pobres e na degradação ambiental.

Se fosse dado acesso irrestrito aos mercados apenas das quatro economias mais ricas do mundo, isto aumentaria em 4% ao ano a renda per capita de mais de dois bilhões de pessoas nos países mais populosos do mundo.

Segundo o trabalho, se a UE, o Canadá, o Japão e os EUA permitissem que imigrantes compusessem 4% de sua força de trabalho, os ganhos para os países pobres poderiam ser de US\$ 160

bilhões e US\$ 200 bilhões por ano - muito mais do que qualquer alívio da dívida externa poderia proporcionar. Os cálculos do estudo indicam: a extinção de espécies agora atinge 11% dos pássaros, 18% a 24% dos mamíferos, 5% dos peixes e 8% das plantas.

E acrescenta que os países da OCDE subsidiam a emissão de gases do aquecimento global com US\$ 59 bilhões - quase exatamente o que o informe calcula que custaria o cumprimento das metas internacionais. O estudo sugere que investir dinheiro para reduzir as emissões que provocam mudanças no clima quase não teria efeito sobre a economia global.

Fonte: Jornal do Brasil  
John Vidal

## **RIO +10: ONG MEDE POLUIÇÃO PROVOCADA POR PARTICIPANTES DA CÚPULA DA TERRA**

*Informativo*  
*Johannesburgo - África do Sul*  
*Agosto de 2002*

Uma ONG (organização não-governamental) vai medir a poluição e o consumo de energia gerados pelos 40 mil delegados presentes nas cinco principais sedes na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Rio +10), em Johannesburgo (África do Sul).

A UICN (União Mundial pela Natureza) vai medir as toneladas de lixo geradas pelos participantes na reunião e seu percentual de reciclagem, assim como a emissão de gás carbônico, principal responsável pelo efeito estufa, e o consumo de água e eletricidade.

Os resultados, que já estão sendo publicados diariamente pelo jornal sul-africano "The Star", não são muito animadores.

Das 26 toneladas de detritos (papéis, latas etc.) recolhidas ontem e domingo, somente três toneladas puderam ser recicladas, apesar da presença por toda parte de garis usando uniformes de cores diferentes para a seleção do lixo.

"Isso mostra que esses garis de reciclagem são ainda uma novidade para a maioria dos sul-africanos e para numerosos delegados estrangeiros e é preciso educá-los", afirmou Salief Fakir, dirigente local da UICN.

"No local, temos diariamente agentes orientando os visitantes a jogar bem o lixo nos coletores correspondentes. Quando isso não ocorre, vão falar com a pessoa para explicar-lhe o que deve fazer. Um dos objetivos da experiência é ver se o índice de reciclagem aumenta com o correr dos dias", disse Fakir.

Os responsáveis pela experiência estimam que a cúpula vai gerar entre 600 e 700 toneladas de detritos e cerca de 300 mil toneladas de gás carbônico, partindo da base de um número entre 34 mil e 40 mil participantes.

"Servimo-nos da cúpula para aprender e para mostrar aos industriais o que talvez possamos realizar um dia em uma cidade ou em um país", disse Fakir.



## **RIO +10: ONGS FAZEM DIAGNÓSTICO DOS PROBLEMAS DA AMAZÔNIA**

*Informativo*

*Johannesburgo - África do Sul*

*Agosto de 2002*

### **Três organizações não-governamentais do Brasil apresentaram hoje, em Johannesburgo, um diagnóstico sobre os problemas da Amazônia e propostas de soluções**

Três organizações não-governamentais do Brasil apresentaram hoje, em Johannesburgo, um diagnóstico sobre os problemas da Amazônia e propostas de soluções. Os trabalhos foram apresentados para uma platéia de delegados estrangeiros, incluindo o ministro do Meio Ambiente da África do Sul, Ben Ngubane, e técnicos do governo brasileiro, no fórum da sociedade civil, que se realiza paralelamente à Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável.

O primeiro estudo, do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), avalia o impacto ambiental do desmatamento ao longo das rodovias da Amazônia e mostra como medidas de "boa governança" poderiam atenuá-lo. Entre essas medidas, Ana Cristina Barros, do Ipam, cita o estímulo de uma produção nos padrões ambientais corretos, o controle de fiscalização das queimadas, etc.

Em seguida, Adilson Vieira, do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), apresentou um panorama da situação da população na região, com a forma de ocupação, os projetos do governo e o que a sociedade civil está fazendo. "Tem havido avanços na forma de gerir os recursos naturais, mas persiste a lógica do desmatamento, do gasoduto, da hidrovía", diz Vieira.

Por último, Juliana Santilli, do Instituto Socioambiental (ISA), mostrou a importância de regular o acesso aos recursos genéticos da floresta, argumentando que, com a presença do Estado, leis adequadas

e a participação da sociedade civil, é possível preservar esses recursos. Noutro evento, de manhã, o ISA e outras ONGs dos nove países amazônicos apresentaram os primeiros resultados da Rede Amazônica de Informações Socioambientais Georreferenciadas. "É o primeiro cenário que junta informações dos nove países sobre terras indígenas e áreas protegidas", disse Carlos Alberto Ricardo, do ISA. "Esse trabalho mostra que a sociedade civil está se articulando para produzir sua própria informação."

Fonte: O Estado de São Paulo  
Lourival Sant'Anna

## **RIO +10: ONU PEDE RESPOSTA GLOBAL ANTE AS CATÁSTROFES NATURAIS**

*Informativo*

*Johannesburgo - África do Sul*

*Agosto de 2002*

Durante a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, iniciada ontem em Johannesburgo (África do Sul), a Organização das Nações Unidas (ONU) pediu uma resposta global ante a crescente piora do meio ambiente e as recentes catástrofes naturais.

Klaus Toepfer, diretor do Programa de Meio Ambiente da ONU, lembrou que os últimos desastres naturais, como as inundações na Europa e Ásia ou a seca no sul da África, põem em perspectiva a necessidade de uma resposta global.

O segundo dia do encontro é marcado pelo pessimismo diante da falta de acordo dos países desenvolvidos sobre as fórmulas de ajuda às nações pobres e entre comentários sobre os escassos avanços desde a Cúpula da Terra, celebrada no Rio em 1992.

Entidades dos trabalhadores representam 148 países e mais de 150 milhões de pessoas. A Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (COSL), representada na Conferência da Terra II (Rio+10), pediu que as multinacionais apliquem nas nações em vias de desenvolvimento, onde tais empresas mantêm suas filiais, a mesma responsabilidade social que elas têm em seus países de origem.

A Cúpula encerrou ontem a primeira jornada em Johannesburgo depois de uma sessão inaugural seguida por discussões centradas nas questões de saúde e biodiversidade. A ministra sul-africana de Relações Exteriores, Nkosazana Dlamini-Zuma, que presidiu o plenário em substituição ao chefe de Estado da África do Sul, Thabo Mbeki, declarou a jornada encerrada às 18h30 (horário local).

Além de Dlamini-Zuma e Jan Pronk, o enviado especial do secretário-geral da ONU, Kofi Annan, que intermediou as discussões, também pediu aos delegados para agilizarem e abreviarem seus pronunciamentos para permitir a intervenção de mais pessoas em cada sessão.

Grupos contrários à Cúpula anunciaram que desacatarão as advertências policiais que pedem o respeito à lei, bem como farão uma passeata de protesto não-autorizada até a sede da conferência.

Fonte: Panorama Brasil

## **RIO + 10: PAÍSES POBRES PRESSIONAM POR FIM DE SUBSÍDIOS RICOS**

*Informativo*

*Johannesburgo - África do Sul*

*Agosto de 2002*

Os países mais ricos do mundo foram criticados na Rio+10 na terça-feira por destinar bilhões de dólares a subsídios agrícolas acusados de aumentar a fome e emperrar as exportações da África e da Ásia.

"Ficamos aqui sentados falando de agricultura sustentável enquanto pessoas estão morrendo", disse Lebohang Ntsinya, ministro do Meio Ambiente de Lesoto, um dos países do sul da África mais afetados pela fome. "Fazemos um apelo para que vocês corrijam suas políticas."

A cúpula começou na segunda-feira na África do Sul e pretende, em seus dez dias de duração, traçar um plano para reduzir a pobreza sem prejudicar o meio ambiente. A crise de alimentação no sul da África é a pior da década.

Os países em desenvolvimento estão pressionando as nações ricas a se comprometer a reduzir subsídios responsabilizados por restringir o acesso dos produtos desses países nos mercados desenvolvidos.

"Não pode haver desenvolvimento sustentável nos nossos países enquanto essa política continuar", disse uma autoridade uruguaia.

Tewolde Gebre Egziabher, da Etiópia, país que foi vítima de uma das maiores ondas de fome na história recente, nos anos 1980, disse à Reuters: "Ainda há um grande abismo entre o norte e o sul. Os Estados do norte insistem em manter os subsídios".

Os Estados Unidos estão preparando um novo decreto para aumentar os subsídios aos agricultores domésticos, e a União Européia está dividida em relação ao assunto.

"Estamos entrando numa desaceleração econômica e é sempre difícil para os países abrir o mercado em épocas como estas", disse um negociador europeu.

Medindo os subsídios em relação à renda total dos agricultores, a UE fica com 35 por cento, enquanto os EUA subiram para 21 por cento dos 14 por cento que tinham na década de 1990.

Uma autoridade do Banco Mundial notou: "Uma vaca comum em média é sustentada pelo triplo do dinheiro que mantém uma pessoa pobre na África".

Os países ricos deram cerca de 57 bilhões de dólares em 2001 em ajuda para os países em desenvolvimento, mas gastaram mais de 350 bilhões de dólares para subsidiar seus próprios agricultores, numa manobra que mantém a produção dos países pobres fora do mercado.

O Banco Mundial estima que a abertura do mercado renderia 150 bilhões de dólares ao ano para os países em desenvolvimento.

"Não poderíamos pegar um pouco do 1 bilhão de dólares por dia que os agricultores europeus e norte-americanos recebem e colocá-los na luta para acabar com a fome e a pobreza no mundo em desenvolvimento?", disse o professor de ambientalismo Pedro Sanchez, da Universidade da Califórnia.

Fonte: Reuters  
Darren Schuettler

## **RIO +10: PAPA PEDE QUE CÚPULA DA TERRA PROTEJA O PLANETA**

*Informativo*  
*Cidade do Vaticano - Roma*  
*Agosto de 2002*

O Papa João Paulo pediu aos líderes presentes à Cúpula da Terra sobre Desenvolvimento Sustentável que encontrem meios de proteger o planeta.

"Os homens têm sido designados por Deus como administradores da Terra --para cultivá-la e tomar conta dela", afirmou o Papa, de 82 anos, em sua oração regular.

A Cúpula da Terra começa na segunda-feira em Johannesburgo, na África do Sul.

"Nós todos desejamos que os diversos líderes de Estado e de governo presentes, e os demais participantes, possam encontrar meios para um desenvolvimento humano integrado, levando em conta fatores econômicos, sociais e do meio ambiente", acrescentou.

O Papa disse que a "vocação ecológica" - o desejo de proteger o meio ambiente - se tornou mais urgente em nossos tempos.

Fonte: Reuters

## **RIO + 10: PASSAPORTE PARA O FUTURO**

*Informativo*

*Johannesburgo - África do Sul*

*Agosto de 2002*

Fernando Henrique Cardoso chega no próximo domingo a Johannesburgo, África do Sul, pronto para brilhar na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, a "Rio +10".

O momento é oportuno, pois FHC pretende ser, simultaneamente, um presidente que se despede em grande estilo do cenário internacional e um futuro ex-presidente que apresenta suas credenciais como um dos próximos líderes mundiais. Pelo menos dos "países em desenvolvimento".

O cenário também é especialmente adequado. O Brasil pode não ser lá essas coisas em cúpulas de comércio, de finanças e muito menos de segurança. Mas é uma potência, orgulhosa e saltitante como seus delegados, em megareuniões sobre ambiente.

Não só porque tem a maior biodiversidade do planeta mas porque tenta caprichar depois de ter sediado a histórica Eco-92, no Rio de Janeiro. O governo federal evoluiu muito nessa área, alguns governos estaduais fizeram o que podiam, o Acre é um sucesso internacional (menos pelo TRE...). E, acima de tudo isso e apesar da montoeira de coisas que ainda há por fazer, a cidadania abriu os olhos.

FHC, portanto, vem quente que os países desenvolvidos estão fervendo. Liderados pelos EUA e pelo absurdo de George W. Bush, querem fechar os olhos para os próprios erros e os bolsos para os erros dos mais pobres.

O presidente brasileiro não estará falando sozinho. Ele tem a delegação dos 33 países da América Latina e do Caribe e, cá pra nós, vem articulando uma espécie de aliança com Tony Blair, do Reino Unido, na reunião final de chefes de Estado.

Até lá, as reuniões técnicas se multiplicam nas salas e auditórios do Sandton Centre, com ricos disputando cada vírgula com pobres e com governos digladiando-se com ONGs. Mas a fitinha vermelha que Marcelo Furtado, do Greenpeace, usa no pescoço pode unir ONGs e ex-governos. "Bush, don't burn our future!" (Bush, não queime nosso futuro!), diz. FHC, o presidente, jamais repetiria isso. Mas FHC, o candidato ao futuro, adoraria poder fazê-lo.

Fonte: Folha de São Paulo  
Eliane Cantanhêde

## **RIO +10 ESPECULA SOBRE PROPOSTA ALEMÃ DE USINA GIGANTE DE ENERGIA SOLAR**

*Informativo*

*Johannesburgo - África do Sul*

*Agosto de 2002*

### **Outros especialistas, no entanto, acreditam que os rumores são apenas uma jogada política do chanceler Gerhard Schröder**

Nos corredores do Sandton Convention Center, onde se realiza a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, há uma expectativa com relação à ida do chanceler alemão, Gerhard Schröder, que teria uma surpresa bombástica preparada. De acordo com especialistas da área energética, o que Schröder apresentará é o projeto de uma usina gigante de energia solar, que deverá ser construída na Alemanha.

Outros já acham que será algum "tour-de-force" político, como o que Schröder realizou na Cimeira da América Latina e União Européia, em 1999, no Rio. Na ocasião, a Alemanha ocupava a presidência de turno da UE, e o chanceler alemão anunciou mudanças na política agrícola comum, que inclui os famigerados subsídios. Os subsídios não caíram, mas a atitude alemã consolidou o isolamento da França nesse tema.

Fonte: O Estado de São Paulo  
Lourival Sant'Anna



## **RIO +10: ESTUDO MOSTRA VIABILIDADE DE PROPOSTA BRASILEIRA**

*Informativo  
São Paulo - Brasil  
Agosto de 2002*

### **Uma avaliação das matrizes energéticas dos países representados na Rio+10 segue para Johannesburgo, na bagagem do físico José Goldemberg, secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo**

Uma avaliação das matrizes energéticas dos principais países representados na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10), segue hoje para Johannesburgo, na África do Sul, na bagagem do físico José Goldemberg, secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo e autor da proposta brasileira de adoção de 10% de fontes renováveis de energia, em todos os países, até 2010. O estudo deverá apoiar os negociadores da Rio+10, demonstrando que a meta não está tão distante, mesmo para países fortemente influenciados pela indústria petroléira, como os Estados Unidos, que já têm 5% de sua energia proveniente de fontes renováveis.

De acordo com o levantamento realizado pela equipe de Goldemberg, os países desenvolvidos em pior situação são a Alemanha e o Japão, ambos com 3,3%. O índice também é de 3,3% para os países que compunham a antiga União Soviética. Em compensação, a média dos países industrializados europeus é de 7% e há países que já estariam bem além da meta, como a Suécia, com 25,5%.

A estratégia durante a Cúpula Mundial seria buscar apoio dos países europeus à proposta brasileira, discutindo tais números. A proposta já conta com o apoio dos países da América Latina e Caribe, mais Portugal e Espanha. Existe uma grande pressão da opinião pública canadense para que o país se desvincule da posição norte-americana nesta matéria e representantes do Japão também teriam se

aproximado de negociadores brasileiros, interessados em detalhar melhor a proposta. Vale lembrar que Japão e Canadá fazem parte do grupo de negociação ao qual pertencem os Estados Unidos, junto com Austrália e Nova Zelândia (Juscanz).

## **Resistência**

A intenção é também quebrar a resistência dos Estados Unidos, com a argumentação de que o percentual de fontes renováveis poderia ser alcançado com energia nova, sem necessidade de diminuir a produção de petróleo atual. Ou seja, na contabilidade ambiental, haveria uma estabilização nas emissões por queima de combustíveis fósseis e os eventuais acréscimos na produção de energia seriam derivados de fontes renováveis, entre as quais a biomassa "moderna" poderia figurar como carro-chefe.

Biomassa "moderna" é o álcool de cana de açúcar, de madeira ou de restos vegetais de lavouras, a eletricidade produzida a partir de bagaço de cana ou congregação de processos agro-industriais e boinas de lixo ou resíduos sólidos. Novas fontes renováveis ainda incluem pequenas hidrelétricas, energia solar, eólica, geotérmica e marinha. "O Brasil tem uma posição razoavelmente confortável, com 38,6% de fontes renováveis", pondera Goldemberg. "Mesmo se excluíssemos a hidroeletricidade, como propõe a União Européia, o percentual de biomassa moderna e novas fontes renováveis ainda seria de 20,5%."

O risco para a matriz brasileira, no entanto, está no combustíveis das novas térmicas ou no aumento de importação de carvão. "O gás natural é uma opção mais aceita, mas o carvão mineral, de qualquer tipo, é um passo na direção errada", observa o secretário, comentando a notícia, divulgada há uma semana, de que a Companhia Vale do Rio Doce fechou um acordo com a China para importação de carvão. O minério seria trazido nos navios, que do contrário voltariam vazios, depois de levar o minério de ferro brasileiro para a China.

"Pode fazer sentido economicamente, mas ambientalmente é um passo para trás", alerta Goldemberg. "Sobretudo em se tratando do carvão da China, que é de má qualidade e cujas emissões, além do gás carbônico (o principal gás do efeito estufa) estão cheias de dióxido de enxofre (o gás da

chuva ácida) e outros poluentes". Em São Paulo, garante o secretário, nenhuma térmica a carvão terá licenciamento ambiental.

Fonte: O Estado de São Paulo  
Liana John

## **RIO +10: ONGS FAZEM DIAGNÓSTICO DOS PROBLEMAS DA AMAZÔNIA**

*Informativo*  
*Johannesburgo - África do Sul*  
*Agosto de 2002*

### **Três organizações não-governamentais do Brasil apresentaram hoje, em Johannesburgo, um diagnóstico sobre os problemas da Amazônia e propostas de soluções**

Três organizações não-governamentais do Brasil apresentaram hoje, em Johannesburgo, um diagnóstico sobre os problemas da Amazônia e propostas de soluções. Os trabalhos foram apresentados para uma platéia de delegados estrangeiros, incluindo o ministro do Meio Ambiente da África do Sul, Ben Ngubane, e técnicos do governo brasileiro, no fórum da sociedade civil, que se realiza paralelamente à Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável.

O primeiro estudo, do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), avalia o impacto ambiental do desmatamento ao longo das rodovias da Amazônia e mostra como medidas de "boa governança" poderiam atenuá-lo. Entre essas medidas, Ana Cristina Barros, do Ipam, cita o estímulo de uma produção nos padrões ambientais corretos, o controle de fiscalização das queimadas, etc.

Em seguida, Adilson Vieira, do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), apresentou um panorama da situação da população na região, com a forma de ocupação, os projetos do governo e o que a sociedade civil está fazendo. "Tem havido avanços na forma de gerir os recursos naturais, mas persiste a lógica do desmatamento, do gasoduto, da hidrovia", diz Vieira.

Por último, Juliana Santilli, do Instituto Socioambiental (ISA), mostrou a importância de regular o acesso aos recursos genéticos da floresta, argumentando que, com a presença do Estado, leis adequadas e a participação da sociedade civil, é possível preservar esses recursos. Noutro evento, de manhã, o ISA e outras ONGs dos nove países amazônicos apresentaram os primeiros resultados da Rede Amazônica de Informações Socioambientais Georreferenciadas. "É o primeiro cenário que junta informações dos nove países sobre terras indígenas e áreas protegidas", disse Carlos Alberto Ricardo, do ISA. "Esse trabalho mostra que a sociedade civil está se articulando para produzir sua própria informação."

Fonte: O Estado de São Paulo  
Lourival Sant'Anna

## **RIO + 10: PRESERVAÇÃO À AFRICANA**

*Informativo*  
*África do Sul*  
*Agosto de 2002*

Abrir as fronteiras de três países para a criação de uma área em comum de preservação ambiental e ecoturismo, mas, ao mesmo tempo, vigiá-las contra a imigração ilegal de moçambicanos famintos rumo

ao Zimbábue e à África do Sul. Esse é o desafio do projeto do Parque Transfronteiriço GKG (Transfrontier Park Gaza-Kruger-Gonarezhou), representativo do conflito entre pobreza e conservação do ambiente na África.

O parque, de 40 mil km<sup>2</sup>, está em fase de implantação e tem previsão de ser inaugurado em 2003. Vai unir os territórios de Coutada 16, na província de Gaza (sudoeste de Moçambique) e dos parques nacionais Kruger (nordeste da África do Sul) e Gonarezhou (sul do Zimbábue).

A fronteira entre Gaza e o Kruger National Park é exatamente um dos pontos pelos quais trabalhadores moçambicanos se aventuram para entrar ilegalmente na África do Sul em busca de emprego e melhores condições de vida. Muitos são devorados pelos leões na travessia. O parque Kruger já é uma reserva de caça controlada e com infra-estrutura de turismo de aventura na região.

Inspirado no único outro empreendimento do gênero na África – o Kgalagadi Transfrontier Park, criado em 2002 entre as fronteiras de Botsuana e África do Sul -, o GKG é mais um esforço de nações africanas na direção do desenvolvimento sustentável do continente.

O objetivo é administrar de forma equilibrada os recursos naturais das três regiões em questão, tornando acessível sua vasta flora e fauna selvagem para o turismo internacional, promovendo a preservação da biodiversidade, criando empregos, gerando renda e oportunidades para a população local, afetada por décadas de guerra civil.

Especialistas responsáveis pela instalação do GKG apostam no restabelecimento de rotas históricas de migração animal e outras funções do ecossistema interrompidas por cercas físicas legislação incompatível. Nas três regiões há mais de 500 espécies de pássaros, 147 espécies de mamíferos, 116 espécies de répteis e mais de 2.000 espécies de plantas. O parque de Gonarezhou é rico em sítios arqueológicos, pinturas rupestres e fósseis de dinossauro.

O escritor e biólogo moçambicano Mia Couto, que trabalha no projeto de implantação do GKG, se mostra entusiasmado com a iniciativa, que vai abrir pela primeira vez para o público a Coutada 16, um dos tesouros de vida selvagem em Moçambique.

“As pessoas vão poder transitar com facilidade por três países dentro do parque e conhecer uma mistura de experiências culturais. Os próprios curandeiros locais servirão de guias turísticos explicando a ciência deles, contando histórias, apresentando a comida, a música e o artesanato local”, Couto contou à Folha em junho, em Maputo (capital do país).

Mas é também na província de Gaza que o mais recente relatório da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação) aponta altas taxas de fome provocadas pela sequência de cheias e secas entre 2001/2002, além da redução drástica dos recursos naturais locais (madeira e caça) como resultado do uso intensivo nos últimos quatro anos.

A maioria da população moçambicana, cerca de 70% vive abaixo da linha de pobreza absoluta. As condições de segurança alimentar em todo o país são fortemente influenciadas pelo clima, uma vez que a agricultura de subsistência é a forma dominante de sobrevivência.

A insegurança alimentar é mais aguda nas províncias semi-áridas das regiões Sul e Central. Estima-se em 550 mil o número de pessoas que passam fome neste ano nesses locais.

A remoção das barreiras humanas para que os animais circulem livremente dentro do parque transfronteiriço GKG e o remanejamento sustentável dessas populações castigadas pela pobreza é o maior desafio das autoridades dos três países que vão administrar conjuntamente a área.

Fonte: Folha de São Paulo  
Marilene Felinto

## **RIO + 10: PRIVATIZAÇÃO DE SISTEMAS HÍDRICOS GERA REVOLTAS E INCERTEZAS**

*Informativo*  
*Johannesburgo - África do Sul*  
*Agosto de 2002*

Quando Jorge Abdala viu sua conta mensal de água saltar de 24 para 59 pesos há alguns anos, ele começou a buscar culpados, e logo encontrou um vilão: uma companhia multinacional francesa que contava com um amplo projeto global para a privatização de sistemas hídricos controlados pelo Estado.

Abdala, um homem de modos amenos com 54 anos de idade, em nada se parece com um revolucionário: trabalha duramente como a grande maioria dos outros moradores desta cidade escondida em um dos vales dos Andes onde comanda um bufê, gerenciado por ele em sua própria cozinha.

Entretanto, os protestos organizados aqui por Abdala obrigaram a empresa, conhecida como Vivendi Environnement, a abdicar de seu contrato de longa duração que lhe concedia poderes para supervisionar e gerenciar as fontes hídricas da província de Tucuman, onde vivem aproximadamente um milhão de argentinos.

"No início, nós apenas pedíamos uma coisa: 'fora daqui!'", ele diz, apoiando-se na ponta da cadeira na sala de sua humilde casa térrea. "Nós exibíamos os fatos que comprovavam que eles não faziam nenhum investimento, apenas elevavam o preço da água. E todos os investimentos realizados eram feitos com o dinheiro do governo".

Outras multidões também foram às ruas na Bolívia, no Equador, no Panamá, na África do Sul e em outros países, numa ilustração claríssima dos altos preços cobrados pela água. E aqui coloca-se a questão: A água, uma substância que se confunde com a própria vida, deveria ser transformada em um negócio que visa ao lucro?

A resistência em Tucuman continua viva, e a província luta para encontrar uma nova empresa que opere seu sistema hídrico. A reação tem surtido efeito sobre os grandes grupos europeus que controlam o gerenciamento hídrico mundial e instituições financeiras ocidentais que defendem a privatização.

Por todo o globo, as corporações já possuem ou operam sistemas hídricos que geram aproximadamente US\$ 200 bilhões por ano. Entretanto, elas servem apenas a 7% da população mundial e deixam um vasto mercado potencial sem acesso à água. Os manifestantes estão decididos a restringir este mercado.

### **Donas da água**

Os protestos sensibilizaram os críticos das corporações - sobretudo os ambientalistas que se opõem à globalização, mas também grupos de defesa do consumidor e sindicatos. Nenhum deles aceita que grupos privados obtenham lucro com a água.

"A água é um recurso essencial para a vida", afirma Hannah Griffiths do grupo ambientalista britânico Friends of the Earth. "Decisões a respeito da alocação e da distribuição deveriam ser democráticas e baseadas no direito fundamental do ser humano a recursos naturais limpos e saudáveis".

Nem todos concordam. Há quem argumente que caso a água não seja tratada como um bem extremamente precioso e seu preço não reflita seu valor - especialmente para grandes consumidores, como os setores agrícola ou industrial - ela será amplamente desperdiçada.

A água demanda ainda mais dinheiro do que alguns governos se dispõem ou podem gastar para que seus sistemas de fornecimento sejam aprimorados e permitam o acesso de água potável a cidades em todas as regiões do mundo - especialmente as mais pobres.



Mas permitir que grupos privados gerenciem ou controlem vários dos sistemas hídricos existentes no mundo contribuirá para a resolução destes problemas? E este controle não exporia os pobres a contas de água absurdamente elevadas?

A incapacidade generalizada dos serviços públicos do mundo em desenvolvimento para fornecer água limpa e potável é um dos mais fortes argumentos em defesa da privatização.

"De modo geral, eles possuem muitos funcionários, executam um trabalho de má qualidade, não têm capacidade ou disposição para investir e não têm dinheiro para atender a todos", afirma John Briscoe, consultor hídrico do Banco Mundial em Washington, ao descrever as empresas de serviços públicos.

Mas a ação privada parece funcionar como uma panacéia. Aqui em Tucuman, os críticos da Vivendi afirmam que a empresa lutou pelo contrato para que pudesse explorar o mercado, e que a maior parte dos problemas decorrentes foram criados pela própria empresa.

## **Responsabilidades**

Para Gilda Pedinoce de Valls, uma ex-procuradora estadual de Tucuman, a Vivendi não soube perceber a importância atribuída pelas pessoas a modificações indiscriminadas com uma substância essencial para a boa conservação de uma região seca, destacada por suas safras de frutas cítricas.

A água, ela diz, "é um presente divino". Olivier Barbaroux, presidente da Vivendi, tem a mesma opinião. Mas faz uma ressalva: "É verdade", diz Barbaroux, "mas ele esqueceu de colocar os canos".

Quando a água invadiu o porão da pizzeria de Basilio Sajnik em Lomas de Zamora, subúrbio de Buenos Aires, ele também procurou culpados. Tal como Abdala, ele encontrou uma grande multinacional francesa, chamada Suez e que pressionou, ao lado da Vivendi, pela privatização do sistema hídrico nacional.

Em 1992, a Suez firmou um contrato de 30 anos para o gerenciamento hídrico da região de Buenos Aires. Lomas, uma imensa região suburbana de 600 mil habitantes, localizada ao sul da capital argentina, abriga boa parte da população de 2 milhões que, graças à Suez, passou a receber água pela primeira vez.

No entanto a companhia francesa foi mais lenta na instalação de canais de esgoto. Hoje o porão do prédio da pizzaria de Sajnik - aonde vivem ainda mais três famílias - está constantemente inundado. Uma bomba é utilizada todos os dias para desviar a água.

"Esta é a terceira bomba que eu compro, mas ninguém cobre os meus gastos com a eletricidade", afirmou Sajnik, 58, coberto por lama até os joelhos em seu porão.

A água que a Suez levou à região gerou uma tal corrente que rompeu canos, fazendo com que o esgoto seguisse por calçadas e porões, até mesmo nos períodos mais secos. No verão, o cheiro é insuportável. Até o momento não houve nenhuma epidemia, mas a ameaça à saúde pública é constante.

"Eu poderia ir à Justiça, mas ela é muito lenta, e lá os poderosos sempre vencem", afirmou Sajnik. "Eles dizem que é a natureza, e como você resolve o problema com a natureza?"

Em vez da natureza, os executivos da Suez responsabilizam a crise argentina. Jacques Petry, chefe-executivo da Ondeo, a divisão hídrica da Suez, explicou em Paris que o plano original de investimentos da Suez previam a instalação de canais de esgoto. Porém o colapso do peso argentino interrompeu os trabalhos. A Suez, ele afirma, contribuiu com um programa que oferece 1.500 bombas para a região afetada.

Por enquanto, afirma o novo chefe-executivo da filial argentina da Suez, Jean Bernard Lemire, os gastos foram reduzidos aos itens essenciais: pagamentos de salários, compra de produtos químicos e energia, além de serviço básico de manutenção.

Ele reconhece que a renegociação do prazo do contrato original, que já foi alterado inúmeras vezes, anularia o acordo que foi feito.

"É claro que nossos competidores podem dizer: 'com estas condições, nós também teríamos obtido o contrato'", ele disse. Mas ele completa: "Não podemos fazer previsões para daqui a 30 anos. Temos que ser flexíveis".

No cômputo geral, a Suez afirma orgulhar-se por suas realizações em Buenos Aires. A empresa modernizou as unidades de tratamento de água que antes se encontravam à beira do colapso, e comanda com eficiência uma frota que possui mais de mil caminhões para consertos. Toda a contabilidade hoje está computadorizada. E, exceção feita aos primeiros oito meses, quando a Suez perdeu US\$ 23 milhões, seus negócios têm sido altamente lucrativos.

Daniel Azpiazu, diretor de pesquisa da Escola Latino-Americana de Ciências Sociais de Buenos Aires, acusa os líderes políticos do país por terem cinicamente permitido que as empresas de serviços públicos se deteriorassem para que os eleitores apoiassem as privatizações.

Ele afirma que uma pesquisa realizada em 1992 constatou que 82% dos argentinos entrevistados defendiam a privatização. Na ânsia de vender as empresas públicas, porém, os instrumentos de regulamentação e supervisão não foram criados, salvo raras exceções.

"Na primeira fase, não havia agência regulatória para o setor", afirma Abel Fatala, engenheiro encarregado de serviços públicos do governo municipal de Buenos Aires. "Quando ela surgiu, foi criada à imagem e semelhança da companhia privada. O resultado concreto foi que não houve absolutamente controle algum".

### **Lucrando com a escassez**

Até 2025, quando a população mundial deverá chegar a 8 bilhões, a ONU acredita que o número de pessoas que não tenham acesso a água de boa qualidade deverá passar dos atuais 2 bilhões para 5 bilhões.

O enorme potencial financeiro para que se cubra esta diferença levou grandes multinacionais como Vivendi e Suez a voltarem suas atenções para um mercado considerado lucrativo para o futuro.

O argumento em defesa das privatizações nasceu há algumas décadas, após o Banco Mundial ter tentado, sem sucesso, corrigir o sistema de fornecimento de água em Manila, nas Filipinas. Apesar de cinco tentativas de reparos ao longo dos anos, o desperdício de água chegava a ser de 64%.

"Notamos que sem uma alteração dos incentivos - algumas questões muito lógicas, elementares - não haveria mudança", afirma Briscoe do Banco Mundial.

Críticos afirmam que não faz sentido esperar que empresas privadas, cujo principal vínculo é estabelecido com seus acionistas, assumam os riscos financeiros do fornecimento de água a parcelas da população mundial que não tenham condições de pagar por ela.

Entretanto, os investidores apostam que a água será um grande negócio nas próximas décadas. "Trata-se de um mercado de US\$ 200 bilhões que cresce a uma taxa anual de 6%, em termos populacionais", afirmou Hans Peter Portner, gerente de fundos do Banque Pictet em Genebra e responsável pelo Fundo Global de Água do Banco.

Ele prevê que os sistemas hídricos privatizados - que atendem a 7% da população mundial - passarão a servir 17% da população mundial até 2015.

Fonte: The New York Times  
John Tagliabue  
Tradução: André Medina Carone

## **RIO + 10: PRÓXIMAS HORAS DEVEM DEFINIR RUMO DA CÚPULA DA ÁFRICA**

*Informativo*

*Johannesburgo - África do Sul*

*Agosto de 2002*

Articulação política aquém do esperado entre ONGs e movimentos sociais presentes ao Fórum dos Povos. Negociações entre governos que não avançaram na solução dos impasses e divergências da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável. Falta de intercâmbio entre um evento e outro. Este triste saldo se acumula crescentemente nos primeiros dias da Rio+10, condenando o encontro de Johannesburgo ao fracasso. Insatisfeitos com este quadro, 180 representantes de ONGs de todo o mundo se reuniram nesta segunda-feira (26) no Liberty Theatre, em Sandton, sede da Rio+10, para discutir os problemas que enfrentam. A idéia dos movimentos é influir na discussão política – e também logísticas – para levar a bom termo o encontro organizado pelas Nações Unidas em Johannesburgo.

A conclusão a que muitos chegam hoje na África do Sul – e provavelmente no mundo todo - que as dificuldades fazem parte de uma tentativa orquestrada liderada pelos Estados Unidos com o intuito de esvaziar a Rio+10 e evitar avanços na implementação da Agenda 21 e de políticas de sustentabilidade a nível mundial.

Se o cenário não for revertido nas próximas horas, os movimentos sociais e as ONGs presentes na África do Sul ameaçam dar por encerrada sua participação, retirar-se das discussões e declarar unilateralmente o fracasso da Rio+10.

A gota d'água foi o anúncio, feito pela organização do evento, de que o centro de convenções de Sandton, onde se realizam as discussões oficiais, tem capacidade para apenas cinco mil pessoas, em lugar dos dez mil lugares divulgados inicialmente. Segundo os movimentos, cerca de 25 mil pessoas estão em Johannesburgo e as Nações Unidas, que têm em mãos essa estimativa de participantes há pelo menos dois meses, não poderia ter anunciar a redução dos lugares disponíveis na última hora.

O critério de entrada divulgado – entram em Sandton os cinco mil delegados que chegarem primeiro – revoltou os ambientalistas. Eles decidiram que todos aqueles que não conseguirem entrar no Centro de Convenções na terça-feira (27/08) irão em passeata procurar o presidente do evento, o indiano Nitim Desai, e exigir uma solução.

Para Rubens Born, coordenador executivo da Vitae Civilis e liderança do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais (FBOMS), a má-vontade política dos poderosos em relação ao evento já havia sido demonstrada no último encontro preparatório, realizado em Bali, Indonésia, no mês de maio: “Tudo isso é lamentável. Mas é melhor declarar o fracasso do encontro do que respaldar um plano de implementação fraco, que significará um recuo em relação ao que foi conquistado em 1992 no Rio de Janeiro”.

A maior prova do possível fracasso da Rio+10 é que não houve acordo na maioria dos pontos ainda abertos à negociação no Plano de Implementação da Agenda 21. O documento deveria ser o mais importante a ser elaborado durante o encontro de Johannesburgo. Dos parágrafos ainda em aberto – 156 num total de 615 do pré-texto – em apenas dez se chegou a um consenso. A maioria dos pontos onde não houve acordo apresenta propostas que responsabilizam e comprometem os países ricos centrais com metas concretas para a viabilização de um mundo sustentável e menos desigual.

## **RIO +10: QUAL É A META?**

*Informativo*

*Brasil*

*Agosto de 2002*

**Qual é a meta da Rio+10?** Apontar soluções para conciliar o combate da pobreza com a defesa do meio ambiente. A vasta pauta da conferência é justamente seu ponto mais fraco, pois dilui as discussões em temas amplos como globalização, comércio internacional, proteção da biodiversidade, energia, saúde e mudanças climáticas.

**O que se pode esperar da conferência?** Uma nova declaração política; um plano de implementação da Agenda 21; parcerias entre países ricos e pobres; parcerias entre empresas e países.

**Quais as chances de sucesso?** Muito pequenas, segundo especialistas.

### **Glossário**

**Desenvolvimento Sustentável:** O termo foi cunhado em 1987 pela chamada Comissão Brundtland, chefiada pela norueguesa Gro Harlem Brundtland, atual presidente da Organização Mundial de Saúde (OMS). Desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras.

**Agenda 21:** É o programa de ação para este século elaborado na Rio 92. Tem 40 capítulos e mais de 2.500 recomendações para governos, agências de fomento e empresas. Cobre cada área do desenvolvimento sustentável, do combate à pobreza à proteção da vida selvagem, passando por planejamento urbano, saneamento básico e produção agrícola.

**Acordos Multilaterais sobre Meio Ambiente (AME):** São convenções e protocolos adotados pela ONU. A Convenção sobre Biodiversidade e o Protocolo de Kyoto, que prevê a redução das emissões de gases poluentes, são alguns exemplos.

**Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD):** Vem diminuindo desde a 1992, apesar de na Rio 92 os países ricos terem se comprometido a doar 0,7% de seu PIB em ajuda aos pobres. Só Dinamarca, Holanda, Noruega e Suécia cumpriram a meta.

### **Biscoitinho brasileiro em Johannesburgo**

O estande brasileiro montado para a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+10, se transformou em uma das maiores atrações do evento paralelo à conferência, batizado de Aldeia Global. Mais de mil pessoas já visitaram o local, onde estão sendo apresentadas as principais iniciativas do país para o desenvolvimento sustentável em vídeos, computadores e totens ilustrativos de quatro metros de altura.

Mas um dos maiores atrativos do estande são os biscoitinhos de castanha feitos por um cozinheiro brasileiro e servidos no local quatro vezes por dia. A expectativa dos organizadores é que 65 mil pessoas passem pela Ubuntu Village, onde está o estande, até o fim do evento.



Fonte: O Globo

## **RIO +10: SÃO PAULO REPRESENTA CIDADES NA CÚPULA**

*Informativo*

*Johannesburgo - África do Sul*

*Agosto de 2002*

A prefeitura de São Paulo apresentará oficialmente na Rio+10 (a Conferência da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, que começa hoje em Johannesburgo, na África do Sul) o documento "As Cidades do Mercosul na Rio+10". "O relatório pretende reforçar o poder local e, além da implementação da Agenda 21 local, visa cuidar para que a reunião não se transforme em mais uma cúpula sem resultados efetivos", afirma Stela Goldenstein, secretária municipal do Meio Ambiente, que representa o município no evento.

De acordo Stela, o documento é resultado da articulação entre os membros da Rede Mercocidades, formada por Belo Horizonte, Buenos Aires, Porto Alegre, Rosário, Montevideu, Caxias, Campinas, Rio Claro, São Bernardo do Campo, Santo André, Pelotas, Cidade do México e São Paulo. "Em Johannesburgo, as cidades terão a oportunidade ímpar de apresentar iniciativas voltadas ao desenvolvimento sustentável e conseguir apoio financeiro e político para sua implementação", diz Stela.

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente - que preside a Unidade Temática de Meio Ambiente da Rede Mercocidades - coordenou, a partir de setembro de 2001, discussões que refletem a preocupação dos prefeitos em relação aos recursos limitados para a execução de políticas de desenvolvimento e

integração social, "o que tem agravado a exclusão e os desequilíbrios sociais em muitas cidades". Para os ambientalistas, essas reivindicações têm lógica, à medida que as ações mais assertivas em relação ao desenvolvimento sustentável se concretizam melhor na esfera municipal.

Em Johannesburgo, as mercocidades irão reivindicar apoio internacional para consolidar e articular o poder das cidades na implementação da Agenda 21- o que implica o acesso a recursos financeiros e novas tecnologias. Outro pedido é a renegociação das dívidas dos países em desenvolvimento para viabilizar a destinação de recursos para projetos e programas voltados ao desenvolvimento econômico, social e ambiental das comunidades.

Na carta, as cidades se comprometem colaborar com o Conselho Internacional para Iniciativas Ambientais Locais (Iclei), responsável pela organização da participação das cidades na Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. "Nosso compromisso é atuar com as organizações da sociedade de âmbito local envolvidas em programas para o desenvolvimento sustentável", diz Stela.

Para os técnicos ligados ao desenvolvimento sustentável no País, além da articulação das cidades da América Latina, outro aspecto positivo foi o interesse nesta década do setor produtivo em conhecer e praticar as diretrizes do desenvolvimento sustentável e produção mais limpa. Durante esta semana, a Conferência Mundial, servirá de palco para que os governos locais do planeta se manifestem quanto a problemas e dificuldades encontrados na elaboração e implantação de estratégias e propostas na busca do desenvolvimento sustentável.

Fonte: Gazeta Mercantil  
Claudia Marques

## **RIO +10: SINDICATOS ROUBAM A CENA**

*Informativo  
São Paulo - Brasil  
Agosto de 2002*

As empresas multinacionais devem aplicar em suas filiais as mesmas políticas de responsabilidade social em vigor nas matrizes. É o que defenderam as entidades que representam mais de 150 milhões de trabalhadores em 148 países no primeiro dia de trabalhos da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+10), em Johannesburgo.

Manifestantes contrários à realização da própria Conferência começaram a agitar as ruas da cidade. Quarenta anos passados da primeira conferência mundial sobre meio ambiente, em Estocolmo, na Suécia, as rodas mais pragmáticas reunidas em Johannesburgo discutem as mudanças de paradigmas. As alterações podem ser promovidas por uma nova tecnologia da conservação para manejar recursos naturais, biodiversidade e energia nas relações da sociedade com o ambiente.

Englobará, por exemplo, biotecnologia, uso sustentado de florestas, agricultura, medicina, eletrônica, meteorologia, nutrição e transporte.

Entidades dos trabalhadores representam 148 países e mais de 150 milhões de pessoas. A Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (COSL), representada na Conferência da Terra II (Rio+10), iniciada ontem em Johannesburgo, na África do Sul, pediu que as multinacionais apliquem nas nações em vias de desenvolvimento, onde mantêm suas filiais, a mesma responsabilidade social que têm em seus países de origem.

"Exigimos que nossas empresas, quando operam em outros países, mantenham os mesmos critérios de saúde, segurança social no trabalho, de proteção ao meio ambiente e dos direitos sindicais e humanos que respeitam na Europa", disse Joaquim Neto, do Sindicato espanhol de Comissões de Trabalhadores e delegado da CIOSL na Conferência.

A Rio+10, cujo nome oficial é Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, tem por objetivo criar pautas para reduzir a pobreza e a fome globais, ao mesmo tempo que se põe freio aos danos ambientais. O setor sindical é representado na reunião pela CIOSL e pelo Comitê Assessor de Uniões Sindicais (CAUS) e pela Federação Global de Sindicatos (FGS), que, em conjunto, agrupam 155 milhões de afiliados em 148 países. "Não se poderá manter a Europa como uma ilha de direitos sociais e políticas ambientais avançadas num mundo que não goza da mesma legislação e é consumido pela deterioração ambiental" disse ainda Joaquim Neto, ao prever que essa situação de desigualdade terminará por afetar o Velho Continente.

Ele assinalou que a chave do êxito da Rio+10 está nas mãos da Europa, que deverá liderar o processo, segundo diz. Acrescentou: "Se a Europa liderar esse processo, conseguirá o apoio das Organizações não Governamentais (ONGs) e os sindicatos." Ele criticou o governo espanhol, que mandou "uma delegação de segundo nível a Johannesburgo e com isto depreciou os problemas aqui tratados". Joaquim Neto ainda observou: "Parece que o governo espanhol seguiu as recomendações do governo dos Estados Unidos", cujo presidente George W. Bush também não vai estar na Cúpula.

### **Primeiro Dia**

A Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (CDMS) encerrou ontem a primeira de suas dez jornadas em Johannesburgo depois de uma sessão inaugural seguida por discussões focadas nas

questões de saúde e biodiversidade. A ministra sul-africana de Relações Exteriores, Nkosazana Dlamini-Zuma, que presidiu o plenário em substituição ao chefe de Estado da África do Sul, Thabo Mbeki, declarou a jornada encerrada às 18:30 locais.

Tanto Dlamini-Zuma quanto Jan Pronk, o enviado especial do secretário-geral da ONU, Kofi Annan, que intermediou as discussões, instaram os delegados a agilizar e abreviar seus pronunciamentos para permitir a intervenção de mais pessoas em cada sessão. Grupos contrários à CDMS anunciaram que desacatarão as advertências policiais de que não infrinjam a lei, e levarão a cabo uma passeata de protesto não-autorizada até a sede da conferência. Porta-vozes do Indaba ("reunião" em idioma zulu) de Movimentos Sociais (IMS) confirmaram que as autoridades proibiram a passeata que o grupo pretende realizar no sábado a partir de Alexandra, uma das cidades-dormitório da população negra sul-africana durante o apartheid, até o luxuoso bairro de Sandton, onde se realiza a Cúpula. Segundo as fontes, o IMS prevê que a polícia tentará deter a passeata à força, caso em que os manifestantes responderão com "o poder popular". Cerca de 600 militantes do IMS e de outros grupos do movimento antiglobalização enfrentaram-se no sábado passado nos arredores da Universidade de Witwatersrand, no centro de Johannesburgo, com as forças de segurança, que empregaram bombas de efeito moral para dispersar os manifestantes. Essa passeata pretendia chegar até o quartel-general da Polícia na capital financeira da África do Sul, em apoio a cerca de 70 ex-guerrilheiros dos antigos movimentos de libertação do País que foram expulsos do Exército sul-africano, ao qual se haviam integrado com a queda do apartheid, em 1994. Os ex-soldados, expulsos das Forças Armadas acusados de delitos comuns, pertencem também ao Movimento de Populações Sem Terra (MPST) e foram presos no último dia 17 quando marchavam até o escritório do chefe do governo da província de Gauteng (onde se encontra Johannesburgo), Mbazema Shilowa.

## **Investida frontal**

O Foro Antiprivatização (APF) da África do Sul e outros grupos locais advertiram na semana passada que se preparam para uma "investida frontal" contra a CMDS. "A Cúpula é uma reunião dos ricos e poderosos, dos hipócritas e exploradores (...), tomaremos Sandton", disse Trevor Ngwane, um dos líderes da APF e ex-conselheiro municipal de Johannesburgo expulso recentemente do Congresso Nacional Africano (CNA) situacionista devido à sua militância contra a privatização de empresas estatais.

Fonte: Gazeta Mercantil

## **RIO + 10: SINERGIA PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

*Informativo*

*Johannesburgo - África do Sul*

*Agosto de 2002*

A convenção sobre a bio-diversidade da convenção da ONU para combate da desertificação e a estrutura de trabalho das ONU para a convenção sobre as mudanças climáticas estão exibindo juntamente com a exposição Umbutu na Vila Umbutu como parte da Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, Johannesburgo, África do Sul. De 17 de Agosto a 8 de Setembro, membros do pessoal da secretaria da Convenção do Rio estarão disponíveis a receber os visitantes. Para os que não podem ir pessoalmente, a Convenção Rio viabilizará notícias, relatórios, fotos, e imagens de Web do que está acontecendo no evento. Os temas do dia estarão sendo exibidos pelas Webcams. Durante estes dias,

instituições e organizações ligadas à Convenção do Rio estarão mostrando como estão implementando o desenvolvimento sustentável.

Fonte: Panorama Brasil

## **RIO +10: SUBSÍDIOS AGRÍCOLAS MARCAM SEGUNDO DIA DE NEGOCIAÇÕES**

*Informativo*

*Johannesburgo - África do Sul*

*Agosto de 2002*

O segundo dia de negociações da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +10), em Johannesburgo (África do Sul), teve como centro a agricultura e as discussões mais problemáticas giraram em torno da questão dos subsídios dos países industrializados, os quais os países em vias de desenvolvimento desejam eliminar progressivamente.

Segundo eles, os países do Norte concedem seis vezes mais subsídios à sua agricultura do que o programa de Ajuda Pública ao Desenvolvimento (US\$ 311 bilhões e US\$ 55 bilhões em 2001, respectivamente).

Além disso, os países do Sul acusam as nações do Norte de bloquear seu crescimento econômico ao arruinar seus agricultores, que se vêem incapazes de exportar seus produtos ou vendê-los no interior do país devido à existência de mercadorias importadas a preços menores graças aos subsídios.

"Se realmente se quiser concretizar a vontade política de erradicar a pobreza, é preciso dar acesso aos produtos agrícolas de nossos países. Os subsídios e barreiras alfandegárias aos produtos dos países em vias de desenvolvimento são um obstáculo terrível para nossa agricultura que cria uma grande desigualdade. O Norte não pode romper as regras do jogo", disse a ministra venezuelana do Meio Ambiente, Ana Elisa Osório.

Segundo a União Européia (UE), a agricultura será "um dos temas mais difíceis da reunião de Johannesburgo".

O bloco europeu confirmará os compromissos que assumiu na Organização Mundial do Comércio (OMC) em Doha (Qatar) em novembro passado mas não uma avançará um milímetro em suas metas.

Os Estados Unidos, que desde então aumentaram os subsídios aos produtores, tampouco parecem mais dispostos a dar um passo adiante.

Em novembro passado, os países industrializados acertaram um calendário de negociações nos próximos três anos, "após as quais não se sabe se vai haver resultados", com vistas a melhorar "substancialmente" o acesso aos produtos do Sul aos mercados do Norte, reduzir os subsídios à exportação "com vistas à sua eliminação" e "diminuir progressivamente" a ajuda interna.

O G-77 (grupo dos países em vias de desenvolvimento, incluindo o Brasil) deseja que os países industrializados "reduzam ou eliminem progressivamente os subsídios que prejudicam o ambiente e criam distorções no comércio" ou são capazes de criá-las.

A frase, que deveria estar incluída no plano de ação de Johannesburgo, provocou hoje as mais calorosas discussões entre as delegações oficiais.



## **RIO +10: TRANSGÊNICOS GERAM POLÊMICA NA CÚPULA DA TERRA**

*Informativo*

*Johannesburgo - África do Sul*

*Agosto de 2002*

A polêmica dos Organismos Geneticamente Modificados (OGM), ou transgênicos, foi trazida para o primeiro plano no início da Cúpula da Terra de Johannesburgo. Ecologistas acusaram os Estados Unidos na abertura do evento de quererem aproveitar as negociações em andamento para vender seus transgênicos a outros mercados.

Várias Organizações não-governamentais (ONGs) expressaram seu temor de que os EUA e suas multinacionais desviem a Rio+10 em seu benefício, regateando em segredo com a União Européia para resolver as questões da ajuda ao desenvolvimento e comércio, um dos aspectos mais delicados do Plano de Ação que deve ser adotado em Johannesburgo. As ONGs apresentam como prova deste comportamento dos EUA um projeto euro-americano de compromisso de negociação que, ao contrário da versão entregue aos delegados de diferentes países antes da cúpula, já não menciona o princípio da precaução alimentar, "o que deixa a porta aberta para o comércio de OGMs", ressaltou o porta-voz da organização Amigos da Terra.

As sementes OGMs são desenvolvidas por grandes empresas americanas como a Monsanto. Enfrentando a desconfiança dos consumidores europeus, estas empresas concentraram todos seus esforços nos últimos anos nos países em desenvolvimento como Índia, China ou África do Sul. A Europa decidiu pela moratória de qualquer autorização de OGMs há três anos, para esperar regras mais precisas sobre o rótulo dos produtos. Os OGMs não representam riscos comprovados à saúde, mas não se realizou nenhum estudo de longo prazo para conhecer os efeitos de sua ingestão prolongada. Conforme alguns pesquisadores, ao menos o risco de alergia é real.

As sementes de OGM, que na sua maioria contém um gene que produz seu próprio inseticida, permitem diminuir a utilização dos produtos químicos, mas a longo prazo podem induzir resistência entre os insetos e parasitas, que seriam então muito difíceis de eliminar, alegam os especialistas. Uma tática consiste em plantar alternadamente cultivos transgênicos e não transgênicos, mas este procedimento corre o risco de não ser aplicado em países em desenvolvimento, onde a plantação é feita em pequenas superfícies.

A área de cultivo de OGMs aumentou 19% em 2001 e já é 30 vezes maior que a existente em 1996, segundo a ISAAA, a associação das indústrias do setor. A soja representava no final de 2001, 63% do total produzido, o trigo 19%, algodão 13% e oliva 5%. Quatro países concentram 99% das superfícies cultivadas: Estados Unidos (68% do total), Argentina (22%), Canadá (6%) e China (3%). O tema dos OGMs é particularmente delicado no Sul da África, onde o Programa Mundial de Alimentos (PAM) distribui trigo transgênico para combater a fome severa que afeta a população. Depois de algum período de dúvida, todos os países aceitaram essa "ajuda", exceto a Zâmbia.

A África do Sul, anfitriã da cúpula, aparece como precursora da importação de sementes americanas na região e este verão fará sua primeira colheita de alimentos geneticamente modificados.

Fonte: France Presse

## **RIO +10: TRINTA ANOS DE DEBATE**

*Informativo  
África do Sul  
Agosto de 2002*

## **Estocolmo, 1972**

**Nome oficial:** Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano

**Participantes:** Dois chefes de Estado e representantes oficiais de 70 países

**Resultados:** Criação do Phuma (Programa das Nações Unidas para o Ambiente) e declaração de 26 princípios que forma a primeira legislação ambiental mundial

**Ações concretas:** Moratória de dez anos para caça às baleias e um relatório sobre o uso da energia no planeta

## **Rio de Janeiro, 1992**

**Nome oficial:** Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento ou Cúpula da Terra (Eco-92)

**Participantes:** 176 países, mais de cem chefes de Estado, 10.000 delegados, 1.400 ONGs, 9.000 jornalistas

**Resultados:** Criação de convenções sobre diversidade biológica e mudança climática, Declaração de Princípios sobre Florestas e Agenda 21

## **Johannesburgo, 2002**

**Nome oficial:** Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável ou Cúpula da Terra 2 (Rio +10)

**Participantes:** Espera-se a presença de 65 mil pessoas de 189 países, incluindo mais de cem chefes de Estado e 5.000 jornalistas

**Resultados esperados:** Definição de metas, datas e meios de implementação da Agenda 21 e reafirmação política de compromissos de combate à pobreza e a ajuda ao desenvolvimento adotados em reuniões anteriores no México e no Qatar.

Fonte: Folha de São Paulo

## **RIO+10: ALDEIA GLOBAL DOS PESCADORES**

*Informativo*

*Johannesburgo - África do Sul*

*Agosto de 2002*

Não é exatamente a aldeia global descrita nos anos 60 pelo canadense Marshall McLuhan, que previa o surgimento no planeta de uma cultura única cada vez mais interligada pelos meios eletrônicos de comunicação. Mas o grupo de sete atores que o diretor inglês John Martin reuniu, para contar ao mundo histórias de pescador na Rio+10, quer mostrar que a necessidade de cuidar do planeta é universal, por mais diferentes que sejam as culturas. A cultura brasileira estará lá representada, na aldeia de pescador descrita e encenada pela atriz carioca Paula Sandroni, de 31 anos.

Como Paula, representantes de Egito, Estados Unidos, África do Sul, Índia, Quênia e Zimbábue selecionados por iniciativa da ONG sul-africana Theatre for África e da Fundação Ford elaboraram

monólogos de 20 minutos sobre os pescadores de seus países. Eles farão parte de uma peça internacional a ser montada a partir dos 200 minutos de histórias sobre o tema. O espetáculo, "Guardians of deep" (Guardiões das profundezas), será apresentado durante a Rio+10.

Na minha história, sou uma menina filha de pescadores com irmãos pequenos. A partir daí, falo não só dos problemas ambientais da aldeia onde a família vive, mas também dos sociais — conta Paula, que faz mestrado em teatro pela Uni-Rio e há dez anos é atriz e diretora do grupo "Os privilegiados". — Na aldeia, houve um acidente com um navio de petróleo, que encheu o mar de óleo e impediu a pesca por meses, obrigando a família a conseguir outras formas de sustento.

Mesmo sem nunca ter escrito uma peça antes, Paula está confiante.

Convivi a vida inteira com este mundo, tinha vários amigos filhos de pescadores. Muitos seguiram o caminho dos pais — lembra ela, que conversou com pescadores antes de escrever o seu texto.

A oportunidade de participar do projeto surgiu quando um amigo lhe repassou um e-mail do diretor procurando uma atriz brasileira que fizesse teatro, falasse inglês e tivesse entre 25 e 35 anos.

Fonte: O Globo  
Paula Autran

## **RIO+10: ALEMANHA PODE ADIAR ANÚNCIO SOBRE PROÁLCOOL**

*Informativo*  
*Johannesburgo - África do Sul*  
*Agosto de 2002*

A Alemanha recuou de última hora na decisão de anunciar na próxima semana, durante a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +10), em Johannesburgo (África do Sul), a produção de 100 mil carros a álcool no Brasil, com tecnologia brasileira. O Itamaraty e setores técnicos do governo atuam para tentar reverter o recuo e manter a data anteriormente acertada.

O anúncio do projeto Brasil-Alemanha, que vinha sendo saudado pelos dois países pelo caráter ambientalmente saudável, seria feito em grande estilo pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e pelo chanceler alemão Gerhard Schröder em Johannesburgo, para aproveitar a Rio +10.

Há duas versões para o adiamento. Uma, mais simplista, é que o governo alemão se irritou com o vazamento do projeto pela imprensa brasileira, na semana passada. Outra, mais sofisticada, é que o projeto ainda não passou por todas as instâncias técnicas necessárias antes de ser formalizado pública e politicamente.

Por essa segunda versão, o governo alemão achou que seria pouco prudente que FHC e Schröder anunciassem o projeto antes da aprovação formal dos 15 integrantes do comitê executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (ou MDL). O risco seria de que pelo menos um deles questionasse os termos, criando constrangimento para os dois chefes de Estado.

O MDL é um dispositivo previsto no Protocolo de Kyoto para permitir parcerias entre países ricos e pobres no corte de emissões de CO<sub>2</sub>, o principal gás do aquecimento global. O comitê para estudar suas regras foi criado em 2001.

As parcerias, como no caso do carro a álcool, prevêem que os países ricos financiem projetos nos países em desenvolvimento e, em contrapartida, tenham direito a uma espécie de desconto em suas cotas de redução dos níveis de carbono (ou seja, CO<sub>2</sub>).

O acordo dos carros a álcool é considerado pelo governo como altamente favorável ao Brasil, sob o ponto de vista econômico, político e de geração de empregos. Teria, por exemplo, o aspecto simbólico de

retomada do Proálcool, um dos programas de maior apelo entre ambientalistas de todo o mundo, porque substitui o petróleo, uma fonte de energia não-renovável (ao contrário do álcool).

Até ontem, no início da noite no Brasil (são cinco horas a menos que em Johannesburgo), o governo brasileiro tentava negociar que a data e o local já anunciados para a assinatura da parceria fossem mantidos.

O governo alemão não estava cedendo.

Quem coordena a negociação técnica do lado brasileiro é Luiz Gylvan Meira Filho, do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). O Itamaraty e o Ministério do Desenvolvimento, porém, participam ativamente das conversas.

Até ontem, caminhavam bem as negociações finais para um acordo na área de energia com o Reino Unido e para manejo de florestas com a Finlândia. Ambos deverão ser assinados ainda durante a Rio +10. Também está confirmada assinatura de convênio com o Banco Mundial para financiamento de US\$ 81 milhões em projetos na Amazônia, US\$ 67 milhões a fundo perdido (não precisam ser pagos).

### **Posição do ministério**

O ministro do Desenvolvimento, Sérgio Amaral, disse ontem que o acordo entre a Alemanha e o Brasil será assinado em Johannesburgo. Segundo ele, os dois países vão assinar um documento para confirmar a intenção de cooperar utilizando as regras do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, previsto no protocolo de Kyoto. No entanto, segundo Amaral, os detalhes do acordo não serão divulgados porque ainda estão em discussão.

Além disso, para começar a valer, o acordo depende da ratificação do Protocolo de Kyoto e da aprovação do comitê executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, disse o ministro.

Fonte: Folha de São Paulo  
Eliane Cantanhêde

## **RIO+10: ALERTAS DA NATUREZA PARA JOHANNESBURGO**

*Informativo*

*Columbia – EUA*

*Agosto de 2002*

Os poderes assombrosos da natureza têm se manifestado de modo assustador nos últimos tempos. Enquanto os líderes mundiais se reúnem em Johannesburgo para discutir as ameaças ao ambiente global, muitas partes do planeta sofrem sob o efeito de enchentes, secas, colheitas fracassadas, enormes incêndios florestais e até mesmo novas doenças.

A relação está mudando de maneiras complexas. O resultado mais importante da cúpula de Johannesburgo deve ser o reconhecimento da necessidade de muito mais pesquisas científicas e muito mais cooperação global.

Enchentes e secas são flagelos que ocorrem desde a Antiguidade, mas a frequência, as dimensões e o impacto econômico desses desastres vêm aumentando nos últimos anos. Os pedidos de pagamento de seguros contra desastres naturais alcançaram níveis inusitados nos anos 1990, fato que leva a crer que os custos sociais dos distúrbios ambientais tenham subido.



Choques climáticos como forte El Niño de 1997-98 exerceram papel importante nos distúrbios econômicos recentes. A Indonésia e o Equador, entre outros países, sofreram crises financeiras em 1997-98 que estavam ligadas, em parte, a crises agrícolas provocadas pelo El Niño severo.

Parte do efeito climático crescente deve ao próprio peso do número de seres humanos. Em grande medida como resultado dos avanços tecnológicos dos últimos 200 anos, a população humana se multiplicou por sete desde 1800, passando de cerca de 900 milhões de pessoas naquele ano para mais de 6 bilhões hoje, obrigando a humanidade a viver concentrada em pontos vulneráveis espalhados pelo mundo.

Mais de 2 bilhões dos 6 bilhões de habitantes do planeta vivem numa distância de 100 km do mar e, portanto, são vulneráveis a tempestades oceânicas, enchentes e a elevação dos níveis do mar devido ao aquecimento global. Outras centenas de milhões vivem em habitats frágeis nas encostas íngremes de montanhas ou, então, em áreas semidesérticas, ou ainda em regiões alimentadas por chuvas, onde as colheitas fracassam com regularidade, toda vez que as chuvas deixam de chegar.

Além disso, os seres humanos modificam o ambiente em toda parte, com frequência de modos que deixam as sociedades mais vulneráveis. É especialmente o caso de países pobres. A densidade demográfica crescente na África rural, acompanhada pela intensificação da exploração agrícola, está provocando um empobrecimento maciço do solo. Quando há seca no sul da África, como aconteceu neste ano, dezenas de milhões de famílias camponesas lutam pela simples sobrevivência.

Como a pobreza africana contribuiu para a disseminação descontrolada da Aids, a combinação de choques climáticos com doenças epidêmicas é devastadora. Milhões de órfãos da Aids do sul da África vivem com avôs velhos ou fracos demais para obter ou produzir alimentos. Devido à chegada do El Niño, é provável que a seca continue até o próximo ano.

O mais notável nas mudanças ambientais é o fato de elas não se limitarem a ambientes locais. Pela primeira vez na história da humanidade, a sociedade humana está solapando o ambiente em escala global, por meio de mudanças climáticas, extinção de espécie e degradação dos ecossistemas.

O aquecimento global provocado pelo homem, causado principalmente pela queima de combustíveis fósseis em países ricos, pode muito bem contribuir para a frequência e a intensidade das principais secas, enchentes e tempestades tropicais. A frequência e a intensidade do ciclo do El Niño nos últimos 25 anos pode também ter sido consequência do aquecimento global. As fortes enchentes ocorridas na China nos últimos anos são em parte, ao que parece, resultado do derretimento excessivo da neve nas montanhas do planalto tibetano, após a elevação das temperaturas.

Esses riscos ambientais crescentes são complexos. Os efeitos de uma mudança ambiental podem ocorrer só depois de muitos anos e podem ser sentidos até do outro lado do mundo. Ou, então, os efeitos podem ser indiretos. Mudanças no uso da terra, por exemplo, podem ampliar a expansão de doenças contagiosas, na medida em que mudam a ocorrência de espécies ou a maneira como interagem animais e humanos.

Os políticos não são hábeis quando se trata de lidar com problemas dessa natureza, e é por isso que os riscos ambientais continuam a crescer sem mudanças adequadas na política pública. Quando ocorrem catástrofes (como as secas e as enchentes deste ano), os políticos não podem ser responsabilizados por erros cometidos ao longo das décadas.

A Rio+10 pode chamar a atenção do mundo a esses problemas prementes. Mesmo que ela produza poucos resultados específicos, poderá fazer diferença se três exigências forem feitas a seus participantes:

1. Devemos insistir em que os políticos do mundo reconheçam as evidências científicas avassaladoras que apontam para graves perigos ambientais que a humanidade já enfrenta.

2. Devemos pressionar esses líderes a investir mais verbas públicas em pesquisas ambientais básicas e no desenvolvimento de novas tecnologias para fazer frente aos riscos ambientais. Por exemplo, é crucial investir em pesquisas com sistemas de energia alternativa, que sejam capazes de limitar o aquecimento global.

3. Por fim, devemos exigir que nossos líderes concordem com uma maior cooperação ambiental internacional, para evitar que as políticas míopes e negligentes adotadas num país ou noutro terminem por destruir o ecossistema global.

Fonte: Folha de São Paulo  
Jeffrey Sachs é professor de economia e diretor do Instituto da Terra, na Universidade de Columbia (EUA)

## **RIO+10: AS PESSOAS NÃO MORREM POR FALTA DE METAS, DIZ REPRESENTANTE DOS EUA**

*Informativo*  
*Johannesburgo - África do Sul*  
*Agosto de 2002*

**As pessoas não morrem por falta de metas. Elas morrem por falta de nutrição. A pérola é do subsecretário de Agricultura dos Estados Unidos, James Moseley**

As pessoas não morrem por falta de metas. Elas morrem por falta de nutrição. A pérola é do subsecretário de Agricultura dos Estados Unidos, James Moseley, no esforço para explicar por que seu país não deseja a inclusão de metas no Plano de Implementação da Agenda 21, que está em discussão em Johannesburgo.

A declaração foi feita durante a apresentação da Parceria dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Sustentável, que prevê parcerias com governos, empresas e organizações não-governamentais. "A resposta para a pobreza é construir capacidade, para que (os países pobres) não precisem mais de assistência econômica", explicou Moseley. A posição americana é duramente criticada por outros países, que consideram que um "plano de implementação" implica metas e prazos definidos.

"Eu me sinto muito desconfortável com a posição dos Estados Unidos", disse o economista Jeffrey Sachs, professor em Harvard e assessor especial do secretário-geral da ONU. "Enquanto quase todo o mundo está aqui discutindo desenvolvimento sustentável, os EUA estão discutindo como fazer uma guerra contra o Iraque."

Fonte: O Estado de São Paulo  
Lourival Sant'Anna

## **RIO+10: ATIVISTAS SÃO DETIDOS APÓS INVADIR USINA NUCLEAR**

*Informativo*

*Johannesburgo – África do Sul*

*Agosto de 2002*

Membros da ONG (Organização Não-Governamental) Greenpeace foram detidos nas instalações do reator nuclear de Koeberg (a única usina nuclear da África do Sul), ao invadir o local e realizar um protesto. Eles escalaram os prédios do reator e estenderam uma faixa com os dizeres "Perigo nuclear fora da África". Os 12 manifestantes, de nove países, foram detidos e estão atualmente sob ameaça de deportação, segundo comunicado da filial do Greenpeace no Brasil.

Fonte: Folha de São Paulo

## **RIO + 10: BLOCO QUE INCLUI O BRASIL ESTÁ DIVIDIDO**

*Informativo*

*Johannesburgo - África do Sul*

*Agosto de 2002*

### **O G-77, grupo dos países em desenvolvimento, não se entendeu nas reuniões iniciais**

O G-77, bloco de mais de cem países em desenvolvimento do qual participa o Brasil, já mostra suas fissuras em Johannesburgo, nas reuniões preliminares para a Cúpula Mundial. Durante uma reunião plenária, no sábado, do G-77 com os outros blocos de países representados na conferência, integrantes do grupo, que supostamente deveria falar em uníssono, entraram em conflito por causa de um parágrafo sobre leis trabalhistas.

O parágrafo, que consta do esboço do Plano de Implementação da Agenda 21, prevê a destinação de mais recursos para programas de geração de emprego, desde que os contratos de trabalho obedçam aos padrões da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A coordenação do G-77, a cargo da Venezuela, pediu a supressão do parágrafo.

A delegação argentina informou então que não concordava com essa posição. O Brasil apoiou a Argentina, enquanto a quase totalidade dos 133 países que formam o grupo parecia estar de acordo com a supressão do parágrafo.

"Houve dois erros", disse ao Estado o embaixador do Brasil na ONU, Gelson Fonseca, que chefia a equipe de oito negociadores brasileiros. "Não se pode anunciar uma posição sem prévia negociação. E essa nunca seria a posição do grupo, porque há no G-77 três ou quatro países que acreditam na necessidade de respeitar os padrões da OIT." De acordo com o embaixador, o que o incidente indica é que "é muito difícil coordenar o G-77". Em boa parte dos casos, explica Fonseca, a coordenação conhece a posição do grupo. "Mas em muitos casos é preciso improvisar. Às vezes se improvisa bem e às vezes, mal".

Já para o representante da filial brasileira do Greenpeace na conferência, Marcelo Furtado, a dissonância demonstrou que o G-77 "é um grupo pouco coeso", além do que, "assusta o fato de os outros países não terem falado nada" em relação à supressão do parágrafo.

Heterogêneo - O G-77 é um grupo infinitamente mais heterogêneo do que os outros blocos de países que atuam nas conferências da ONU: a União Européia e o Juscanz, sigla formada pelas iniciais em inglês de Japão, Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia. É impossível estabelecer consenso no G-77 sobre temas-chave dessa cúpula.

Na demanda, por parte dos países ricos, em favor de "governança local", por exemplo, a estratégia brasileira tem sido a de argumentar que ela é necessária, mas deve ter como contrapartida a "governança

global", que implica a obediência às instâncias multilaterais de decisão, das quais os Estados Unidos procuram escapar. Entretanto, é impossível levar adiante esse argumento junto com o G-77, que abriga regimes ditatoriais.

O Brasil também não pode contar com seus parceiros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) no G-77 para sua proposta de estabelecer como meta global o uso de 10% de fontes renováveis de energia até 2010.

"O Brasil está algemado pelo G-77", opina Cláudio Langone, presidente da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente e secretário dessa pasta no Rio Grande do Sul. "Em Bali (na reunião preparatória da cúpula), isso ficou muito evidente. A única saída é uma ruptura parcial, formando um bloco com China, Índia e União Européia."

Fonte: o Estado de São Paulo  
Lourival Sant'ana

## **RIO+10: BRASIL AMPLIA PROTEÇÃO DE FLORESTAS**

*Informativo*  
*Johannesburgo - África do Sul*  
*Agosto de 2002*

O presidente Fernando Henrique Cardoso anunciará na terça-feira (27) em Joanesburgo, na Cúpula Mundial Para o Desenvolvimento Sustentável, o início da implantação do programa Áreas Protegidas da

Amazônia (Arpa), uma cooperação do governo brasileiro com o Banco Mundial e o Fundo Mundial para a Vida Selvagem (WWF). O objetivo do programa é aumentar, até 2006, dos atuais 4% para 10%, o total de áreas protegidas na região.

Os três parceiros investirão US\$ 78 milhões para, no período de quatro anos, aumentar em 9 milhões de hectares a área de parques nacionais (onde não é permitida qualquer atividade econômica) e em outros 9 milhões a extensão de reservas extrativistas, que precisam de plano de manejo de recursos naturais. "A segunda fase do Arpa vai durar outros seis anos. Em 10 anos vamos zerar os conflitos existentes nas unidades de conservação da região", estimou Mary Allegretti, secretária da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente.

No dia 8 de agosto, um decreto presidencial criou o comitê paritário com representantes do governo federal, dos governos estaduais envolvidos e de organizações não governamentais. Essa era uma exigência do Banco Mundial, que também em agosto decidiu investir no Arpa US\$ 30 milhões. Metade desse valor será utilizado para criar um fundo fiduciário, cujos rendimentos serão destinados à manutenção das áreas protegidas.

O WWF investirá US\$ 15 milhões, o mesmo valor a ser desembolsado pela KFW, agência de cooperação internacional do governo da Alemanha. Ao Brasil caberá a contrapartida de US\$ 18 milhões.

O comitê do Arpa vai analisar os pedidos de criação de novas áreas e intermediar a resolução de conflitos em áreas já existentes. "Não vamos criar áreas em que haja conflitos como os existentes nos Parques Nacionais do Araguaia (Tocantins), Pataxó (Bahia) e da Serra do Moa (Acre), que também são terras indígenas", afirmou Allegretti. O Arpa levou quatro anos para ser elaborado. É a versão brasileira do compromisso assumido em 1998 pelo WWF com o Banco Mundial, de preservar pelo menos 10% das florestas tropicais mundiais.



## **RIO+10: BRASIL É UM DOS FAVORITOS PARA PRÊMIO DO PNUD**

*Informativo*

*Johannesburgo - África do Sul*

*Agosto de 2002*

O Brasil é um dos países favoritos para estar entre os ganhadores do prêmio Iniciativa Equatorial, promovido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), que será entregue amanhã na cúpula de Johannesburgo. Entre os 27 projetos finalistas, 4 são brasileiros. O objetivo é premiar iniciativas inovadoras, que promovam o desenvolvimento sustentável e o combate à pobreza nos países cortados pela linha do Equador, onde está concentrada a maior parte da biodiversidade do planeta.

Cinco projetos vencedores receberão US\$ 30 mil cada um. O Brasil enviou 44 das 420 inscrições para o prêmio, que mobilizou 77 países. A participação brasileira foi organizada pela BrasilConnects, organização de caráter empresarial que é parceira do Pnud na iniciativa. Os finalistas brasileiros são os Projetos Couro Vegetal da Amazônia e Bolsa Amazônia, a Associação Viva Verde da Amazônia (A Vive) e a Cooperativa dos Produtores de Ostras da Cananéia, no litoral paulista. "São projetos que buscam gerar renda para as comunidades não com ações paternalistas, mas com uma visão de negócios", disse José Pascowitch, que coordenou o trabalho pela BrasilConnects.

A estratégia funcionou para os produtores de ostras de Cananéia, que, com a organização da produção e a aplicação de novas tecnologias, conseguiram dobrar os lucros e preservar o mangue ao

mesmo tempo. A dúzia de ostras, que rendia R\$ 0,80 a R\$ 1 no modelo extrativista, passou a render R\$ 1,70 após a formação da cooperativa, em 1994. Com apoio técnico de órgãos estaduais, os produtores fizeram planos de manejo, criaram viveiros e construíram uma estação de tratamento das ostras, adequando a produção a normas sanitárias.

Os projetos amazônicos também buscam transformar produtos da natureza em negócios rentáveis, tendo o desenvolvimento sustentável como valor agregado. A Avive é uma associação de 40 mulheres do município de Silves, no Amazonas, que produzem remédios e cosméticos à base do óleo de árvores aromáticas da região, como o pau-rosa e a preciosa. As mulheres também recebem capacitação técnica e empresarial, fazem cursos de inglês e já plantaram mais de 5 mil mudas de árvores.

## **Oferta**

A Bolsa Amazônia combina uma série de empreendimentos no Brasil e outros três países amazônicos, que abrangem da produção de polpa de açaí à de farinha de banana, óleos vegetais, cosméticos e papel de fibra de madeira. Tudo feito por comunidades tradicionais da Amazônia. Segundo a secretária-geral da Bolsa, Nazaré Imbiriba, o projeto serve principalmente como interlocutor entre o mercado e os produtos amazônicos. "Mercado não falta, o problema é organizar a oferta."

O Projeto Couro Vegetal da Amazônia, iniciado em 1994, foi criado pelos empresários João Augusto Fortes e Maria Beatriz Saldanha. Eles transformaram o "saco encauchado" dos seringueiros em um novo produto patenteado como Treetap e apelidado de couro vegetal. "Começamos com uma pequena encomenda de 3 mil peças para cinco seringueiros e hoje trabalhamos com 200 famílias e uma produção anual de 80 mil lâminas", conta Beatriz.

Fonte: O Estado de São Paulo  
Herton Escobar

## **RIO+10: AS PESSOAS NÃO MORREM POR FALTA DE METAS, DIZ REPRESENTANTE DOS EUA**

*Informativo*  
*Johannesburgo - África do Sul*  
*Agosto de 2002*

**As pessoas não morrem por falta de metas. Elas morrem por falta de nutrição. A pérola é do subsecretário de Agricultura dos Estados Unidos, James Moseley**

As pessoas não morrem por falta de metas. Elas morrem por falta de nutrição. A pérola é do subsecretário de Agricultura dos Estados Unidos, James Moseley, no esforço para explicar por que seu país não deseja a inclusão de metas no Plano de Implementação da Agenda 21, que está em discussão em Johannesburgo.

A declaração foi feita durante a apresentação da Parceria dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Sustentável, que prevê parcerias com governos, empresas e organizações não-governamentais. "A resposta para a pobreza é construir capacidade, para que (os países pobres) não

precisem mais de assistência econômica", explicou Moseley. A posição americana é duramente criticada por outros países, que consideram que um "plano de implementação" implica metas e prazos definidos.

"Eu me sinto muito desconfortável com a posição dos Estados Unidos", disse o economista Jeffrey Sachs, professor em Harvard e assessor especial do secretário-geral da ONU. "Enquanto quase todo o mundo está aqui discutindo desenvolvimento sustentável, os EUA estão discutindo como fazer uma guerra contra o Iraque."

Fonte: O Estado de São Paulo  
Lourival Sant'Anna

## **RIO+10: BRASIL FAZ APREENSÃO RECORDE DE MADEIRA NA AMAZÔNIA**

*Informativo*  
*Johannesburgo - África do Sul*  
*Agosto de 2002*

O ministro do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, anunciou nesta quinta-feira (28) em Johannesburgo que o Brasil alcançou um recorde histórico na apreensão de madeira ilegal na Amazônia, atingindo 80 mil metros cúbicos, dos quais 50 mil metros são de mogno. Em entrevista exclusiva à Agência Carta Maior, Carvalho disse que o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) está coordenando os esforços para o combate à exploração clandestina de madeira na região.

“Estamos encontrando dificuldades, porque algumas empresas tentam conseguir na Justiça autorização para poder utilizar a madeira apreendida”, disse o ministro, que participa da delegação oficial brasileira na Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável. “Nos termos da Lei 9605, vamos provar que essa madeira foi explorada ilegalmente”.

O ministro afirmou que vai adotar todos os procedimentos jurídicos necessários para eliminar, ou pelo menos reduzir, a exploração ilegal de madeira na Amazônia, “inclusive em áreas indígenas e unidades de conservação”.

A ambientalista, da ONG Vitória Amazônica, Muriel Saragoussi, confirma que o Ibama realmente está realizando grandes apreensões de madeira, sobretudo no Estado do Pará. Mas como o órgão não tem condições de ficar com a guarda da madeira, ela acaba com as prefeituras da região ou com as próprias madeireiras. “Do total de mogno apreendido no Pará, mais de 80% já foram embora”, afirma. A exploração, transporte e comércio de mogno estão proibidos pelo Ibama desde outubro de 2001, pela Instrução Normativa 17.

### **Desenvolvimento sustentável e governança**

Carvalho disse que o Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Amazônia Brasileira representa a construção de uma agenda positiva para a região, pela qual o governo tem procurado oferecer iniciativas de uso sustentável de madeira tropical amazônica para substituir o modelo predatório de desmatamento. “Dessa forma, esperamos gerar emprego e renda para a comunidade local, para os amazônidas, com a própria floresta e não com sua destruição”, disse.

Sobre a governança ambiental, um dos temas largamente discutidos nessa Cúpula de Johannesburgo, tanto por ONGs quanto pelas delegações oficiais dos países, Carvalho afirma que o Brasil tem um dos sistemas mais avançados nessa área. "A Lei 6.938 montou o arcabouço do sistema nacional do meio ambiente, composto por órgãos da administração federal, dos estados e municípios". Uma das metas do ministério do Meio Ambiente aqui em Johannesburgo é fazer com que a governança ambiental seja discutida globalmente.

O ministro brasileiro acha que a conferência oficial ainda não passou da fase de aquecimento e, por isso, é cedo para saber se o documento final contemplará os pontos defendidos pelas nações em desenvolvimento reunidas no G77, no qual, o Brasil pode desempenhar um importante papel de liderança. "O processo de negociações é difícil e complexo. Há uma teia de interesses das diversas nações que terão que ser compatibilizados, em busca de um interesse maior que é assegurar as condições de vida no planeta.

Questionado sobre se tem esperança de que os resultados da Cúpula de Johannesburgo possam representar avanços com relação à Rio-92, José Carlos Carvalho disse que a conferência só se tornará positiva se for possível chegar ao final com um plano de implementação da Agenda 21 e uma plataforma de ação que assegure a efetividade dos compromissos que foram celebrados no Rio de Janeiro.

"Isso realmente fará com que ela seja positiva", afirmou. "Se nós tivermos qualquer retrocesso aqui com relação àquilo que já foi obtido na ECO-92, eu pessoalmente avalio que o saldo terá sido negativo."

Fonte: Agência Carta Maior  
Pedro Ortiz

## **RIO+10: BRASIL FINALIZA INVENTÁRIO DE EMISSÕES DE GÁS CARBÔNICO**

*Informativo*

*Johannesburgo – África do Sul*

*Agosto de 2002*

Especialistas brasileiros estão concluindo o primeiro inventário nacional sobre as emissões de gases causadores do efeito estufa. O documento, que será apresentado durante a Oitava Conferência das Partes e da Convenção sobre Mudança Climática, em outubro, mostra que o país é responsável por 3% das emissões globais de CO<sub>2</sub>, sendo 2% pela destruição de florestas. O Ministério da Ciência e Tecnologia havia antes prometido anunciar os resultados do estudo antes do início da Rio+10

Fonte: Folha de São Paulo

## **RIO+10: BRASIL PODE RECUAR NAS METAS DE ENERGIA**

*Informativo*

*Johannesburgo - África do Sul*

*Agosto de 2002*

O Brasil estava ontem perto de jogar a toalha na determinação de excluir grandes hidrelétricas da meta de 10% de energia renovável para todos os países do mundo. Essa meta é a principal proposta nacional na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +10) e, para salvá-la, a delegação brasileira partiu para uma espécie de vale-tudo.

"Se não incluirmos as hidrelétricas, fica praticamente impossível falar em meta de energia", afirmou o ministro do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, ao admitir o recuo brasileiro. O secretário de Estado de Meio Ambiente de São Paulo, José Goldemberg, concorda, mas com ressalvas.

Principal autor da proposta, ele defende que, caso as grandes hidrelétricas sejam incluídas, o texto final determine que isso só valerá para as que seguirem diretrizes ambientais internacionais.

A inclusão das hidrelétricas foi uma proposta capitaneada pela União Européia, com apoio da Rússia, China e Índia, além de países da África. O Brasil rejeitava a inclusão, sob o argumento de que, apesar de não produzirem CO<sub>2</sub>, elas destroem ou danificam os ecossistemas com inundações.

Além de negociar as hidrelétricas, o Brasil tenta também vencer as fortes resistências dos árabes produtores de petróleo à meta de 10%. O problema, portanto, deixa de ser entre países ricos e pobres para ser do próprio G-77, que reúne nações em desenvolvimento, como o Brasil e os árabes.

"Estamos no fio da navalha", disse ontem Carvalho, depois da reunião sobre energia em que muitos países radicalizaram posições. Ele conta, agora, com o apoio da Venezuela para a cota, apesar de esse país também produzir petróleo, como os árabes.

Para Carvalho, os árabes só estão preocupados com o próprio bolso: "A meta significa menos mercado de petróleo para eles, que estão colocando a lógica mercadológica acima da questão ambiental". O ministro do Itamaraty Everton Vargas, que participa ativamente das negociações, conversou ontem com um delegado da Arábia Saudita, Khaled Abu-Leif, e não saiu animado: "Eles estão com instruções extremamente rígidas do governo".



Para Goldemberg, o Brasil deve deixar a decisão final para os chefes de Estado, na próxima semana: "Minha impressão é de que estamos no começo do processo". A estratégia de negociação se transformou numa barganha: o Brasil passou a jogar duro contra a proposta sobre biodiversidade atualmente na mesa, de fixar uma meta de redução de perdas de espécies até 2010. Ela foi apresentada pela União Européia (UE).

Como a UE lidera o movimento a favor dessa proposta, o Brasil tenta dizer implicitamente o seguinte: ou temos apoio na negociação da meta de energia, ou seremos um empecilho poderoso contra a de biodiversidade.

### **Repartição de benefícios**

Outra barganha brasileira se dá entre as metas de biodiversidade e a confirmação do princípio da "repartição de benefícios", pelo qual países e comunidades locais têm direito a parte do lucro de empresas que desenvolvam produtos a partir de materiais genéticos colhidos em seus territórios. "Como você vai se comprometer com metas sem a repartição de benefícios?", provocou o ministro do Meio Ambiente.

Ele também acusou os países ricos de fazerem "ouvido de mercador" para a proteção de conhecimentos tradicionais, que interessa sobretudo ao Brasil, porque significa uma espécie de direito de propriedade intelectual, ou de patentes, para sabedorias ancestrais. A patente é um direito individual, e o de conhecimentos tradicionais, coletivo.

O principal objetivo da delegação brasileira, agora, é conseguir consenso no G-77, que reúne 130 países e está muito rachado, para depois negociar com mais força com os países desenvolvidos.

É por isso que os líderes da delegação brasileira vêm tendo reuniões com os de México, Venezuela, Equador, República Dominicana e outros. O pretexto é preparar a reunião de países com megadiversidade

do presidente Fernando Henrique Cardoso com os chefes de Estado, em Johannesburgo, como parte da Rio +10.

Os brasileiros distinguem a radicalização dos Estados Unidos e da União Européia em relação à meta de energia, por exemplo. Os norte-americanos rejeitam as metas, quaisquer metas, por princípio. Eles são considerados "juridicistas", como diz o embaixador Gelson Fonseca, e por isso rejeitam metas que depois possam ser objeto de questionamento jurídico internacional.

Já a União Européia tem uma posição mais pragmática e pontual, contra cláusulas e itens específicos, como o da inclusão das hidrelétricas na meta de 10% de energia renovável.

O Reino Unido é tido como o grande aliado do Brasil. Seu vice-premiê, John Prescott, deveria ter um encontro com a cúpula da delegação brasileira à Rio +10 entre ontem e hoje, para um balanço da conferência até aqui.

Fonte: Folha de São Paulo  
Claudio Angelo

## **RIO+10: CAMPONESES LATINOS SE UNEM A SUL-AFRICANOS NA LUTA PELA TERRA**

*Informativo*  
*Johannesburgo - África do Sul*  
*Agosto de 2002*

Cerca de 50 líderes camponeses do Brasil, Chile, Bolívia, Argentina, Nicarágua e Colômbia cruzaram o Atlântico para expressar sua solidariedade com os sem-terra sul-africanos, junto aos quais construíram um acampamento na periferia de Johannesburgo (África do Sul), onde acontece a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +10).

Sobre uma mesa, um monte de terra, vários punhados de sementes, um balde cheio de água e uma vela acesa representando sol simbolizam os princípios de vida das 8.000 pessoas que se reuniram hoje pela manhã, na primeira assembléia da Semana da Terra, que concluirá no próximo sábado com uma grande manifestação pelas ruas de Johannesburgo.

"Não pode haver desenvolvimento sustentável se não for garantido o direito à terra. Isso não significa apenas possuir um pedaço de terra, como também os créditos, o fim das subvenções do Primeiro Mundo e o controle do acesso aos recursos genéticos", afirmou a chilena Francisca Rodríguez, membro da organização internacional Via Camponesa e moradora de Lampa, uma comunidade rural na periferia de Santiago.

Um antigo local na periferia de Johannesburgo, que serviu para rodar filmes e séries de televisão, é nesta semana o cenário de um colorido espetáculo de ponches bolivianos, bandeiras vermelhas dos sem-terra brasileiros ou misteriosos cânticos zulus.

Nos centros de reunião, batizados de Che Guevara ou Chico Mendes, os camponeses contam os problemas de suas regiões de origem, denunciam a reforma agrária impulsionada sob a égide do Banco Mundial, criticam o papel da alimentação como "arma política e de dominação" e repudiam a Rio +10, que acontece a poucos quilômetros, no centro da cidade.

"Essa cúpula não tem razão de ser porque nela os povos do mundo não têm voz. A ONU [Organização das Nações Unidas] foi criada para lutar contra a injustiça e a desigualdade e agora é o

pátio dos fundos do Fundo Monetário Internacional [FMI] ou da Organização Mundial de Comércio [OMC]", disse Ramiro Telles, da Nicarágua.

Segundo os camponeses, a Rio +10 é muito manipulada e fecha um ciclo de conferências mundiais que "só servem para gastar dinheiro".

"Temos a sensação de que tudo está longe e mal preparado para evitar que as organizações se unam e participemos nas reuniões", disse Victoria Santos, do México.

No próximo dia 31 de agosto, os sem-terra sul-africanos, agrupados no Landless People Movement (LPM), farão uma manifestação nas ruas de Johannesburgo e irão até o centro de convenções de Sandton, onde acontece a Rio +10.

O governo sul-africano já advertiu que não tolerará a anarquia nesses protestos públicos e mostrou, na semana passada, que reprimirá com a força as manifestações não autorizadas. Mais de 70 membros do LPM foram detidos há oito dias e acusados de "violência pública" depois de participar em uma marcha no centro de Johannesburgo.

"Quero voltar ao Brasil e dizer a meus companheiros que os agricultores sul-africanos vivem uma situação muito pior do que a nossa, mas que resistem com força e reivindicam seus direitos. É um povo que se livrou do apartheid e acreditou em um governo que não resolveu seus problemas", disse Egidio Brunetto, do Movimento dos Sem-Terra (MST) de Mato Grosso do Sul.

Segundo fontes oficiais, em 2001, 7,3 milhões de sul-africanos, quase 20% da população, viviam em assentamentos ou moradias nos subúrbios miseráveis das grandes cidades do país.

## **RIO+10 COMEÇA PEDINDO MENOS RETÓRICA E MAIS COMPROMISSO**

*Informativo*

*Johannesburgo - África do Sul*

*Agosto de 2002*

A Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Rio +10) começou hoje em Johannesburgo com o discurso do presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, que pediu aos líderes do mundo inteiro que adotem um plano de ação nos próximos dias para salvar o planeta.

Durante dez dias, o progresso econômico, o bem-estar dos povos e a proteção do ambiente serão o tema central da conferência, a maior da história da ONU (Organização das Nações Unidas) e a primeira grande reunião desse tipo desde a realizada no Rio de Janeiro em 1992.

"Pobreza, subdesenvolvimento e desigualdade somadas a uma preocupante crise ecológica mundial põem em risco a vida da maioria dos seres humanos", disse Mbeki em seu discurso de abertura.

Assim como fizeram nos últimos dias as autoridades da ONU e os líderes de vários países em desenvolvimento, o presidente sul-africano ressaltou que o tempo de reflexão passou e que os líderes mundial têm que ser "responsáveis" para dar aos cidadãos as soluções práticas que esperam.

As diferenças entre Norte e Sul deste planeta crescem cada dia um pouco mais e tornam impossível um desenvolvimento duradouro, mas "o panorama pode ser diferente", afirmou. "Pela primeira vez na história da humanidade, a sociedade possui capacidade, conhecimento e recursos para erradicar a pobreza e o subdesenvolvimento", declarou. Nos próximos dias, ministros e especialistas de quase 200 países vão discutir um programa de ação para

a próxima década, baseado na Agenda 21, um ambicioso conjunto de recomendação teóricas aprovado no Rio de Janeiro em 1992, que aposta num modelo de desenvolvimento apoiado em três pilares: avanços econômicos, progresso social e proteção ao ambiente.

"Temos que pôr fim à inércia da década passada e fazer acordos sobre medidas práticas claras. O plano de ação de Johannesburgo que discutiremos e negociaremos deve ser um plano de ação real e com condições de alcançar seus objetivos", declarou na abertura o presidente da África do Sul.

Entretanto, são muitas as questões que separam os quase 200 países que participam desta cúpula, a maioria delas referentes à erradicação progressiva da pobreza, como ajuda pública ao desenvolvimento ou medidas protecionistas e subsídios que prejudicam os países em desenvolvimento.

Desde sábado (24), diplomatas de vários países estão tentando conciliar interesses para avançar neste plano de ação de 71 páginas. As negociações registraram progressos em "questões menores", segundo autoridades da União Européia, que confirmaram hoje que algumas posturas continuam difíceis de conciliar.

"Temos que mostrar a bilhões de pessoas que governamos que não podemos aceitar que a sociedade se construa sobre o princípio selvagem da sobrevivência do mais forte", afirmou.

A cúpula está sendo realizada no Centro de Convenções Sandton, no norte de Johannesburgo. Mais de cem chefes de Estado e de governo irão na próxima semana à cidade sul-africana para participar dos últimos dias de negociações.

Paralelamente à conferência oficial da ONU, mais de 15 mil membros das ONGs (organizações não-governamentais) estão reunidos nas proximidades de Johannesburgo, numa cúpula alternativa para denunciar o atual sistema econômico e modelo de globalização neoliberal, que não evitam o colapso ambiental e o aumento da pobreza.

No dia 31 de agosto, as ONGS vão realizar uma grande manifestação em Johannesburgo em que esperam reunir 30 mil pessoas, apesar da polícia não ter dado autorização e as autoridades locais garantirem que não vão tolerar "anarquia" durante a cúpula.

Fonte: Folha de São Paulo/France Press

## **RIO+10: COMÉRCIO INTERNACIONAL AGITA CONFERÊNCIA**

*Informativo*

*Johannesburgo – África do Sul*

*Agosto de 2002*

Um documento que antepõe princípios econômicos a progressos ambientais agitou os bastidores da abertura oficial da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10) em Johannesburgo, África do Sul. As organizações não-governamentais (ONGs) presentes ao encontro atribuem sua autoria a uma aliança entre Estados Unidos e União Européia. Diplomatas brasileiros admitem que seu teor é "preocupante".

Os principais pontos do documento, que vem sendo chamado de "non-paper" (um tipo de documento extra-oficial), são o enfoque mais liberal no comércio internacional e, ao contrário, mais regulatório para as economias mais ricas, que já são criticadas por defender abertura no mercado alheio e exercitar protecionismo interno.

Nesse clima de confronto, algumas ONGs chegaram a chamar o grupo liderado por EUA, Canadá e Austrália de “eixo do mal”, segundo o jornal britânico “The Independent”, por sua relutância em cooperar com o restante do mundo no combate à pobreza e à degradação do ambiente.

Tony Juniper, vice-presidente da ONG Amigos da Terra Internacional, disse que os outros governos devem pressionar para que sejam adotados acordos “para as pessoas e para o planeta”.

### **Ambientalistas em pânico**

Analisando formalmente, apesar das desconfianças sobre sua origem, o “non-paper” abre uma brecha que queixa ambientalistas em pânico: os acordos ambientais teriam de ser submetidos à OMC (Organização Mundial do Comércio).

O texto fala explicitamente, na Segunda de suas quatro páginas, em estabelecer dependência mútua entre o sistema de comércio multilateral e os acordos ambientais multilaterais, completando e apoiando a agenda da OMC.

“O G-77 grupo dos países subdesenvolvidos, ao qual pertence o Brasil] está muito preocupado”, disse à Folha o ministro Everton Vargas, do Departamento de Meio Ambiente do Itamaraty.

Para Marcelo Furtado, do Greenpeace Internacional, a conferência de Johannesburg corre o risco de deixar de ser uma reunião ambiental para se tornar comercial – “ou seja, em vez de ser Rio+10, passa a ser Doha+10 meses. O ambientalista se referia à reunião da OMC em Doha (Qatar) no ano passado.

As suspeitas dos ambientalistas de que o texto foi produzido pelos Estados Unidos e pela União Européia, que reúnem os países mais desenvolvidos, foram confirmadas numa reunião de ONGs com o ministro de Comércio Exterior da África do Sul, Alec Erwin, Domingo à noite.



Erwin disse claramente, então, que o documento não fora produzido e apresentado pelo governo sul-africano, que preside a conferência. Depois, o documento chegou a ser negado, até que foi formalmente discutido e cópias circularam pelos corredores do Sandton Centre, megacentro de convenções que abriga a Rio+10 em Johannesburgo.

Outros temas que também acirraram as discussões técnicas, no primeiro dia oficial do encontro foram energia, biodiversidade, pesca e poluentes. No caso de energia, há divergências internas na própria delegação brasileira, de quase 200 integrantes.

Inicialmente, a proposta do Brasil de ampliar para 10% a meta de energias renováveis no total da geração dos países excluída as grandes hidrelétricas, sob argumento de que elas causam danos ambientais. Haveria pressões, agora, para que fossem incluídas na definição de energia renovável.

### **Responsabilidade comum**

A melhor notícia do dia para o andamento das negociações foi a sinalização dos EUA de que retirariam as objeções ao princípio das responsabilidades comuns, nas diferenciadas. Por esse princípio, acordado na Eco-92, os países mais ricos são os que mais poluem e, portanto, têm de pagar mais pela conservação do planeta.

Esse recuo em relação à Eco-92 era um dos temores tanto do governo brasileiro quanto dos setores informais que representam o país na Rio+10. Além de funcionários do governo e de ONGs, integram a delegação empresárias e representantes, por exemplo, da Petrobras e do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social).

Outra boa foi a avanços importantes para fechar o texto sobre o GEF (Fundo Global para o Ambiente), considerado um dos principais mecanismos de financiamento para ações rumo ao

desenvolvimento sustentável. Dez parágrafos que ainda estavam “entre colchetes” (ou seja, sem consenso entre as delegações) foram finalmente fechados.

Esses dois avanços – na responsabilidade compartilhada e no GEF – são comemorados pela diplomacia brasileira, inclusive porque abrem caminho para o discurso que o presidente Fernando Henrique Cardoso deve fazer ao final da reunião, na presença de cerca de cem chefes de Estado. FHC chega a Johannesburgo na manhã do próximo Domingo.

Há céticos, porém, em relação a essas supostas vitórias, sob a suspeita de que, na verdade, os EUA vêm apenas agindo premeditadamente dentro de seu próprio cronograma a agenda. Segundo Rubens Born, do Instituto Vitae Civilis, a Rio+10 continua sob o risco de “acabar em pizza”. Ele, entretanto, afirma que “essa pizza pode ficar melhorzinha, Ter mozzarella em cima, mesmo sem azeitona e orégano”.

Fonte: Folha de São Paulo  
Claudio Angelo/Eliane Cantanhêde

## **RIO+10: CONTINUÍSMO IRRITA ONGS**

*Informativo*  
*Johannesburgo – África do Sul*  
*Agosto de 2002*

A Cúpula da Terra passa por um momento crítico: há um embate entre os que pretendem manter o poder conquistado e os que desejam alterar o modelo de produção e consumo para erradicar a pobreza. Nesse contexto, Brasil e África do Sul, como sedes, respectivamente, da Rio 92 e da cúpula atual, têm a

responsabilidade de implementar as ações decididas em Joanesburgo, ao mesmo tempo que devem buscar reformas no sistema econômico e institucional global.

Estas são algumas das críticas e propostas que o Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Desenvolvimento divulgou ontem, ao fim de mais uma jornada, depois de quatro dias do que classificam como negociações infrutíferas. "Estão tentando manter tudo como está", acusa um dos coordenadores do fórum e diretor da ONG Vitae Civilis, Rubens Born.

Saragoussi Muriel, diretora da ONG Vitória Amazônica, exemplificou o que classifica como antiexemplo: "Bem no meio do Centro de Convenções Sandton, onde acontecem as negociações, há uma exposição de um tipo de automóvel mais econômico. Transformaram um símbolo do transporte individual e não-sustentável no símbolo da cúpula de sustentabilidade".

As ONGs atacam principalmente a Organização Mundial do Comércio (OMC), que acusam de ser a geradora da maioria das injustiças das trocas comerciais e de serviços e que acabam "contaminando" a cúpula da sustentabilidade.

Fonte: Jornal do Brasil

## **RIO+10: CÚPULA ENDOSSARÁ COMPROMISSOS DE MONTERREY E DOHA**

*Informativo*

*Johannesburgo - África do Sul*

*Agosto de 2002*

**O Plano de Implementação da Agenda 21 endossará os compromissos firmados na reunião de cúpula de Monterrey, em março, sobre financiamento do desenvolvimento, e na conferência ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Doha, em novembro, sobre liberalização comercial. Nem isso os países ricos queriam**

O Plano de Implementação da Agenda 21, que deve ser aprovado na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, endossará os compromissos firmados na reunião de cúpula de Monterrey, em março, sobre financiamento do desenvolvimento, e na conferência ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Doha, em novembro, sobre liberalização comercial. Parece redundante, mas é o máximo a que se pôde chegar em Johannesburgo.

Os países desenvolvidos, em princípio, não queriam que esses compromissos constassem do Plano de Implementação, enquanto que os países em desenvolvimento, reunidos no G-77, tinham a expectativa inicial de ir além deles. Já os países desenvolvidos queriam avançar no chamado princípio de precaução, vinculando comércio a proteção ambiental e direitos sociais, expediente considerado protecionista pelo G-77. O meio termo foi a reafirmação dos princípios de Doha e de Monterrey no Capítulo sobre Meios de Implementação, em cujas negociações o Brasil atua como porta-voz do G-77.

Os países ricos participam em dois blocos: a União Européia e o Juscanz, sigla em inglês para Japão, Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia. Boa parte dos colchetes, que na linguagem diplomática assinalam trechos que não são objeto de consenso, foram retirados desse capítulo - o mais sensível do Plano, por suas implicações econômicas.

A reunião de Monterrey estabeleceu uma meta de 0,7% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial – que é da ordem de US\$ 25 trilhões – de assistência anual dos países ricos para os países em desenvolvimento. Os países nórdicos superam esse patamar: 1%. A União Européia está próxima do 0,7%. Já os Estados Unidos estão muito aquém: cerca de 0,1%. Um trecho já aprovado do Plano "exorta os países desenvolvidos que não o tenham feito que façam um esforço em direção à meta de 0,7%".

Dois parágrafos aprovados reproduzem a linguagem do documento de Doha: o que prevê "buscar melhora substancial no acesso aos mercados, com redução de todas as formas de subsídios às exportações", incluindo um período de eliminação gradual (phasing out); e "redução substancial do apoio a distorções domésticas", que são as formas de proteção das empresas nacionais no comércio interno, usadas principalmente pelos europeus, mas que estão crescendo também nos Estados Unidos.

O G-77, apoiado pela Austrália e a Nova Zelândia, insiste na inclusão de compromissos mais específicos quanto à eliminação dos subsídios e das barreiras à agricultura. Já os países desenvolvidos, sobretudo a União Européia, insistem em introduzir no Plano mecanismos que lhes possibilitem restringir o comércio para bens produzidos em condições consideradas prejudiciais para o meio ambiente.

Aqui, o argumento do G-77 é o de que os subsídios que os países destinam aos seus produtos agrícolas e as barreiras tarifárias e não tarifárias com as quais os protegem da concorrência mantêm os preços das commodities artificialmente baixos nos mercados internacionais. Com a eliminação desses artifícios, os preços melhorariam e haveria margem para investir na melhora das condições ambientais de produção.

Os países em desenvolvimento também argumentam que a agricultura altamente intensiva dos países ricos, com o uso excessivo de fertilizantes e pesticidas que degradam o meio ambiente, é sustentada pelos subsídios. Assim, a liberalização do comércio contribuiria para uma produção sustentável

tanto nos países pobres quanto nos ricos. Os países desenvolvidos também desejam vincular proteção social e comércio.

A legislação brasileira, por exemplo, atende às convenções internacionais – embora o mesmo não se possa dizer de todos os países do G-77. Mas mesmo o Brasil ficaria vulnerável a sanções, porque mais da metade de sua força de trabalho não tem carteira assinada e porque os trabalhos infantil e até escravo existem no País. Portanto, na prática, é possível alegar que o Brasil não cumpre as convenções que firmou.

Por meio do Sistema Geral de Preferências, os países desenvolvidos já regulam suas práticas comerciais segundo padrões ambientais e sociais, concedendo ou não isenções tarifárias. Por causa do problema do narcotráfico, por exemplo, o café colombiano desfruta de isenções no mercado europeu, prejudicando o café brasileiro. O mesmo ocorre com o palmito e outros produtos primários. O que o Brasil e seus aliados não querem é que esses mecanismos sejam "referendados" na cúpula de Johannesburgo.

Fonte: O Estado de São Paulo  
Lourival Sant'Anna

## **RIO+10: DALAI LAMA BARRADO NA CÚPULA POR PRESSÃO DA CHINA**

*Informativo*  
*Johannesburgo - África do Sul*  
*Agosto de 2002*

Uma das figuras mais carismáticas da Rio 92, o líder espiritual tibetano Dalai Lama foi proibido de viajar à África do Sul para participar da Rio+10 por pressões da China, denunciaram ontem representantes do Tibete.

Ganhador do Prêmio Nobel da Paz em 1989, o Dalai Lama vive no exílio desde 1959, depois de um levante fracassado contra o domínio comunista chinês imposto nove anos antes.

O Dalai Lama não vem — disse Tsering Yangkey, chefe da pasta de meio ambiente e desenvolvimento do governo do Tibete no exílio. — As autoridades africanas não vão deixá-lo participar devido às pressões da China.

A ministra de Relações Exteriores da África do Sul, Nkosazana Dlamini-Zuma, no entanto, disse que não ter conhecimento de que o Dalai Lama teria sido barrado.

O Papa João Paulo II pediu ontem aos líderes mundiais que encontrem maneiras de proteger o planeta.

Os homens foram designados por Deus para serem administradores da Terra, para cultivá-la e cuidar dela. Meus pensamentos vão para a Cúpula da Terra — disse o Papa.

Todos desejamos que os líderes presentes à reunião encontrem meios eficazes para o desenvolvimento integral da Humanidade, com bem-estar econômico e social, e sem danos ao meio ambiente.

Fonte: O Globo

## **RIO+10: DEVE REUNIR CEM LÍDERES DE VÁRIOS PAÍSES**

*Informativo*  
*Johannesburgo - África do Sul*

*Agosto de 2002*

A Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Rio +10) começou oficialmente hoje e deve reunir mais de cem líderes para discutir o que pode ser melhorado no mundo até 2015. Além dos líderes de Estado e de governo, milhares de delegados oficiais e representantes de ONGs (organizações não-governamentais) também participam do encontro.

O progresso econômico, o bem-estar dos povos, a proteção do ambiente, serão nos próximos dias o tema central de discussão na conferência, a maior da história da ONU (Organização das Nações Unidas) e a primeira grande reunião deste tipo desde a realizada no Rio de Janeiro em 1992.

"Temos que pôr fim à inércia da década passada e fazer acordos sobre medidas práticas claras. O plano de ação de Johannesburgo que discutiremos e negociaremos deve ser um plano de ação real e com condições de alcançar seus objetivos", declarou na abertura o presidente da África do Sul, Thabo Mbeki.

Este programa de ação vai se basear na Agenda 21, um ambicioso conjunto de recomendações teóricas aprovado no Rio de Janeiro em 1992, que aposta num modelo de desenvolvimento apoiado em três pilares: avanços econômicos, progresso social e proteção ao meio ambiente.

O dirigente sul-africano reconheceu que na última década as boas intenções do Rio de Janeiro ficaram na teoria, as diferenças entre o Norte e o Sul se agravaram e a miséria humana e degradação do meio ambiente aumentaram de forma preocupante.

"Temos que mostrar a bilhões de pessoas que governamos que não podemos aceitar que a sociedade se construa sobre o princípio selvagem da sobrevivência do mais forte", acrescentou.

A Rio +10 é o segundo encontro do ONU a discutir o uso dos recursos naturais sem ferir o ambiente.



O evento, que acontece até 4 de setembro em Johannesburgo (África do Sul), deve avaliar o progresso feito na década transcorrida desde a Eco-92 na questão ambiental. Espera-se que ela produza mecanismos de implementação da Agenda 21, um volumoso programa de ação global proposto em 1992 no Rio de Janeiro.

Em 1997, durante um sessão especial da Assembléia Geral das Nações Unidas (chamada de "Rio +5"), percebeu-se que existiam diversas lacunas nos resultados da Agenda 21.

A assembléia detectou a necessidade de ratificação e implementação mais eficiente das convenções e acordos internacionais referentes a ambiente e desenvolvimento. Assim, em 2000, a Comissão de Desenvolvimento Sustentável da ONU sugeriu a realização de uma nova cúpula mundial.

Fonte: Folha de São Paulo

## **RIO+10 DISCUTE TAREFA DE DIMINUIR A SEDE NO MUNDO**

*Informativo*

*Johannesburgo - África do Sul*

*Agosto de 2002*

Acabar com a falta crônica de água no planeta é uma tarefa de proporções imensas, e alguns especialistas advertem que grandes áreas estão sob risco de secarem, provocando catástrofes para suas populações pobres.

A água estava no centro das discussões de hoje na Rio +10. Os países subdesenvolvidos tentavam impor uma meta de expansão das redes de saneamento a fim de complementar as Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDG), que previam a redução pela metade, até 2015, do número de pessoas que ainda não têm acesso a água tratada.

A África do Sul lidera o grupo que defende a fixação de uma meta semelhante para as redes de saneamento, mas a oposição a essa medida é grande, em especial dos EUA e da Austrália.

"Fizemos grandes progressos e a maior oposição ao estabelecimento de uma meta sobre redes de saneamento vem dos EUA e da Austrália", disse o ministro para Assuntos da Água e Florestas da África do Sul, Ronnie Kasrils.

A África do Sul é apontada como um exemplo. Desde que a minoria branca deixou de governar o país, em 1994, 10 milhões de pessoas ganharam acesso à água potável.

Segundo um relatório da ONU divulgado neste ano, 1,1 bilhão de pessoas não tinham acesso a água potável em 2000, e 2,4 bilhões viviam sem redes de esgoto.

O Banco Mundial estima que, para o cumprimento das MDG, seria necessário estender a rede de água na próxima década a 300 mil pessoas por dia. O custo disso é calculado em US\$ 25 bilhões por ano.

Especialistas afirmaram ainda que a atual escassez de água agrava-se com a desertificação, a derrubada de florestas e o crescimento das populações urbanas.

Áreas do norte da África e do oeste da Ásia podem ser as primeiras a sofrer com uma falta crônica de água.

## **RIO+10: ENCONTRO PARA O FUTURO**

*Informativo*

*Johannesburgo - África do Sul*

*Agosto de 2002*

Líderes do mundo todo se reúnem a partir de hoje, em Johannesburgo, na África do Sul, para a Cúpula Mundial do Desenvolvimento Sustentável, mais conhecida como Rio+10. O nome faz referência aos dez anos passados da Rio—92, no Rio de Janeiro, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) convocou, pela primeira vez na história, uma conferência global para discutir como conciliar o crescimento econômico com a proteção ao meio ambiente.

O encontro avaliará os progressos obtidos na última década e estabelecerá metas para o futuro. A cúpula começa com uma grande ausência: a do presidente dos Estados Unidos, George W. Bush. A opção do presidente de faltar à Rio+10 pode evitar alguns constrangimentos ao governo norte-americano. Bush temia ser questionado sobre posições em relação ao meio ambiente, como a recusa em aderir ao Protocolo de Kyoto. O documento fixa metas de redução da emissão de gases causadores do efeito estufa. Sem os EUA, maior poluidor da atmosfera terrestre, o protocolo perde eficácia.

Nem todos os sinais emitidos pela única superpotência do mundo, entretanto, são negativos. O estado da Califórnia, responsável pela maior parcela da produção de carros nos EUA, aprovou rigorosa legislação estadual para reduzir os níveis de poluição. Todos os veículos fabricados no estado, bem como a frota que circula por lá, terão de se adaptar. Um passo importante para reduzir a poluição causada pela maior economia do mundo.

A iniciativa do estado da Califórnia também demonstra a disposição da população norte-americana em investir pesado para tornar sua indústria mais limpa. Grande parte dos ambientalistas esperados na Cúpula da África do Sul também atuam nos EUA. Mais uma demonstração da prioridade dada ao tema meio ambiente pela sociedade civil organizada daquele país.

O Banco Mundial (Bird) publicou na última semana um documento que aumentará a pressão sobre os líderes mundiais para chegar a um consenso em Johannesburgo. O estudo alerta para a possibilidade de ocorrerem grandes catástrofes sociais e ambientais nos próximos 50 anos caso os atuais padrões de produção e consumo sejam mantidos.

O Bird coloca grande parte da responsabilidade pela reversão desse cenário nas mãos dos países ricos. Eles seriam os responsáveis por transferir tecnologia aos pobres e abrir seus mercados para produtos agrícolas do Terceiro Mundo. A Cúpula do Desenvolvimento Sustentável é o momento ideal para decidir como fazer isso. Cabe aos líderes mundiais aproveitar bem os próximos dias para que a humanidade possa sonhar com um futuro melhor.

Fonte: Correio Braziliense

## **RIO+10: ESTÁ NAS MÃOS DOS CHEFES DE ESTADO**

*Informativo*  
*Johannesburgo - África do Sul*  
*Agosto de 2002*

Rubens Harry Born, coordenador da ONG Vitae Civilis foi escolhido o coordenador da delegação brasileira do Fórum Brasileiro de ONGs, na Rio + 10. A responsabilidade de Born é ser o interlocutor entre as entidades ambientalistas presentes em Joanesburgo e os negociadores oficiais brasileiros na conferência.

Em entrevista exclusiva para o Fórum Brasileiro da Mudanças Climáticas, Rubens Born analisou a primeira semana da Cúpula de Desenvolvimento Sustentável, avaliou o impacto que poderá ter a chegada dos chefes de Estado à conferência na próxima semana e sugeriu modificações na maneira como essas reuniões são organizadas e suas decisões implementadas. "A conferência tem ainda uma chance, mas está um cenário muito complicado", afirmou. Leia a seguir a íntegra da entrevista.

### **Como o senhor avalia essa primeira semana da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável?**

Tem várias coisas para serem avaliadas. A logística geral, comparando com a Rio 92, piorou. Embora lá o fórum das ONGs e as reuniões oficiais no Riocentro fossem distantes, estava tudo polarizado em dois locais. Aqui está tudo espalhado em pelo menos cinco lugares, então fragmenta os contatos, interações e a possibilidade de a sociedade civil influenciar a reunião oficial.

A participação das entidades do mundo em desenvolvimento está bem maior que, por exemplo, nas negociações de mudanças climáticas, o que é bom. Do meu ponto de vista, as ONG americanas também estão mais apagadas. Elas costumam ter um lobby pesado, que não está aparecendo aqui.

Em relação ao conteúdo, surpreenderam as plenárias oficiais mediadas por Jan Pronk, enviado especial do Secretário Geral da ONU, Koffi Annan, onde foram discutidos os temas prioritários da conferência (água, meio ambiente, habitação, agricultura e biodiversidade). Tinha participação de representantes da ONU, governos, ONGs, foi muito interessante. Na discussão sobre água, a qual eu presenciei, por exemplo, se chegou a conclusão que a água não é um bem a ser comercializado, mas um direito humano. Houve uma mudança de concepção.

O problema aí foi que as discussões das plenárias não influenciam nas negociações, uma vez que os negociadores não estavam presentes.

### **E como estão as negociações?**

No geral, o que está faltando discutir são os papéis das instituições financeiras como o FMI e Banco Mundial, modificações nas regras de comércio internacional injustas definidas pela OMC (Organização Mundial do Comércio), as crises das dívidas internas e externas, a perda de confiança na avaliação do sistema financeiro internacional e as decisões unilaterais de alguns países sobre regimes multilaterais voltados à sustentabilidade ambiental, aos direitos humanos e à paz mundial.

### **A conferência está cumprindo seu objetivo de avaliar os avanços da Rio 92 e traçar um plano de ação?**

O plano de ação que está sendo trabalhado aqui é incoerente com a avaliação a respeito do não cumprimento das metas de 92. Essa é uma queixa geral das ONGs: toda a expectativa era que esse plano deveria ter metas e recursos para a sua execução. Agora corre-se o risco de ter poucas metas. Quando tem, não se identifica os recursos necessários e quem paga a conta.

### **Está começando a se falar em metas regionais diferentes para cada bloco de países. Isso é bom?**

É o que chamamos de mínimo denominador comum, ou seja, nivelar por baixo. O que vai acontecer, por exemplo, em relação à discussão sobre energia renovável, uma das que mais chama a atenção, é que os Estados Unidos, maiores consumidores de energia não renovável e, por isso, maiores

poluidores, vão acabar ficando sem meta. Você terá metas levando em conta a realidade de cada um, mas muitas vezes elas serão definidas a partir do que já existe, o que não muda nada.

**O Brasil vem sendo apontado como um dos principais líderes nas negociações. Como você avalia as posições brasileiras?**

O Brasil tem papel chave, pelo legado da Rio 92, por ser um país megadiverso (com grande estoque de biodiversidade) e porque se prepara para esse tipo de reunião internacional, com reuniões interministeriais e inclusive incorporando reivindicações da sociedade civil, como ONGs e centrais sindicais. Outro ponto positivo é o fato de o governo ter inscrito as ONGs do país como membros da delegação oficial, o que nos permite assistir às reuniões onde não poderíamos estar.

O nosso temor é que nas negociações, para introduzir aquilo que quer, o Brasil acabe abrindo mão de outras coisas importantes para o país. O Brasil está se concentrando na discussão das metas de energia renovável. Nosso medo é que abra mão de outras coisas valiosas para o país, como a biodiversidade.

**Qual o peso das ONGs nas discussões? Como elas conseguem influenciar o processo de decisão?**

As ONGs se reúnem em grupos temáticos, chamados caucus, para discutir água, povos indígenas, jovens e vários outros temas. Com as decisões tomadas nos caucus, cada entidade volta para tentar influenciar a delegação do seu país. Dessa forma elas agem de maneira organizada, buscando influenciar o processo. Outra forma de pressão são as entrevistas coletivas, onde se busca sensibilizar a mídia -- o que também resulta em pressão. Muitas vezes se consegue mudar o rumo das discussões.

**As negociações avançaram pouco até agora. A chegada dos chefes de Estado pode modificar esse quadro?**

Tem o potencial de mudar. Alguns assuntos onde não houve consenso, como clima, energia, recursos financeiros, vão ficar nas mãos dos chefes de Estado. Tem também a questão da criação de um fundo de combate à pobreza, que eles vão discutir. Eu espero que a presença deles aqui tenha o efeito de reverberar na mídia mundial, concentrando a atenção do planeta nos rumos da conferência. Mas a possibilidade de os EUA iniciarem uma guerra contra o Iraque pode ser uma estratégia de George Bush de desviar a atenção do que acontece aqui.

### **Já se pode considerar a conferência um fracasso?**

Está nas mãos dos chefes de Estado. Estamos mais perto do fracasso que do sucesso. Tem ainda uma chance, mas está um cenário muito complicado.

### **Será que daqui a dez anos vamos ter uma Rio + 20, onde se vai enfim discutir a questão de sanções para os países que não cumpriram com as decisões contidas no documento que sairá daqui?**

Eu não gostaria de esperar 10 anos para ver as coisas acontecerem. O que é necessário é uma reforma das Nações Unidas e dessas negociações, para discutir a questão das sanções. Tem muita hipocrisia nas discussões, pois alguns países são progressistas defendendo alguns pontos, mas não querem saber de discutir aspectos onde são fracos.

Esta conferencia está mostrando que o processo de discutir essas questões e implementar soluções precisa ser modificado. O desafio do século 21 é avaliar os 50 anos da ONU e discutir a governança internacional. Isso significa ver como são tomadas as decisões em termos mundiais, como são cumpridas, quem avalia. Para que isso seja possível, cada país precisa pagar um pouco, abrindo mão de cotas de sua soberania.



Fonte: Ministério do Meio Ambiente  
André Muggiati

## **RIO+10: EUA E EUROPA PROMETEM AUMENTAR AJUDA A PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO**

*Informativo*

*Johannesburgo - África do Sul*

*Agosto de 2002*

Os países industrializados se comprometeram hoje em Johannesburgo (África do Sul) a pôr em prática os acordos conseguidos na cúpula de Monterrey (México) neste ano e aumentar o dinheiro que dedicam à Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD).

Na madrugada de hoje, os representantes dos 189 países que participam da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável chegaram a um acordo sobre o parágrafo que se refere à APD no plano de ação que será aprovado por mais de cem chefes de Estado na próxima semana.

Nesse plano de ação, que será uma referência para a próxima década, os Estados Unidos e os países-membros da União Européia se comprometem a cumprir seus compromissos de Monterrey, ou seja, aumentar em US\$ 5 trilhões e US\$ 7 bilhões, respectivamente, seu APD até 2006.

Os Estados Unidos concedem atualmente 0,11% do PIB (produto interno bruto), enquanto a União Européia consagra 0,33% do PIB.

Longe de cumprir o objetivo de 0,7% do PIB, desde a ECO-92, os países industrializados reduziram em um terço suas contribuições para chegar a uma média de 0,22% em 2001, segundo cifras da ONU (Organização das Nações Unidas).

"Instamos os países desenvolvidos que ainda não o fizeram a tomar as medidas concretas para alcançar o objetivo de 0,7% do PIB de ajuda aos países em vias de desenvolvimento", afirma o documento, que repete o texto da Cúpula Mundial sobre Financiamento do Desenvolvimento, em Monterrey.

O objetivo de 0,7% do PIB foi fixado numa conferência da ONU em 1969 e até agora só quatro países (Dinamarca, Holanda, Noruega e Suécia) o cumprem.

Na reunião de Monterrey, ficou acertado que esse aumento de ajuda estivesse condicionado ao que se chama "boa governabilidade", conceito que abrange sólidas instituições democráticas e crescimento econômico, entre outros indicadores. Esse ponto ainda não obteve o acordo necessário nas negociações, segundo o documento emitido hoje.

As discrepâncias existem porque os países em vias de desenvolvimento, que se beneficiam da APD, não crêem que a "boa governabilidade" deva ser uma condição para receber a cooperação econômica dos países industrializados.

"A questão da 'boa governabilidade' é uma armadilha", disse a ministra venezuelana do Meio Ambiente, Ana Elisa Osório, cujo país preside o G-77 (grupo dos 77 países em vias de desenvolvimento).

Segundo o G-77, os países industrializados dedicam aos subsídios agrícolas investimentos quase seis vezes maiores do que aos concedidos à APD: US\$ 311 bilhões e US\$ 55 bilhões em 2001, respectivamente.

## **RIO+10: FERNANDO HENRIQUE PODE VOLTAR SEM ASSINAR DECLARAÇÃO**

*Informativo*

*Johannesburgo – África do Sul*

*Agosto de 2002*

### **O presidente falará na sessão plenária dos chefes de Estado e de governo presentes à Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável**

Se a declaração política dos chefes de Estado e de governo comprometendo-se a cumprir o Plano de Implementação da Agenda 21 não ficar pronta até terça-feira, o presidente Fernando Henrique Cardoso não a assinará. Fernando Henrique, que chega amanhã a Johannesburgo, antecipou sua volta, a pedido dos presidentes do Senado, Ramez Tebet (PMDB-MS), e da Câmara, Aécio Neves (PSDB-MG), que o acompanham na viagem. Os dois estão envolvidos nas negociações no Congresso e na campanha eleitoral. A cúpula se encerra na quarta-feira.

Um lapso de sete horas e meia na agenda do presidente Fernando Henrique Cardoso alimenta especulações sobre o que ele faria entre sua chegada a Johannesburgo, programada para as 10h30 deste domingo (5h30 em Brasília), e uma reunião com presidentes sul-americanos, às 18h. A versão mais extravagante é a de que ele pretenderia ir a um safári fotográfico.

Em seguida à reunião para coordenar as posições com os outros países sul-americanos, Fernando Henrique segue para uma mesa-redonda sobre a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (Nepad), na qual ele falará, na qualidade de presidente de turno do Mercosul. Na segunda-feira o presidente se reúne com o chanceler alemão, Gerhard Schröder, com o presidente da Ucrânia, Leonid Kuchma, e com o presidente da Comissão Européia, o italiano Romano Prodi. Ele falará, também, na

sessão plenária dos chefes de Estado e de governo presentes à Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável.

**Negociadores tentam conciliar o inconciliável. Mesmo no âmbito do G-77, a proposta brasileira sobre fontes renováveis de energia encontra a resistência da Arábia Saudita, que pode estar sendo respaldada pelos EUA**

A iniciativa brasileira em favor de uma meta global para o uso de fontes renováveis de energia vivia seus momentos decisivos neste sábado, enquanto os negociadores tentavam conciliar o inconciliável: os interesses dos parceiros do Brasil no G-77, do qual fazem parte os membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), assim como os dos europeus, dos americanos e dos países pobres.

No âmbito do G-77, a perspectiva era de aprovação de um texto propondo a adoção de metas regionais voluntárias para o uso de fontes renováveis, incluindo as grandes hidrelétricas. A linguagem ficará aquém da proposta original brasileira, de meta de 10% até 2010 para todos os países do mundo, excluindo as grandes hidrelétricas, que causam danos ao meio ambiente.

É um avanço, no entanto, em relação à reunião preparatória de Bali (entre maio e junho), quando os países produtores de petróleo rejeitaram por princípio a noção de metas do uso de fontes renováveis, que concorrem com o petróleo. Além da Venezuela e do México, que apóiam a proposta brasileira, adotada como iniciativa regional da América Latina e do Caribe, outro grande produtor de petróleo aderiu: a Noruega.

O foco da resistência continuava sendo a Arábia Saudita, cujos negociadores anunciaram que estavam em consultas com o governo em Riad. O diretor-geral de Energia e Meio Ambiente do México, José Garibaldi, foi até os sauditas para tentar convencê-los, mas desistiu. Há uma suspeita entre alguns observadores de que a implacável resistência saudita tenha, por trás dos bastidores, o respaldo dos Estados Unidos, que se têm mantido discretos nas discussões. Além de os Estados Unidos abrigarem

grande fatia de petróleo em sua matriz energética, o governo de George W. Bush mantém vínculos umbilicais com a indústria petrolífera.

"Apoiamos o Brasil para que a iniciativa siga adiante", disse Garibaldi ao Estado. "Esse é um grande trabalho que o Brasil está fazendo, junto com o México e com toda a América Latina." A expectativa do Brasil e seus aliados, a partir da aprovação das metas regionais no G-77, é avançar nas negociações para tornar a iniciativa latino-americana e a da União Européia uma só. Os europeus propõem meta de 15% até 2010, mas com os países industrializados, cuja fatia de fontes renováveis de energia é de 5,6%, aumentando-a em apenas 2%.

Os negociadores brasileiros tentam convencer a UE a aumentar de 2% para 4%, de modo que, somando à sua média de 5,6%, se alcance a meta de 10% proposta pelo Brasil. "Não será uma meta global, mas será transatlântica", disse uma fonte. "A partir daí, num processo de construção de blocos, com acordos mútuos, podemos caminhar para a meta global."

Fonte: O Estado de São Paulo  
Lourival Sant'Anna

## **RIO+10: FHC ARTICULA NOVO FÓRUM**

*Informativo*  
*Johannesburgo - África do Sul*  
*Agosto de 2002*

Os ministros do Meio Ambiente do Brasil, José Carlos Carvalho, e do México, Victor Lessinger, preparam desde ontem o anúncio que os presidentes Fernando Henrique Cardoso e Vicente Fox irão fazer

em seu encontro de terça-feira, dia 3 de setembro. "Queremos anunciar a criação de um fórum permanente dos cerca de 15 países com megabiodiversidade e de um novo fundo para conservação da diversidade biológica que seja menos burocrático do que o Global Environment Facility (GEF)", disse o ministro.

"O novo fundo deve incluir demandas tão importantes quanto os aportes financeiros, como a transferência de tecnologia e a repartição de benefícios oriundos do uso dos recursos genéticos", adiantou Carvalho ao Jornal do Brasil.

O ministro envolveu nos debates os ministros do meio ambiente do Equador, Venezuela, Cuba e República Dominicana, bem como o vice-primeiro-ministro britânico, John Prescott, e o ministro do Meio Ambiente da Índia. Carvalho inicia hoje a fase de negociações ministeriais na Cúpula da Terra para construir um plano de metas na Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, ao contrário do que desejam os Estados Unidos.

O chefe do Departamento de Meio Ambiente do Itamaraty, Éwerton Vargas, disse que a proposta da União Européia, de reduzir a perda de biodiversidade até 2010, será discutida quando se definirem os meios para proteger e repartir os ganhos oriundos da comercialização dos conhecimentos tradicionais de indígenas, caboclos e remanescentes de quilombos.

Esta exigência é um dos eixos da Convenção da Biodiversidade que os países ricos relutam em colocar em prática. "Meio ambiente é negócios", lembrou Vargas. "O Trips, o acordo de proteção à propriedade intelectual citado nos documentos-base dessa cúpula, é insuficiente para essa tarefa porque foi concebido para respeitar o conhecimento individual. O conhecimento tradicional é difuso. Está no limite do Direito", afirmou Vargas.

O Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento divulga hoje uma crítica à forma como o governo brasileiro vem conduzindo as negociações nos primeiros

dias da cúpula. Rubens Born, um dos coordenadores do Fórum, adiantou que o texto vai afirmar que "os diplomatas não conseguem manter nem as conquistas alcançadas na Rio-92".

Fonte: Jornal do Brasil

## **RIO+ 10: FUTURO DO PLANETA EM PAUTA**

*Informativo*

*Johannesburgo - África do Sul*

*Agosto de 2002*

**Delegações de 185 países chegam a Johannesburgo para o encontro que discutirá formas de desenvolvimento sustentável. Os temas que serão tratados vão do uso de água potável à desigualdade social, classificada como o novo apartheid mundial**

A partir de hoje, mais de 100 mil pessoas de 185 países — entre funcionários de governos e ambientalistas de organizações não-governamentais — estarão reunidas em Johannesburgo, na África do Sul, para discutir como a humanidade pode continuar se desenvolvendo sem destruir seu bem mais precioso, o planeta Terra. Na pauta da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável — também conhecida como a Cúpula da Terra ou Rio+10 — temas como o uso da água potável, agricultura, biodiversidade, energia e saúde, concorrerão com assuntos espinhosos, como o aumento da população mundial, que em 2025 poderá chegar a 8 bilhões de habitantes, as mudanças climáticas — resultado da emissão de gases poluentes — , pobreza e desigualdade social.

Inundações catastróficas na Europa Central e uma gigantesca nuvem de fumaça na Ásia sublinham a necessidade de maiores esforços para deter a mudança de clima induzida pelo homem e a degradação ambiental. Segundo o chefe do Programa Ambiental das Nações Unidas (Unep) Klaus Toepfer, as recentes catástrofes atmosféricas são obviamente causadas em grande parte pelo homem. "Isso não pode mais ser contestado. Precisamos adotar grandes medidas e esta é principalmente uma obrigação dos países industrializados".

A maioria dos cientistas do mundo não discute mais o fato de que a queima de combustíveis fósseis está causando um aumento constante dos gases do efeito estufa, particularmente dióxido de carbono, que são responsáveis pelo aquecimento da atmosfera terrestre.

Porém, o que deve esquentar os ânimos na reunião deverá ser as discussões sobre pobreza e desigualdade social. A ministra das Relações Exteriores da África do Sul, Nkosazana Dlamini-Zuma, reconheceu que "os recursos são limitados" para as ambiciosas metas de erradicação da pobreza e promoção do desenvolvimento sustentável. Essa proposta é parte do esboço do Plano de Implementação da Agenda 21, que está em discussão em Johannesburgo. "Mas precisamos ter algum dinheiro e algumas metas", acrescentou Dlamini-Zuma, listando áreas como saneamento básico, saúde, educação e nutrição.

Durante a festa de abertura, ontem à noite, o presidente sul-africano, Thabo Mbeki, afirmou que esta conferência dá uma oportunidade para "os povos do mundo conseguirem algo contra o apartheid global". Mbeki ressaltou a grande separação entre norte e sul, entre "uma rica minoria que goza de um grau de bem-estar nunca antes alcançado" e um Terceiro Mundo "em crise, desumano, minado pela pobreza e os conflitos".

Para o secretário-geral da Cúpula, o indiano Nitin Desai, a expectativa é a de que, no dia 5 de setembro (um dia depois do encerramento), já se poderá dizer quantas pessoas e que países se beneficiarão dos compromissos firmados no encontro. Desai afirma que a diferença fundamental entre



essa cúpula e a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada há dez anos, é a de que a do Rio “procurou mudar a maneira como as pessoas falavam do meio ambiente”.

Desai ressalta que em Johannesburgo a proposta será mudar a maneira como as pessoas agem. Ele afirma que a cúpula do Eco 92 foi o começo do engajamento em grande escala da sociedade civil, sobretudo para exigir que os governos adotassem ações em favor do meio ambiente. Agora, a ênfase é nas parcerias, envolvendo a sociedade civil diretamente na implementação.

A ministra Nkosazana Dlamini-Zuma afirmou que os negociadores terão que resolver em Johannesburgo até mesmo diferenças que não apareceram na reunião preparatória de Bali, em maio e junho. “O plano de implementação terá que ser agora endossado formalmente”, explicou. “Todos sabem que essa é a última etapa. Não haverá outra chance.”

De acordo com o embaixador do Brasil na ONU, Gelson Fonseca, que chefia a equipe de negociadores brasileiros, as discussões sobre os 25% do Plano de Implementação para os quais não foi alcançado o consenso em Bali devem se arrastar até quarta ou quinta-feira. “numa estimativa otimista”. O plano deverá ser assinado pelos chefes de Estado e de governo, além de uma declaração política, até o dia 4, quando se encerra a cúpula.

Fonte: Correio Braziliense

## **RIO+10: ILHA DO PACÍFICO VAI PROCESSAR EUA PELO AQUECIMENTO GLOBAL**

*Informativo*

*Johannesburgo - África do Sul  
Agosto de 2002*

O governo da minúscula ilha de Tuvalu, um país do oceano Pacífico, anunciou hoje que planeja ir aos tribunais nos próximos meses contra a decisão dos Estados Unidos e da Austrália de rejeitarem o Protocolo de Kyoto, que prevê medidas para evitar o aquecimento global.

O ponto culminante de Tuvalu fica apenas 4 metros acima do nível do mar, e que provocaria o desaparecimento do país caso parte das calotas polares descongelassem. O governo de Tuvalu e a maioria dos cientistas atribuem o aquecimento global à emissão de poluentes como o dióxido de carbono, o que ocorre quando combustíveis fósseis são queimados.

Ontem, a cidade de Boulder, no Colorado (EUA), e dois grupos de proteção ambiental lançaram uma ação judicial contra o financiamento governamental a projetos de exploração de combustíveis fósseis no exterior.

A ação argumenta que a queima desses combustíveis vai aumentar o aquecimento global, e que as mudanças climáticas trarão prejuízos aos agricultores da região.

As ações judiciais de Tuvalu e de Boulder não devem tirar o sono das autoridades norte-americanas, mas certamente aumentam a pressão política contra Bush, que não participará da Rio +10, em Johannesburgo (África do Sul).

As ameaças jurídicas contra os EUA são, por enquanto, limitadas. Mas os ambientalistas afirmam que elas vão crescer quando o aquecimento começar a provocar vítimas nas regiões litorâneas e agrícolas. "Até que os Estados Unidos comecem a tomar ações significativas, estarão vulneráveis a esse tipo de ação", afirmou Jennifer Morgan, da organização não-governamental WWF.

O governo de George W. Bush se retirou do Protocolo de Kyoto no ano passado, argumentando que suas metas de redução de poluentes iriam prejudicar os interesses econômicos norte-americanos. Em vez disso, o país anunciou um programa voluntário contra a poluição, mas as emissões de dióxido de carbono continuam aumentando.

Segundo um estudo divulgado hoje pela entidade independente Fundo Nacional do Meio Ambiente, os Estados Unidos, com 288 milhões de habitantes, emitem a mesma quantidade de poluentes do que 151 países subdesenvolvidos, onde vivem 2,6 bilhões de pessoas.

O Estado norte-americano que mais polui é o Texas - terra natal de Bush -, cujos 22 milhões de moradores queimam por ano a mesma quantidade de combustível que, nos países pobres, seria queimado por 1 bilhão de pessoas.

Fonte: Reuters

## **RIO+10: IMOBILISMO DAS NEGOCIAÇÕES FOI ROMPIDO, DIZ MINISTRO DO MEIO AMBIENTE**

*Informativo  
Johannesburgo – África do Sul  
Agosto de 2002*

O imobilismo das negociações foi rompido. A definição é do ministro do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho. A União Européia passou a aceitar a aplicação prática do princípio da responsabilidade comum mas diferenciada, que significa que a reparação do dano ambiental deve ser proporcional ao que cada país causa. E o G-77, o bloco de países em desenvolvimento ao qual pertence o Brasil, concordou em princípio com o estabelecimento de metas para energia, água e saneamento.

Os países árabes exportadores de petróleo, membros do G-77, que têm severas objeções à proposta brasileira de atingir o patamar de 10% de fontes renováveis de energia até 2010, aceitaram em princípio estabelecer metas, desde que cada região tenha liberdade para fixar a sua.

A América Latina e o Caribe endossam a iniciativa brasileira. Os países africanos aprovaram uma iniciativa regional com as mesmas metas. A China e a Índia têm em suas matrizes energéticas fatia maior que 10% de fontes renováveis de energia.

A União Européia também tem uma proposta, com uma meta de 15% de fontes renováveis até 2010 em todo o mundo, mas com o aumento de apenas 2% para os países industrializados. Pelas contas do secretário do Meio Ambiente de São Paulo, José Goldemberg, autor da proposta brasileira, essa porcentagem teria que ser mais ou menos o dobro para que os industrializados, hoje com 5,6% de renováveis, fizessem sua parte. Ficam faltando grandes poluidores, como os Estados Unidos.

## **Resistência**

Na plenária ministerial, os Estados Unidos não ajudaram nem atrapalharam. "Eles foram muito econômicos na discussão", descreveu Carvalho. Os EUA têm imposto forte resistência ao estabelecimento de metas globais no documento a ser aprovado na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável e têm acenado com as chamadas propostas de tipo 2, de caráter voluntário. Americanos e europeus

ofereceram ontem um pacote de investimentos no setor de água nos países em desenvolvimento, em troca da desistência das metas globais para energia.

O ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, disse que "cada região tem suas realidades" e é natural que cada uma aspire a estabelecer suas próprias metas, de acordo com suas condições específicas. "Se, de um lado, a regionalização pode servir para evitar compromissos, de outro, é um dado a ser levado em conta", ponderou o chanceler, depois de se reunir com o vice-primeiro-ministro britânico, John Prescott.

A escala da produção e consumo dos países ricos é apontada pelas organizações ambientalistas como um dos grandes fatores de degradação do meio ambiente. O mesmo se aplica à forte participação do petróleo nas matrizes energéticas desses países, sobretudo dos Estados Unidos.

### **"Metas globais"**

À pergunta sobre se, liberando-se as regiões para estabelecer suas metas, não se diluiria completamente o seu efeito prático, Lafer respondeu que não estava liberando ninguém de nada e garantiu que "o Brasil vai batalhar por metas globais". Mas lembrou que o Brasil é "um país entre outros" e depende da concordância de todos. Cada parágrafo do Plano de Implementação deve ser objeto do consenso dos 190 países representados em Johannesburgo.

"É muito mais fácil para nós colocarmos o tema da energia renovável", disse o chanceler. O Brasil tem em sua matriz cerca de 40% de fontes renováveis - hidrelétricas, álcool, etc. "Já a Arábia Saudita não tem uma queda d'água."

O chanceler argumentou que, assim como os países ricos têm dificuldades de aceitar o princípio da responsabilidade comum mas diferenciada, consagrado na Rio-92, o "esforço dos europeus em introduzir

o princípio da precaução inspira grandes preocupações, porque pode dar margens a medidas protecionistas".

Lafer lembrou que o Canadá apelou para esse princípio no ano passado ao suspender as importações da carne brasileira, alegando que não havia provas de que ela estava livre do mal da vaca louca, arrastando consigo os outros países membros do Acordo de Livre Comércio da América do Norte: os Estados Unidos e o México.

Fonte: O Estado de São Paulo  
Lourival Sant'Anna

## **RIO+10: IMPASSE NA CONFERÊNCIA**

*Informativo*

*Johannesburgo - África do Sul*

*Agosto de 2002*

O Brasil tem um trunfo para negociar, na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, que começa hoje em Johannesburgo, a aprovação de sua proposta para o aumento da matriz energética renovável do planeta para 10%. O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) acaba de obter dados sobre as emissões de CO<sub>2</sub> do país e os resultados são melhores do que se imaginava: o setor energético brasileiro responde por apenas 1% das emissões globais de CO<sub>2</sub>.

Para se ter uma idéia, os Estados Unidos, os maiores poluidores do mundo, são responsáveis por 25% das emissões de gases que contribuem para o efeito estufa. O Brasil apresenta bons resultados justamente porque, segundo o Ministério do Meio Ambiente, 38% dos recursos energéticos nacionais são oriundos de fontes renováveis — graças, em grande parte, ao uso de álcool, carvão vegetal e energia hidroelétrica.

A aprovação da meta de energia renovável proposta pelo Brasil pode ser uma saída digna para uma cúpula dedicada à conciliação do combate à pobreza com a preservação do meio ambiente e da qual se esperam poucos resultados concretos. As discussões preliminares realizadas ao longo do fim de semana falharam na tentativa de solucionar os impasses entre países ricos e pobres.

Apenas dez das 411 questões em aberto foram resolvidas nas conversas informais. Estados Unidos, Japão, Austrália e Canadá se opõem aos prazos propostos para o combate à pobreza e para a preservação ambiental. Os maiores impasses dizem respeito à transferência de recursos para os países pobres, aos impactos da globalização e do atual modelo econômico sobre as nações periféricas e ao fornecimento de água, energia e saneamento básico. Os ambientalistas, por sua vez, ficaram irritados com o fato de as negociações preliminares terem girado em torno de temas econômicos.

Isso deveria ser uma conferência sobre meio ambiente, não sobre comércio — reclamou o diretor político do Greenpeace, Remi Parmentier.

A meta proposta pelo Brasil é endossada pelos 33 países que integram a Iniciativa Latino-Americana e Caribenha e já foi incluída na pauta de discussões da cúpula. Mas está longe de ser um consenso porque sua aprovação implicaria mudanças profundas na economia dos países ricos.

Como até agora não se conseguiu chegar a nada de concreto, talvez tenhamos uma boa chance de aprovar nossa meta energética — afirmou o representante da Presidência da República para a Rio+10, Fábio Feldmann. — E os Estados Unidos devem tomar cuidado para não se transformarem nos vilões da

conferência, uma vez que já rejeitaram o Protocolo de Kyoto (que trata da redução global das emissões de gases poluentes).

O maior problema do Brasil é o desmatamento, segundo o relatório do MCT, apesar das tentativas do governo de controlar o problema. O CO2 proveniente das queimadas corresponde a 2% das emissões globais de CO2 — ainda assim um percentual muito abaixo do registrado pelos países ricos.

### **Fogos e danças na festa de abertura**

O governo da África do Sul promoveu ontem uma grande festa para celebrar o início da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável. Um espetáculo de fogos de artifício e danças africanas marcaram o ápice da cerimônia de boas-vindas aos mais de 60 mil representantes de governos, ONGs e outros setores da sociedade que são esperados em Johannesburgo para a reunião da ONU e seus eventos paralelos.

A abertura oficial da Rio+10 ocorrerá hoje (26), com o início das reuniões ministeriais no Centro de Convenções de Sandton. A polícia fez um apelo aos manifestantes para que evitem confrontos com agências internacionais.

Fonte: O Globo  
Roberta Jansen

## **RIO+10: IMPASSE SOBRE HIDRELÉTRICAS DIFICULTA ACORDO DE ENERGIA**



*Informativo*  
*Johannesburgo - África do Sul*  
*Agosto de 2002*

Os acordos sobre a questão energética na Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável estão mais difíceis do que as delegações imaginavam plano de fazer com que até 2015 entre 10% e 15% da matriz energética mundial sejam formados por fontes renováveis pode não sair do papel da forma com que a ONU e ambientalistas sonhavam.

Isso comprometeria o futuro do Protocolo de Kyoto, já que é da queima de combustíveis fósseis, como o petróleo, que sai a maior parte das emissões de gás carbônico, responsável pelo aquecimento global.

A briga durante as negociações tem vários aspectos. O principal é relativo à posição americana. Além de não ratificar Kyoto, os Estados Unidos ainda não apresentaram na Rio+10 nenhuma proposta sobre fontes de energia renováveis.

### **Hidrelétricas de fora**

Outro aspecto é que os ambientalistas e governos como o do Brasil não querem que grandes hidrelétricas contem como fontes de energia renovável porque a construção das usinas danifica bastante o meio ambiente, ameaçando a vida de diversas espécies.

Mas, de acordo com informações de bastidores, além da União Européia, a Índia, a China e a Rússia declararam nesta quarta-feira que só cumprirão as metas de energia renovável caso as grandes hidrelétricas sejam incluídas no pacote.

Isso teria adiado as discussões por mais um dia.

O problema é considerado um impasse pelos negociadores brasileiros. "Acho muito difícil haver uma saída que não seja a inclusão das grandes hidrelétricas no pacote de fontes de energia renováveis", disse o ministro do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho.

O Brasil ainda enfrenta outros antagonismos relacionados à energia, principalmente com os países árabes, que formam junto com Brasil, Índia, China, entre outros, o G 77.

Os países árabes, grandes produtores de petróleo, não aceitam o plano de fontes de energias renováveis. O Brasil tenta argumentar com esses países.

"Tive uma conversa hoje com um diplomata da Arábia Saudita e disse que eles estão pensando a curto prazo, só no que vão deixar de lucrar sem a venda do petróleo. Falei que eles tinham que pensar a longo prazo, que no futuro o petróleo será um bem ainda mais valioso e que outras formas de energia, que não usem petróleo, podem ajudar na preservação dos recursos petrolíferos", disse o diplomata Everton Vargas, o principal negociador da delegação brasileira.

Vargas conta que a Venezuela, outro grande produtor de petróleo, apoia o projeto brasileiro de fontes de energia renováveis porque possui um potencial hidrelétrico enorme.

### **UE e Brasil negociam unificação das propostas de fontes de energia**

Negociadores da União Européia e do Brasil trabalham para unificar as suas duas propostas de meta para o uso de fontes renováveis de energia. No centro da discussão, está a inclusão ou não das

grandes hidrelétricas no cálculo. A proposta do Brasil as exclui. Mas, para aumentar as chances de obter consenso, o Brasil concorda em incluí-las, sob condições. "A União Européia queria incluir as grandes hidrelétricas sem maiores considerações", disse ao Estado o secretário do Meio Ambiente de São Paulo, José Goldemberg, autor da proposta brasileira. "Eu disse que poderíamos incluí-las, desde que sujeitas às normas da Comissão Internacional de Barragens, que condenam as usinas predatórias ao meio ambiente."

Os negociadores europeus rejeitaram a ressalva, que é apoiada pelos grupos ambientalistas. Goldemberg acredita, no entanto, que é possível chegar a uma solução de compromisso, sem mencionar as normas da Comissão, mas incluindo apenas as hidrelétricas que não provocam danos ao meio ambiente.

A inclusão das hidrelétricas servirá também para aumentar as chances de apoio dos países continentais - China, Índia, Canadá e Rússia. Os Estados Unidos rejeitam metas, por princípio, mas há uma esperança - tênue - de que um eventual isolamento os conduzisse a algum compromisso. De acordo com o ministro do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, a inclusão parece ser a última forma de evitar o sepultamento da proposta em Johannesburg.

Outra diferença é que a proposta da UE estipula que os países industrializados, membros da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), devem aumentar suas fatias de fontes renováveis nas respectivas matrizes energéticas em apenas 2%, quando a meta global, até 2010, seria de 15%. A proposta do Brasil prevê que todos devem atingir igualmente o patamar de 10%. A média mundial, incluindo as hidrelétricas, é hoje de 4,4% - excluindo-as, é de 2,2%. "Essa é uma conta complicada, mas 2% é tímido", avalia Goldemberg. "Se eles tivessem dito 4%, no fim das contas a proposta ficaria parecida com a nossa." O tema é tão espinhoso que os avanços poderão ter que esperar a chegada dos chefes de Estado e de governo, no domingo.

## **O Problema da água nas megacidades**

A escassez de água potável, a falta de saneamento básico e os prejuízos que esses problemas trazem à saúde humana abriram, nesta quarta-feira, as discussões da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável. Isso explica, segundo o enviado especial das Nações Unidas para a conferência, Jan Pronk, por que mais de 2 bilhões de pessoas no mundo vivem sem água potável e sem saneamento básico. E por que mais de 6 mil pessoas morrem por dia - a maioria crianças - por conta de doenças relacionadas à água. "Nosso objetivo é fazer com que as autoridades prestem mais atenção à questão da água, que é a base para a saúde humana", comentou Pronk.

A ONU estabeleceu o ano de 2003 como o Ano Internacional da Água, quando as Nações Unidas irão cobrar das comunidades e governos internacionais a implementação dos acordos que vierem a ser feitos na Rio+10.

De acordo com dados levantados pela ONU, as megacidades, principalmente as dos países em desenvolvimento, gastam de cinco a 20 vezes mais com água do que as demais cidades. Margaret Catley Carlson, da Global Water Partnership, apresentou algumas propostas para o problema.

## **Proposta brasileira para proteção do meio ambiente é bem recebida**

A proposta brasileira de estabelecer uma meta global de 10% de uso de fontes renováveis de energia até 2010 deu um passo dentro do bloco ao qual o Brasil pertence, o G-77. O Irã, que coordena as negociações sobre o tema no G-77, propôs que o grupo defenda perante os outros blocos e países que

participam da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável o estabelecimento de metas regionais para o uso de energia renovável.

As duas regiões que propõem metas são América Latina e Caribe, que endossa a iniciativa brasileira, e a União Européia, que tem outra proposta, de meta de 15% até 2010, mas com aumento de apenas 2% dos países industrializados, que hoje estão na casa dos 5%.

No seu detalhe, a proposta do Irã, país membro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), não contempla a iniciativa brasileira, que prevê um esforço global no mesmo nível. Haveria um ganho, no entanto: o estabelecimento de meta, como um princípio, passaria a ser uma proposta de todo o bloco de 133 países. O Brasil (com a América Latina e o Caribe) avançaria então a partir dessa proposta do bloco defendendo uma meta global e não apenas parcial.

De acordo com o secretário do Meio Ambiente de São Paulo, José Goldemberg, autor da iniciativa brasileira, a Argélia, país membro da Opep, e o Egito apoiaram a proposta iraniana, enquanto a Arábia Saudita, o Kuwait e o Catar se manifestaram contra. "A oposição está se concentrando no núcleo duro da Opep", festejou Goldemberg. Fora do G-77, a resistência mais significativa é a dos Estados Unidos, que se coloca em princípio contra o estabelecimento de quaisquer metas nessa cúpula.

Goldemberg abandonou o almoço quando soube que o Irã ia apresentar a proposta no G-77 e foi para a reunião do bloco. As negociações continuam. Durante entrevista coletiva sobre a iniciativa, a Noruega e as Filipinas manifestaram seu apoio. O México, exportador de petróleo, e a Argentina também estavam representados, e garantiram que a América Latina e o Caribe estão coesos em torno da iniciativa brasileira, incluindo a Venezuela, que é membro da Opep.

Na sua apresentação, o ministro do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, afirmou que a iniciativa brasileira é perfeitamente alcançável e contribuiria para o cumprimento do Protocolo de Kyoto, que prevê a redução das emissões de gases poluentes. As fontes renováveis de energia ou não poluem a atmosfera,

como a hidrelétrica, solar, eólica e das ondas ou têm emissão líquida negativa de poluentes, como é o caso do álcool, da madeira gaseificada e de outras fontes vegetais, cuja queima é compensada pelo replantio.

### **Inclusão de grandes hidrelétricas**

Goldemberg confirmou que as negociações caminham para a inclusão das grandes hidrelétricas no cálculo da meta, como querem a União Européia, o Japão e países continentais, como o Canadá, a China e a Índia (os dois últimos, membros do G-77). A proposta brasileira originalmente exclui as grandes hidrelétricas, que, embora sejam fontes renováveis, causam impacto sobre o meio ambiente.

As organizações ambientalistas gostariam que essa exclusão fosse mantida. Mas o governo brasileiro e seus aliados latino-americanos constataram que a proposta não tem futuro se mantida essa exclusão. Goldemberg negocia a inclusão, numa eventual proposta comum da América Latina e da União Européia, de algum tipo de condição que exclua as hidrelétricas que causam mais danos ambientais.

Fonte: Folha de São Paulo/O Estado de São Paulo  
Mariana Timóteo da Costa/Lourival Sant'ana

## **RIO+ 10: LAGOSTA E CAVIAR NO ENCONTRO SOBRE FOME**

*Informativo*  
*Johannesburgo - África do Sul*  
*Agosto de 2002*

A segunda Cúpula da Terra, que acontece até 4 de setembro em Johannesburgo, na África do Sul, discutiu ontem políticas agrícolas e de produção de alimentos para minimizar a fome no mundo. A poucos quilômetros da sede do evento, multidões de sul-africanos procuram comida nas montanhas de lixo e fazem fila para beber água direto das torneiras. Mas os problemas ficam de fora do ultra-seguro e luxuoso hotel cinco estrelas Michelangelo, onde os chefes de governo e os principais delegados estão confortavelmente hospedados. Após discutirem temas como a fome, eles degustarão um requintado menu que incluiu ostras, lagostas, caviar, patê de foie gras, filé, peito de frango, vinhos de qualidade e brandy.

A conta do banquete — e de outras mordomias da organização — é paga pelos contribuintes dos mais de 180 países participantes, segundo o jornal britânico The Sun. “É deplorável, especialmente porque políticos estão preocupados em não fazer nada sobre os problemas de degradação do ambiente e pobreza”, disse o porta-voz da organização Amigos da Terra, Mike Childs, ao jornal.

O chefe de cozinha do hotel Michelangelo, Desmond Morgan, explica: “Se eles precisarem de caviar, foie gras ou sanduíches de bacon, teremos de tudo. Pela minha experiência, chefes de Estado não decidem o que vão comer ou beber até o último minuto”. Por precaução, foram encomendados 453 quilos de lagosta, 5 mil ostras, quase duas toneladas de filé e peito de frango e 204 quilos de salmão. Uma nova cozinha foi construída especialmente para os líderes mundiais. Alguns deles, como o sultão de Brunei — um dos homens mais ricos do mundo —, têm seus próprios cozinheiros e degustadores.

## **Desenvolvimento agrícola**

Os principais debates da cúpula de R\$ 166 milhões acontecem na região de Sandton, em Johannesburgo, uma área cercada e repleta de shopping centers e restaurantes de luxo. Perto dali está o bairro pobre de Alexandria, onde a renda média semanal dos moradores é menor que o preço de uma garrafa de vinho no Michelangelo. Agências de ajuda humanitária prevêm que 13 milhões de africanos famintos devem morrer nos próximos anos.

Jan Pronk, enviado especial das Nações Unidas para a cúpula, disse que o desenvolvimento agrícola é a melhor forma de contribuir para o progresso dos países pobres. No entanto, representantes das nações em desenvolvimento reclamaram dos subsídios oferecidos pelos governos do hemisfério norte a seus produtores.

Segundo um estudo do Banco Mundial, a interrupção dos subsídios significaria uma renda suplementar de US\$ 250 milhões para os agricultores africanos. Enquanto cada produtor norte-americano recebe em média US\$ 35 mil anuais de ajuda governamental, um terço de suas rendas, um agricultor de Burkina Faso, um dos países mais pobres do mundo, vive com menos de um dólar por dia.

“Se realmente quisermos concretizar a vontade de erradicar a pobreza, é preciso dar acesso aos produtos agrícolas de nossos países”, afirmou a ministra venezuelana do Meio Ambiente, Ana Elisa Osório. A Organização das Nações Unidas para Alimentos e Agricultura (FAO) recomendou que os países que lutam contra o problema da fome pensem duas vezes antes de recusar produtos geneticamente modificados, como aconteceu recentemente em Zâmbia.

No primeiro acordo concluído durante a conferência que começou na segunda-feira, os delegados estabeleceram metas ontem para reduzir a pesca a níveis compatíveis com a proteção do meio ambiente até 2015.



## **RIO+10: LIVRO REÚNE INICIATIVAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

*Informativo*

*Johannesburgo - África do Sul*

*Agosto de 2002*

A falta de acordo entre governos na Cúpula de Johannesburgo está longe de refletir as soluções de sustentabilidade lideradas pela sociedade civil. Um painel dessas iniciativas está reunido no livro "Sustainable Solutions – Building Assets for Empowerment and Sustainable Development", lançado na Rio+10. São 14 experiências que ilustram tentativas de construção de um movimento global por maior igualdade, desenvolvimento sustentável e justiça social. Todas elas têm o apoio institucional da Fundação Ford. São duas experiências no Brasil: o Governo da Floresta, iniciado em 1999 pelo atual governador do Acre Jorge Viana, do PT, e o projeto de sustentabilidade na área indígena Kayapó-Xikrin, no Pará.

O projeto Xikrin é um exemplo de parceria entre um grupo indígena da Amazônia, por intermédio de sua Associação Bep-Nói, e o Instituto Socioambiental (ISA), uma das principais ONGs brasileiras. A cooperação surgiu em meados dos anos 1980, a partir do processo que expulsou os madeireiros da área Xikrin. Há duas décadas o território, rico em mogno, vinha sendo alvo de invasão dos cortadores de madeira.

Quando as madeireiras foram forçadas a deixar a região, surgiram as primeiras iniciativas de sustentabilidade. O ISA apoiou, então, a realização de um levantamento, que apontou o mogno das florestas como o grande recurso da área Xikrin.

O plano de desenvolvimento sustentável elaborado a partir das conclusões do estudo passaria a receber apoio da Fundação Ford. Alguns de seus pontos principais são o respeito a ciclos de corte de 25 anos, a demarcação de áreas de floresta intocáveis dentro do território Xicrin, o controle de espécies e da biodiversidade e o manejo sustentável dos recursos.

A publicação lançada em Johannesburgo traz, ainda, estudos de caso de desenvolvimento sustentável em diversos países de três continentes: El Salvador, México, Estados Unidos, Canadá, Índia, Filipinas, Egito, Zimbábue e África do Sul.

O projeto mexicano Parangaricutiro, localizado na aldeia de San Juan Nuevo, estado de Michoacán, envolveu toda a comunidade na proteção dos recursos naturais e sua exploração racional. Seu início remonta a 1944, quando a erupção do vulcão Paricutín destruiu a pequena vila. Na época, os habitantes se juntaram para aproveitar as florestas, principal recurso natural da região. Em 1983, criaram uma empresa, contando inicialmente com recursos da comunidade e reinvestindo lucros.

“O projeto de abrir uma empresa da comunidade surgiu para reduzir a migração dos habitantes de San Juan Nuevo, que partiam para os Estados Unidos em busca de trabalho”, conta Ambrocio Rodriguez, gerente geral da iniciativa. Segundo ele, Parangaricutiro hoje produz e exporta madeira, resina vegetal, frutas e móveis.

Mais de 900 dos 1.229 habitantes adultos da aldeia trabalham diretamente na empresa. As decisões locais são feitas em assembléia geral, a mais alta instância de governo da comunidade, que nos últimos anos viu reduzir drasticamente a emigração de seus habitantes para as grandes cidades e para o exterior.

O lançamento do livro em Johannesburgo reforça a parceria da Fundação Ford com grupos da sociedade civil de vários países, dentro de seus objetivos de apoiar a consolidação de valores

democráticos, redução da pobreza e da injustiça, promoção da cooperação internacional e desenvolvimento humano.

Fonte: Agência Carta Maior

## **RIO+10: MAGISTRADOS PELA TERRA**

*Informativo*

*Johannesburgo - África do Sul*

*Agosto de 2002*

Os esforços para melhorar a proteção ambiental em todo o mundo ganharam o reforço de um grupo de mais de cem importantes magistrados de tribunais superiores de 17 países reunidos num simpósio internacional. Eles concordaram em tornar mais severa a aplicação de leis ambientais onde quer que elas estejam em vigor. Os juizes crêem que exista legislação eficiente na maioria dos países, mas que é difícil pô-la em prática.

Entre os participantes que aprovaram os Princípios de Johannesburgo sobre o Papel da Lei e do Desenvolvimento Sustentável havia juizes dos Estados Unidos, do Brasil e da Rússia. "Enfatizamos que o frágil estado do meio ambiente global requer que o Judiciário, como guardião do império da lei, implemente de forma ousada e destemida as leis nacionais e internacionais que (...) permitirão aliviar a pobreza e sustentar uma civilização duradoura", disse um comunicado. A iniciativa do encontro de juizes partiu do Programa Ambiental da ONU.

Fonte: O Globo

## **RIO+10: MANDELA APARECE PELA PRIMEIRA VEZ NA CÚPULA DA TERRA**

*Informativo*

*Johannesburgo - África do Sul*

*Agosto de 2002*

O ex-presidente sul-africano, Nelson Mandela, apareceu hoje pela primeira vez na Cúpula de Desenvolvimento Sustentável (Rio +10) que se realiza em Johannesburgo (África do Sul) para inaugurar uma exposição sobre a água.

O ex-presidente, imagem da libertação deste país, pediu aos setores público e privado que façam do acesso à água "um direito humano básico".

"Esta exposição é fruto da cooperação entre 70 países e o setor privado. Eles estão aqui para demonstrar como trabalhamos juntos para fazer da água um direito humano básico", disse Mandela.

"Peço-lhes que façam da água um setor prioritário", assinalou o ex-presidente sul-africano, vestido com uma camisa de seda azul.

"Quando volto à minha província natal, sinto dor ao ver a pobreza de meu povo, a falta de acesso à água potável. Por isso estou totalmente implicado nesta questão", declarou.

Mandela estava com o príncipe Willem-Alexander da Holanda, presidente do segundo Fórum da água em Haia no ano 2000 e por Salim Ahmed Salim, embaixador da ONU para questões da água.

Esta exposição, uma grande bolha que repousa em uma armadura metálica, contou com a colaboração de 70 países, bancos e empresas privadas.

Metade dos habitantes do planeta sofrerá a escassez de água dentro de 30 anos, segundo a ONU, que pôs a questão hoje na mesa de discussões da Cúpula da Terra.

No total, 1,1 bilhão de pessoas no mundo não têm acesso à água potável e 2,4 bilhões não possuem as mínimas condições de salubridade. A cada ano 2,2 bilhões de crianças morrem devido às diarreias provocadas pelo mau estado da água.

Desde a primeira cúpula da Terra no Rio de Janeiro em 1992, os avanços na distribuição de água foram praticamente nulos, e por isso a água é uma das cinco prioridades fixadas pelo secretário-geral da ONU, Kofi Annan, para esta cúpula junto com energia, saúde, agricultura e biodiversidade, e provavelmente a que desperta maior consenso.

Fonte: France Presse

## **RIO+ 10: MENDIGOS E CAMELÔS SOMEM DE JOHANNESBURGO** **DURANTE A CONFERÊNCIA**

*Informativo*  
*Johannesburgo – África do Sul*  
*Agosto de 2002*

Os vendedores ambulantes e mendigos que normalmente tomam o bairro de Sandton, em Johannesburgo (África do Sul), estão sendo retirados da área durante a Rio +10. A justificativa apresentada hoje pela polícia é a proteção dos governantes que participam da reunião e dos próprios indigentes.

Os ambulantes que vendem de tudo nos cruzamentos também desapareceram desde segunda-feira (26), quando começou a reunião da ONU para discutir combate à pobreza e preservação ambiental.

Wayne Minnaar, superintendente da polícia de Johannesburgo, diz que os mendigos e ambulantes foram retirados para seu próprio bem. "Eles reclamam que perderam os clientes habituais, mas foi para sua própria segurança."

Segundo o policial, "pessoas com os motivos errados" poderiam tentar se infiltrar entre os mendigos se eles permanecessem em Sandton, o que seria perigoso para eles. Outra autoridade disse que o temor é que os mendigos fossem atropelados pelas caravanas oficiais de políticos, apesar de sirenes que as acompanham.

Muitos ativistas já vêem como uma ironia o fato de a cúpula sobre a pobreza acontecer em um ambiente tão luxuoso e deixar de fora da organização as pessoas que realmente precisam de ajuda.

"É uma triste constatação que a globalização que estão nos dizendo para respeitar e admirar só pode acontecer atrás de portas fechadas aos pobres, protegida pela polícia dos ricos", afirmou Raj Patel, analista de políticas da entidade Food First.

Até agora, o incidente mais grave de segurança da cúpula aconteceu com uma delegada suíça, que voltou ao seu país ilesa, mas muito assustada, depois que um homem invadiu seu quarto de hotel e disparou em sua direção.

Fonte: Reuters

## **RIO+10: NEGOCIAÇÕES PROGRIDEM NAS ÁREAS DE FINANÇAS E COMÉRCIO**

*Informativo*

*Johannesburgo - África do Sul*

*Agosto de 2002*

O documento mais importante da Cúpula de Joanesburgo, o Plano de Implementação, está tomando forma à medida que acordos vão sendo conseguidos em algumas das questões mais delicadas. Na parte de finanças, 99% do texto já está acordado. Na área de comércio, 80%.

A linguagem do documento se aproxima cada vez mais da usada nos acordos realizados nos encontros da Organização Mundial de Comércio em Doha, realizado em novembro e Monterrey, em março. Ao todo, cerca de 88% do texto do Plano de Implementação está fechado – dos 156 parágrafos que estavam entre colchetes antes da conferência, só restam 76. Na linguagem diplomática, coloca-se um texto entre colchetes quando não há consenso entre as partes em relação ao seu conteúdo.

O representante permanente de Antigua e Barbados nas Nações Unidas, John Ashe, que está encarregado das discussões a respeito de comércio, finanças e globalização, disse que virtualmente todas as provisões financeiras foram acordadas, com exceção do princípio das responsabilidades comuns mas diferenciadas, que está sendo discutido separadamente. Também estão sem acordo as questões

referentes aos subsídios agrícolas e alguns pontos referentes à globalização. Ontem, os representantes trabalharam até as 3 da madrugada no documento.

Os países chegaram a um consenso nas seguintes questões: ficou firmado para 2005 o limite para a eliminação das disparidades na educação de homens e mulheres e para 2015 a recuperação de cardumes de espécies ameaçadas.

Em outros pontos a discussão continua. Dentre eles, a definição de uma meta para a diminuição do número de pessoas sem saneamento básico e outra para eliminar produtos tóxicos.

O número de pessoas presente na conferência cresce a cada dia. Até agora, 17 mil pessoas foram credenciadas, incluindo 7 mil delegados, 6,5 mil ONGs e 3 mil jornalistas.

Fonte: Jornal do Brasil

## **RIO+10: ONGS CRITICAM PROPOSTA ENERGÉTICA DA UNIÃO EUROPÉIA**

*Informativo*

*Johannesburgo - África do Sul*

*Agosto de 2002*

A União Européia é uma das principais combatentes da política energética dos Estados Unidos, considerada suja e produtora de gases associados ao aquecimento global.



Mas durante a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, que começou nesta segunda-feira em Johannesburgo, na África do Sul, a UE está sendo criticada por ambientalistas justamente em relação à sua proposta energética.

O bloco deve anunciar durante a cúpula que pretende fazer com que 15% do total da energia produzida pelos seus países sejam de fontes renováveis até 2010.

No entanto, a maior parte dessa energia virá de grandes hidrelétricas que, segundo os ambientalistas, comprometem o meio ambiente tanto quanto as termoelétricas.

## **Impacto**

"Por mais que a energia resultante da água polua menos o ambiente, a construção de grandes hidrelétricas agride o ecossistema de forma assustadora destruindo árvores, deslocando pessoas, desapropriando áreas potencialmente produtivas, comprometendo a existência de espécies", explicou à BBC Brasil Marcelo Furtado, coordenador da organização não-governamental Greenpeace na Rio+10.

"Ou seja, o impacto ambiental disso é enorme", diz Furtado.

O Greenpeace e o Fundo Mundial para a Natureza (WWF) divulgaram nesta segunda-feira um documento condenando a proposta da UE de construir novas hidrelétricas de grande porte, principalmente em países como França, Suécia, Finlândia e Áustria - fazendo com que essas usinas contem como fontes alternativas de energia.

"A União Européia deve investir em energias como a solar, eólica e biomassa sustentável, deixando de lado investimentos em formas de energia prejudiciais ao meio ambiente", disse Jennifer Morgan, da WWF.

## **Modelo brasileiro**

Furtado diz que tanto o Greenpeace quanto a WWF vão recomendar à UE copiar o modelo brasileiro de propostas de energia renovável.

O governo brasileiro pretende anunciar durante a Rio+10 o objetivo de fazer com que 10% da matriz energética do país seja à base de energias sustentáveis até 2012.

De acordo com esse projeto, apenas pequenas hidrelétricas seriam permitidas no Brasil.

"O Brasil vai viver um grande embate na Rio + 10", prevê Furtado.

"Há dois grupos que não apóiam a proposta brasileira. Um deles é o dos países da Opep (Organização dos Países Produtores de Petróleo), que não querem ver energias renováveis sendo aplicadas no mundo, porque vão vender menos petróleo. O outro é formado por esses países da UE que pretendem ter as grandes hidrelétricas incluídas no campo das energias renováveis."

"Basicamente, a UE quer que as grandes hidrelétricas contem como energia renovável, para ela dizer que as metas foram cumpridas. Não podemos permitir isso", completa.

Fonte: BBC Brasil  
Mariana Timóteo da Costa

## **RIO+10: PAÍSES DISCUTEM CRIAÇÃO DE FUNDO PARA BIODIVERSIDADE**

*Informativo*

*Johannesburgo - África do Sul  
Agosto de 2002*

**O grupo dos países "megadiversos" discute a criação de um fundo para a proteção da biodiversidade. Formado em fevereiro, o grupo detém cerca de 70% da biodiversidade do planeta**

O grupo dos países "megadiversos" discute a criação de um fundo para a proteção da biodiversidade. Inicialmente, ele teria US\$ 1,5 milhão, dos quais US\$ 750 mil viriam do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF), vinculado ao Banco Mundial, e US\$ 50 mil de cada um dos 15 países membros. Formado em fevereiro, em Cancún, o grupo detém cerca de 70% da biodiversidade do planeta.

Os recursos se somam aos US\$ 80 milhões que o Banco Mundial concederá ao Brasil - para duplicar as unidades de conservação da Amazônia, de 5% para 10% do território da região - e a outros US\$ 5 milhões da Fundação das Nações Unidas, que serão destinados à fiscalização, educação ambiental e pesquisa, em convênio com as organizações não-governamentais.

O Brasil e o México estão também articulando uma declaração sobre biodiversidade, a ser firmada pelos chefes de Estado e de governo no dia 3. Nessa declaração, os países membros devem defender a repartição dos benefícios econômicos provenientes do acesso aos recursos naturais e ao conhecimento adicional (obtido com as populações nativas), hoje canalizados para as empresas dos países ricos, detentoras de patentes.

Os países ricos naturalmente resistem à idéia que o Brasil e seus aliados gostariam de ver incluída no Plano de Implementação da Agenda 21. Já os ricos, querem introduzir metas para a inversão do processo de redução da biodiversidade.

### **Condições**

O Brasil e os outros "megadiversos" que incluem países como China, Índia, Indonésia, Quênia, África do Sul e os andinos, além do México só aceitam essas metas se vierem acompanhadas da transferência de recursos e tecnologia dos países industrializados, conforme estabelecido pela Convenção da Biodiversidade, firmada em 1992, no Rio.

"O Brasil não tem dificuldades de definir metas, mas só podemos, como detentores da maior parte da biodiversidade, discutir metas na medida em que for possível negociar com os países desenvolvidos instrumentos internacionais que dêem efetividade à Convenção da Biodiversidade", disse o ministro do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho. A convenção trata dessas questões apenas em princípio. "Queremos metrificar isso, e que haja metas tanto para nós quanto para eles."

De acordo com o secretário de Biodiversidade e Florestas, José Pedro Costa, já há no Brasil um caso de curva ascendente de biodiversidade: a Mata Atlântica do Rio Grande do Sul, que está crescendo há mais de cinco anos. "Nós fizemos nossa tarefa de casa", garante ele. "Queremos ver com os países desenvolvidos se eles vão cumprir a Convenção da Biodiversidade de agora em diante."

## **RIO+10: PAÍSES SE RECUSAM A BANCAR CUSTOS AMBIENTAIS CAUSADOS PELA CÚPULA DA TERRA**

*Informativo*

*Johannesburgo - África do Sul*

*Agosto de 2002*

Os milhares de delegados que tentam, na Rio+10, colocar no papel maneiras de salvar o planeta demonstram pouco interesse em limpar a sujeira que estão provocando na África do Sul.

Até hoje, só sete das quase 200 delegações que participam da reunião da Organização das Nações Unidas (ONU) aderiram a um fundo criado para compensar a poluição que as comitivas provocaram ao viajar para a África do Sul, deslocar-se pelo país ou usar energia elétrica.

O objetivo do fundo era arrecadar US\$ 5 milhões para iniciativas ambientais no país, como equipamentos de energia solar. Até agora, só entraram US\$ 300 mil, das delegações do Reino Unido, Suécia, Canadá, Noruega, Mônaco, Suíça e Áustria e de algumas empresas, como a mineradora Rio Tinto e a empresa de energia Tokyo Electric Power.

"Nunca é fácil no começo", disse Álvaro Umana, do Programa de Desenvolvimento da ONU, que pela primeira vez coloca em prática esse esquema de compensação nas reuniões de cúpula.

A reunião produz 17 toneladas de lixo por dia, das quais 3,4 toneladas são recicladas após separação manual, já que muitos delegados usam os cestos de papel para jogar latas ou copos de plástico, por exemplo.

Há outros detalhes ambientalmente corretos na cúpula: todos os crachás são de plástico reciclado, e um quarto da energia usada no evento vem de fontes renováveis.

De acordo com o plano dos organizadores (www.climatelegacy.org), um delegado que venha dos Estados Unidos, por exemplo, deveria pagar cerca de US\$ 100 para compensar as 10 toneladas de dióxido de carbono resultantes de que sua viagem até Johannesburgo e permanência na cidade.

Nem mesmo as ONGs ambientais que participam da cúpula aderiram ao fundo. "É um esforço bem-intencionado, mas achamos que seria enviar um sinal errado se aderíssemos a medidas voluntárias", disse Steve Sawyer, do Greenpeace. O que ele defende, em vez disso, é que os governos imponham medidas para combater a poluição.

Fonte: Reuters

## **RIO+10: PLANO AMBIENTAL RADICAL DIVIDIRIA O MUNDO, DIZ MINISTRA BRITÂNICA**

*Informativo*

*Johannesburgo - África do Sul*

*Agosto de 2002*

Uma vitória radical dos ambientalistas na Rio +10, que acontece em Johannesburgo (África do Sul), iria prejudicar o combate à miséria nos países mais pobres e dividiria o mundo em dois, na opinião da ministra britânica para o Desenvolvimento Internacional, Clare Short.

Ela teme que as preocupações ambientais se tornem um pretexto para "impor regras que impeçam os países pobres de se desenvolver". "Temos de garantir o desenvolvimento aos pobres e gerir o planeta

de forma sustentável. Se uma agenda verde radical for o resultado (da cúpula), vai dividir o mundo", afirmou.

A Rio +10 foi convocada para traçar um balanço dos dez anos da conferência ambiental Eco-92, que aconteceu no Rio de Janeiro. Desta vez, a preocupação é conciliar o respeito ao ambiente com a erradicação da pobreza.

"Há dez anos, o Rio se concentrou predominantemente na conservação ambiental. Isso não basta. É claro que é preciso cuidar das florestas, mas não dá para dizer que as pessoas que moram nelas não têm direito a uma vida melhor", disse a ministra.

Short viaja na semana que vem à África do Sul, junto com o primeiro-ministro Tony Blair, para tentar conter os ambientalistas radicais dos países ricos, cujas propostas, segundo ela, podem ser vistas como hipócritas pelo Terceiro Mundo.

"Os países mais pobres vão dizer que os ricos poluíram e saquearam o mundo, que os ricos têm o seu desenvolvimento e agora estão impondo regras para garantir que nós nunca possamos nos desenvolver", explicou.

As negociações na África do Sul foram precedidas por dois anos de debates sobre formas de reduzir a pobreza no mundo.

"Precisamos realmente nos concentrar no desenvolvimento sustentável nesta conferência - e daí não precisaremos de outros grandes encontros internacionais", afirmou. "Precisamos de um período real de implantação intensiva."

Short, voz dissonante em um governo aliado aos Estados Unidos, disse que não ficou surpresa com a ausência do presidente norte-americano, George W. Bush, na cúpula.

"Eles acham difícil trabalhar de forma multilateral. Mas no final fizemos avanços em cada conferência que tivemos desde que Bush foi empossado. Não podemos governar o mundo sem o acordo e a cooperação da maior economia do planeta."

Fonte: Reuters

## **RIO+10: POUCOS AVANÇOS EM TRÊS DÉCADAS**

*Informativo*

*Johannesburgo - África do Sul*

*Agosto de 2002*

Trinta anos atrás, encontros sobre meio ambiente não passavam de eventos simples, frequentados apenas por especialistas. Mas a preocupação com o futuro da Terra fez com que essas reuniões se transformassem em grandes fóruns envolvendo líderes mundiais.

Em 1972, a ONU realizou, em Estocolmo, a primeira conferência ambiental. Os países presentes acertaram um plano de ações contra a poluição. Doze anos depois, em Montreal, 24 nações firmaram um pacto, em que a produção de substâncias nocivas à camada de ozônio deveria ser reduzida à metade até 1999. Grande parte dos países industrializados proibiu substâncias como o clorofluorcarbono (CFC).

A primeira Cúpula da Terra, também conhecida como Eco 92, reuniu 178 países no Rio de Janeiro. Os chefes de Estado e governo selaram o encontro com a assinatura da Agenda 21, uma alternativa para melhorar o padrão de vida e da proteger o ecossistema mundial.



Em 1997 nasceu o Protocolo de Kyoto, com o intuito de reduzir a emissão de gases causadores do efeito estufa, grande responsável pelo aquecimento da atmosfera terrestre. O documento prevê que 55 países industrializados diminuam em 5,2% a emissão de gases nocivos à natureza entre 2008 e 2012. Mas o acordo, ratificado por 36% das nações envolvidas, não sai do papel porque os EUA, maior poluidores do mundo, se recusam a aderir, temendo que as medidas provoquem danos à sua economia.

### **Difícil conciliação**

Apesar de começar oficialmente hoje, diplomatas de 30 países passaram o fim de semana em discussões a portas fechadas. Segundo a ministra sul-africana de Relações Exteriores, Nkosazana Dlamini-Zuma, os “objetivos estão sendo concretizados. Estamos progredindo”, assegurou sem dar maiores detalhes.

“Conseguiremos concluir um programa de ação com compromissos realistas, específicos e práticos” a favor do meio ambiente”, completou o secretário-geral da ONU para esta cúpula, Nitin Desai.

Porém, nem tudo é conciliação. O G-77, bloco que reúne mais de cem países em desenvolvimento do qual participa o Brasil, já mostra que as negociações serão difíceis. Durante uma reunião plenária, no sábado, do G-77 com os outros blocos de países representados na conferência, integrantes do grupo, que supostamente deveria falar em uníssono, entraram em conflito por causa de um parágrafo sobre leis trabalhistas.

O esboço do Plano de Implementação da Agenda 21, prevê a destinação de mais recursos para programas de geração de emprego, desde que os contratos de trabalho obedeçam aos padrões estabelecidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). A coordenação do G-77, a cargo da Venezuela, pediu a supressão do parágrafo. A delegação argentina informou então que não concordava

com essa posição. O Brasil apoiou a Argentina, enquanto a quase totalidade dos 133 países que formam o grupo parecia estar de acordo com a supressão do parágrafo.

“Houve dois erros”, disse o embaixador do Brasil na ONU, Gelson Fonseca, que chefia a equipe de oito negociadores brasileiros. “Não se pode anunciar uma posição sem prévia negociação. E essa nunca seria a posição do grupo, porque há no G-77 países que acreditam na necessidade de respeitar os padrões da OIT”. De acordo com o embaixador, o que o incidente indica é que “é muito difícil coordenar o G-77”. Mas, afirma, “muitas vezes é preciso improvisar. Às vezes se improvisa bem e às vezes, mal”.

Fonte: Correio Braziliense

## **RIO +10: PROJETO BRASILEIRO É PREMIADO EM JOHANNESBURGO**

*Informativo*  
*São Paulo - Brasil*  
*Agosto de 2002*

### **Parceria entre a Universidade Federal do Pará, a DaimlerChrysler e comunidades amazônicas ganha prêmio de desenvolvimento sustentável**

Uma iniciativa ligada ao Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia (Poema), da Universidade Federal do Pará, está entre os dez finalistas do prêmio Parcerias e Desenvolvimento Sustentável, que será entregue amanhã, em Johannesburgo, durante a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10). O prêmio, uma promoção da Câmara de Comércio Internacional (ICC) em associação com o

Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas (PNUMA), será recebido pelo professor Thomas Mitschein, coordenador geral do projeto.

Selecionado entre 120 indicações, de 37 países, o Poema é uma parceria entre a Universidade Federal do Pará, a Unicef e a multinacional DaimlerChrysler, com pequenos produtores de coco do interior do Pará. Criado com o propósito de diminuir os impactos sobre a Amazônia, fixar e dar trabalho à população local e promover a utilização de matérias-primas renováveis, o projeto consiste na utilização de fibras naturais, extraídas da casca do coco, na fabricação de encostos de cabeça, pára-sol interno, assentos e encostos de bancos, que equipam veículos Mercedes-Benz produzidos no Brasil.

Pelo projeto - que já foi contemplado com os prêmios Eco 2001, da Câmara Americana de Comércio (Amcham/SP), e Marketing Best 2001, da Fundação Getúlio Vargas -, famílias de pequenos agricultores fornecem cascas de coco para unidades locais de processamento de fibras pertencentes à comunidade. Essas cooperativas fornecem as fibras processadas à Poematec, empresa inaugurada em março de 2001, em Belém, que fabrica diversos produtos, entre os quais as peças para os automóveis da Daimler-Chrysler produzidos em Juiz de Fora (MG) e São Bernardo do Campo (SP).

Fonte: O Estado de São Paulo  
Maura Campanili

## **RIO+10: PROPOSTA BRASILEIRA PARA PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE É BEM RECEBIDA**

*Informativo*  
*Johannesburgo - África do Sul*

*Agosto de 2002*

**De acordo com o secretário José Goldemberg, autor da iniciativa brasileira, a Argélia, país membro da Opep, e o Egito apoiaram a proposta iraniana, enquanto a Arábia Saudita, o Kuwait e o Catar se manifestaram contra**

A proposta brasileira de estabelecer uma meta global de 10% de uso de fontes renováveis de energia até 2010 deu um passo dentro do bloco ao qual o Brasil pertence, o G-77. O Irã, que coordena as negociações sobre o tema no G-77, propôs que o grupo defenda perante os outros blocos e países que participam da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável o estabelecimento de metas regionais para o uso de energia renovável.

As duas regiões que propõem metas são América Latina e Caribe, que endossa a iniciativa brasileira, e a União Européia, que tem outra proposta, de meta de 15% até 2010, mas com aumento de apenas 2% dos países industrializados, que hoje estão na casa dos 5%.

No seu detalhe, a proposta do Irã, país membro da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), não contempla a iniciativa brasileira, que prevê um esforço global no mesmo nível. Haveria um ganho, no entanto: o estabelecimento de meta, como um princípio, passaria a ser uma proposta de todo o bloco de 133 países. O Brasil (com a América Latina e o Caribe) avançaria então a partir dessa proposta do bloco defendendo uma meta global e não apenas parcial.

De acordo com o secretário do Meio Ambiente de São Paulo, José Goldemberg, autor da iniciativa brasileira, a Argélia, país membro da Opep, e o Egito apoiaram a proposta iraniana, enquanto a Arábia Saudita, o Kuwait e o Catar se manifestaram contra. "A oposição está se concentrando no núcleo duro da

Opep", festejou Goldemberg. Fora do G-77, a resistência mais significativa é a dos Estados Unidos, que se coloca em princípio contra o estabelecimento de quaisquer metas nessa cúpula.

Goldemberg abandonou o almoço quando soube que o Irã ia apresentar a proposta no G-77 e foi para a reunião do bloco. As negociações continuam. Durante entrevista coletiva sobre a iniciativa, a Noruega e as Filipinas manifestaram seu apoio. O México, exportador de petróleo, e a Argentina também estavam representados, e garantiram que a América Latina e o Caribe estão coesos em torno da iniciativa brasileira, incluindo a Venezuela, que é membro da Opep.

Na sua apresentação, o ministro do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, afirmou que a iniciativa brasileira é perfeitamente alcançável e contribuiria para o cumprimento do Protocolo de Kyoto, que prevê a redução das emissões de gases poluentes. As fontes renováveis de energia ou não poluem a atmosfera, como a hidrelétrica, solar, eólica e das ondas ou têm emissão líquida negativa de poluentes, como é o caso do álcool, da madeira gaseificada e de outras fontes vegetais, cuja queima é compensada pelo replantio.

### **Inclusão de grandes hidrelétricas**

Goldemberg confirmou que as negociações caminham para a inclusão das grandes hidrelétricas no cálculo da meta, como querem a União Européia, o Japão e países continentais, como o Canadá, a China e a Índia (os dois últimos, membros do G-77). A proposta brasileira originalmente exclui as grandes hidrelétricas, que, embora sejam fontes renováveis, causam impacto sobre o meio ambiente.

As organizações ambientalistas gostariam que essa exclusão fosse mantida. Mas o governo brasileiro e seus aliados latino-americanos constataram que a proposta não tem futuro se mantida essa

exclusão. Goldemberg negocia a inclusão, numa eventual proposta comum da América Latina e da União Européia, de algum tipo de condição que exclua as hidrelétricas que causam mais danos ambientais.

Fonte: O Estado de São Paulo  
Lourival Sant'Anna

## **RIO+10: PROPOSTA DO BRASIL SOBRE ENERGIA RECEBE APOIO**

*Informativo*  
*Johannesburgo - África do Sul*  
*Agosto de 2002*

### **Secretário José Goldemberg saiu animado da plenária sobre fontes renováveis**

O secretário do Meio Ambiente de São Paulo, José Goldemberg, saiu otimista da sessão plenária sobre energia da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, na qual ele apresentou oficialmente a proposta brasileira de meta para o uso das fontes renováveis de energia.

"Vários países apoiaram a proposta", comemorou Goldemberg. Apesar da oposição nas negociações entre quatro paredes, nenhum país se colocou frontalmente contra, durante a plenária. Mas o secretário ressaltou:

"Estamos começando. Temos um longo caminho a seguir."

A Nigéria e a Arábia Saudita, que, ao lado dos outros países exportadores de petróleo, resistem ao estabelecimento de metas para o aumento do uso de fontes renováveis de energia (hidroeletricidade, álcool, solar, eólica), advertiram para os riscos de estabelecer metas, sem mencionar a proposta brasileira. Além dela, há outra da União Européia que também estabelece metas.

"No meu país há pessoas demais tentando sobreviver", disse o ministro do Petróleo da Nigéria, Rillywan Lukman, primeiro a se pronunciar. "Não há desenvolvimento sustentável nem de outro tipo. Não podemos desviar nosso foco dos pobres quando falamos de desenvolvimento sustentável e de energia."

O nigeriano garantiu que seu país "não é hostil ao desenvolvimento sustentável nem às fontes renováveis de energia", mas advertiu que "estabelecer metas sem conceber um plano sobre como atingi-las seria despropositado".

"Não entendo a posição da Nigéria, de dizer que a meta não tem base científica. Tem, sim", contestou Goldemberg, o quarto a falar na plenária. A proposta brasileira é baseada em um estudo de autoria do próprio Goldemberg, com uma radiografia da matriz energética mundial, e com gráficos que mostram o efeito da escala e do investimento em tecnologia no barateamento da energia.

"A proposta brasileira captura a maioria dos pontos levantados aqui", disse Goldemberg. Segundo o secretário, a proposta reduz a poluição, cria empregos, protege as mulheres pobres dos efeitos da poluição doméstica e dos riscos de queimaduras pelo uso de lenha, entre outros benefícios.

Risco - O representante da Arábia Saudita também chamou a atenção para o risco de estabelecer metas e para o problema da pobreza. Já o representante americano qualificou a questão de "complexa e multidimensional" e anunciou a Iniciativa da Energia Limpa, elaborada pelos EUA, destinada a promover o acesso dos pobres a esse tipo de energia.

Segundo ele, a iniciativa é baseada na parceria entre governos, empresas e organizações não-governamentais. Nenhuma palavra sobre metas.

Do ponto de vista brasileiro, a posição mais interessante foi a dos países pobres - com exceção da Nigéria. A maioria dos representantes desses países reconheceram que fontes alternativas e renováveis de energia limpa são o caminho para superar seus dois grandes problemas na área: a falta de acesso à energia - que afeta 2 bilhões de pessoas no planeta - e danos à saúde e ao meio ambiente causados pelas fontes tradicionais, como queima de lenha.

A ministra do Turismo de Zâmbia, por exemplo, disse que menos de 20% da população do país tem acesso à energia elétrica e que a matriz energética é composta por 70% de queima de madeira e 14% de hidrelétrica. O restante são os chamados combustíveis fósseis, com o petróleo à frente. Esse padrão se repete em muitos países africanos e asiáticos.

Esses ingredientes podem criar um bom ambiente para a argumentação preparada pelo Brasil para obter apoio dos países pobres: a de que o estabelecimento da meta de 10% de fontes renováveis de energia até 2010, com destinação de investimentos e transferência de tecnologia dos países desenvolvidos, abriria caminho para a produção de energia limpa nos países pobres, que poderiam eventualmente exportá-la para os ricos.

Entre essas fontes, que podem ser exploradas nos países pobres e em desenvolvimento, estariam o álcool, a madeira gaseificada (com projetos de reflorestamento), óleo de dendê, entre outras.

Os representantes do México, Chile, Argentina, Equador, Costa Rica e também o de Tuvalu apoiaram explicitamente a iniciativa brasileira. O apoio dos países da América Latina e do Caribe foi costurado numa reunião em São Paulo, em junho. Os vários países europeus que se pronunciaram e a Nova Zelândia manifestaram apoio à proposta da União Européia, que prevê 15% de uso de fontes renováveis de energia até 2010.



## **RIO+10: PROPOSTAS DO PAÍS VÃO ALÉM DO QUE PRETENDE O G-77**

*Informativo*

*Johannesburgo - África do Sul*

*Agosto de 2002*

O embaixador brasileiro na ONU, Gelson Fonseca, reconheceu as dificuldades de conduzir negociações, numa instância como a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, sob o guarda-chuva do G-77, o bloco de 133 países ao qual pertence o Brasil. Mas defendeu as vantagens dessa estratégia.

O embaixador citou três vantagens de continuar no bloco: o peso da história e da tradição, com 30 anos de aprendizados em práticas negociais; o fato de exprimir que o mundo está dividido entre ricos e pobres; e o fato de que o Brasil "tem tido uma força muito grande" no G-77. O Brasil faz parte do grupo dos países "falantes" no G-77, ao lado da China, Índia e Indonésia, entre outros.

Fonseca fez essas afirmações em resposta a uma pergunta do presidente da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema) e secretário do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul, Cláudio Langone, para quem, na reunião preparatória dos países da América Latina e do Caribe, em outubro, no Rio, o Brasil "abriu um espaço fora da polarização entre o G-8 (o grupo dos sete países mais ricos e a Rússia) e o G-77".

Para Fonseca, na prática o Brasil continua fazendo isso. Na cúpula de Johannesburgo, por exemplo, o País busca apoio da União Européia para sua principal proposta, de estabelecer metas para o uso de fontes renováveis de energia, e não conta com a ajuda dos países da Opep, que fazem parte do G-77.

## **Discurso afinado**

Representantes de centrais sindicais do Brasil e de países desenvolvidos defenderam os mesmos princípios numa entrevista coletiva em Johannesburgo, mostrando que, em muitos pontos, o Brasil está mais próximo da União Européia do que o bloco que o representa nas reuniões da ONU, o G-77.

Lucien Royer, especialista em saúde e segurança da Confederação Internacional de Sindicatos Livres, assegurou que há um consenso entre as centrais sindicais dos países desenvolvidos em favor de um alívio da dívida externa e aumento da ajuda financeira aos países pobres, da "reorientação" dos subsídios agrícolas e do cumprimento, por parte das transnacionais, dos padrões trabalhistas e ambientais fixados pelos tratados internacionais.

Nilton Freitas, consultor de saúde, questões trabalhistas e meio ambiente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), também defendeu os padrões da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o respeito às regras ambientais. Freitas elogiou o empenho do governo brasileiro em defender os direitos trabalhistas e a importância do tema do emprego na cúpula de Johannesburgo.

Segundo Freitas, países como a China, a Índia e o Egito apóiam a condenação do trabalho infantil e escravo, mas não concordam com a defesa da livre organização sindical e outros direitos trabalhistas. O argumento é o de que esses expedientes são "impostos pelos países ricos" como pretexto para adotar medidas protecionistas. "Estou tendo mais trabalho dentro do G-77 do que fora dele", disse ao Estado o representante da CUT.

## **RIO+10: PROTESTOS DOS MAIS DIVERSOS MATIZES EM JOHANNESBURGO**

*Informativo*

*Johannesburgo – África do Sul*

*Agosto de 2002*

**Entre os diversos grupos de manifestantes, alguns defendiam posições semelhantes às apresentadas pelo governo brasileiro**

Sob um aparato de segurança sem precedentes, mesmo na conturbada história da África do Sul, cerca de 15 mil militantes do mundo inteiro se manifestaram pacificamente no bairro pobre de Alexandria, ao norte de Johannesburgo. A agenda dos diversos grupos representados no protesto ia da reforma agrária à causa palestina, do fim da globalização ao "racismo ambiental".

"Para os movimentos sociais, este é o ponto alto, que marca a nossa posição numa variedade muito grande de temas", disse Moacyr Villela, um dos dois militantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) que vieram a Johannesburgo. "Mas há uma convergência. Os ambientalistas, por exemplo, já estiveram muito mais longe dos agricultores do que hoje."

Os ativistas divulgarão na terça-feira um documento denunciado o "seqüestro" da cúpula pelas grandes corporações. "Estão tirando os governos das negociações, fazendo pequenos acordos entre corporações e organizações não-governamentais, que são uma gota no oceano", criticou Villela. "A conferência mundial se converteu num escritório de negócios. Os acordos de tipo 2 (voluntários, entre parceiros) ocuparam espaço desmesurado."

Nesse ponto, há uma coincidência com a posição do Brasil e de alguns países em desenvolvimento. Um membro do governo brasileiro chegou a dizer que "isto aqui não é um mercado persa", reagindo à suposta intenção dos americanos e europeus em oferecer grande volume de recursos para programas no setor de água, em troca da retirada de metas globais do Plano de Implementação da Agenda 21. Esse tipo de oferta, no entanto, seduz os países mais pobres, ansiosos por obter assistência financeira.

### **Posições próximas às brasileiras**

Na multidão também se encontravam ativistas que, mesmo sem saber, defendem posições muito próximas das do governo brasileiro e de seus parceiros. O italiano Piero Polimeni e o espanhol Rafael Madueño, da Rede Medforum, dedicada ao desenvolvimento sustentável na região do Mediterrâneo, não conhecem a proposta brasileira para a energia, mas defendem um de seus itens - o apoio às pequenas hidrelétricas, que não causam danos ao meio ambiente.

O sociólogo Robert Bullard, da Universidade Clark, em Atlanta, nos Estados Unidos, também não ouviu falar das posições brasileiras, mas foi à passeata defender o uso de fontes renováveis de energia e denunciar os padrões de consumo dos países ricos, que degradam o meio ambiente e esgotam os recursos naturais. "Estamos em má posição porque consumimos tanto e não estamos dispostos a negociar a redução do consumo", disse Bullard, referindo-se à recusa americana em adotar metas de redução do consumo, defendidas pelo Brasil e outros países em desenvolvimento.

Bullard e outros dois americanos da Organização Ambiental Negra Nacional se misturaram aos negros sul-africanos, que entoavam, em idioma zulu-siluela, "estamos lutando por nossos direitos". Henry Clark, doutor em ciência ambiental de Richmond, Califórnia, denunciava o "modo como o governo não

protege as pessoas de descendência africana da poluição das indústrias". É o que significa racismo ambiental.

Os manifestantes, que começaram a se concentrar às 9h locais (4h em Brasília) em Alexandria, chegaram às 16h a Sandton, no centro de Johannesburgo, a 10 quilômetros, onde se realiza a cúpula. Seis mil policiais e soldados do Exército criaram um cordão de isolamento em torno do complexo, para impedir qualquer tentativa de invasão. Mas não houve incidentes. A marcha esteve dividida em três flancos. Uma delas, considerada a "oficial", recebeu em Sandton a adesão do presidente da África do Sul, Thabo Mbeki. O MST e outros "movimentos sociais" estavam nos outros dois segmentos "de oposição".

Fonte: O Estado de São Paulo  
Lourival Sant'Anna

## **RIO+10: PROTESTOS OFUSCAM CÚPULA DA TERRA**

*Informativo*

*Johannesburgo - África do Sul*

*Agosto de 2002*

O governo da África do Sul advertiu aos manifestantes da Cúpula da Terra, que começa hoje, que obedecem as leis nacionais e moderem nos protestos. O apelo foi feito após mais um confronto entre ativistas e policiais, que resultou na prisão de um manifestante. O embate nas ruas ocultou o conflito que se dava a portas fechadas entre representantes de países pobres e ricos, sem sinal de consenso.

Preocupado com o possível fracasso das discussões, o Papa João Paulo II pediu que os 40 mil delegados esperados para a conferência protejam o planeta. "Os homens foram designados por Deus para administrar a Terra, para cultivá-la e tomar conta dela", disse, na Cidade do Vaticano.

O confronto se deu na noite de sábado, quando cerca de 700 pessoas tomaram o centro de Joanesburgo, a 20km do local onde está sendo realizada a cúpula. Como não haviam obtido permissão para realizar a marcha, os ativistas foram reprimidos com três bombas de efeito moral. Os que insistiram em continuar foram impedidos por uma barreira humana, formada por parte dos 10 mil policiais recrutados para trabalhar na segurança do encontro. "Queremos que eles façam o que tiverem vontade, desde que dentro da lei. Isso não é anarquia", afirmou Nkosazana Dlamini-Zuma, ministro do Exterior da África do Sul, acrescentando que ninguém ficou ferido.

No Centro de Convenções Sandton, onde representantes de 185 países estão reunidos desde sábado, as discussões preliminares pouco avançaram. Os delegados tentam apontar ações práticas para solucionar o problema da fome sem esgotar os recursos naturais. Encontram, no entanto, dois obstáculos. O primeiro é a resistência americana em aderir aos acordos, agravada com a ausência do presidente dos Estados Unidos, George Bush. O secretário de Estado, Colin Powell, é que vai chefiar a delegação americana. A segunda são os lobistas do mercado financeiro. "A conferência é para discutir meio ambiente, não comércio", disse Remi Parmentier, diretor de política do Greenpeace.

A Cúpula da Terra, ou Rio+10, é o maior encontro de meio ambiente realizado até hoje. Além dos 40 mil delegados, outros 9 mil funcionários e lobistas estão credenciados.

## **RIO+10: PROTOCOLO DE KYOTO UNE EMPRESAS E ENTIDADES AMBIENTAIS**

*Informativo*

*Johannesburgo - África do Sul*

*Agosto de 2002*

A recusa do governo americano em assinar o Protocolo de Kyoto para redução de emissões de gases poluentes deu origem a uma aliança insólita. A União Mundial para a Natureza (IUCN) e o Greenpeace se juntaram ao Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável para fazer um apelo aos governos para que ratifiquem o Protocolo.

O evento, realizado na noite desta quarta-feira em Johannesburgo, colocou os executivos Charles Nicholson, da British Petroleum, e Chris Boyd, do Grupo Lafarge, o maior fabricante de materiais de construção do mundo, lado a lado com Steve Sawyer, dirigente do Greenpeace, e o secretário do Meio Ambiente de São Paulo, José Goldemberg. Todos defendendo o Protocolo de Kyoto.

Goldemberg aproveitou para expor a proposta brasileira de meta para fontes renováveis de energia. O secretário lembrou que a Agenda 21, aprovada na Rio-92, "protegia os picos das montanhas da Áustria" mas não abordava o tema energia. "Acho que o Brasil vai ser o porta-voz da grande virada dessa cúpula", comentou o suíço Claude Flusser, da Dow Química. "Hoje vi um dos eventos paralelos mais interessantes aqui em Johannesburgo", completou Jeane Pen, diretora de Relações Corporativas da organização não-governamental BrasilConnects, e que já foi do WWF, que agora tem uma parceria com a Lafarge.

## **RIO+10: RECESSÃO MUNDIAL OFUSCA CÚPULA DA TERRA**

*Informativo*

*Johannesburgo - África do Sul*

*Agosto de 2002*

Ventos não favoráveis ao meio ambiente: só 2,8% de crescimento para economia global. A Conferência Mundial de Desenvolvimento Sustentável (Rio +10), que começa hoje e termina dia 4, em Johannesburgo, África do Sul, debaterá os avanços conseguidos na área ambiental pelo Planeta desde a reunião do Rio de Janeiro, em 1992. O objetivo é renovar os compromissos firmados para apoiar a sustentabilidade, na busca da compatibilização entre o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente.

Desde 1992, a economia mundial cresceu 29,9%, o que equivale à uma taxa anual de 2,9%. Diante de uma previsão de apenas 2,8% para este ano, segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), nem especialistas, nem organizações não governamentais (ONGs) esperam grandes acordos na Rio+10, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU).

A desaceleração econômica experimentada durante os últimos meses colocou uma espécie de freio nos investimentos ambientais no âmbito empresarial e, inclusive, na esfera institucional. Assim, ao que parece, não sopram ventos favoráveis ao desenvolvimento sustentável. Os responsáveis dos 180 países



participantes deverão tentar chegar a algum tipo de declaração política em favor da sustentabilidade e adotar algumas decisões que reduzam os principais problemas ambientais do Planeta.

Estes têm dado uma importância especial nos últimos meses às recentes inundações na Europa Central, o que para um bom número de especialistas constituem-se em resultados diretos da elevação da temperatura da Terra.

O fenômeno será novamente objeto de estudo e espera-se que ajude a agilizar o cumprimento dos objetivos do Protocolo de Kyoto para a redução das emissões de gases de efeito estufa, uma vez que 55 países, incluídos os 15 da União Européia, já ratificaram o acordo.

Neste debate, a energia será importante, junto com a necessidade de se fomentar o uso de tecnologias eficientes e fontes renováveis em substituição à queima dos combustíveis fósseis. Vai-se discutir também o crescimento da demanda energética, a necessidade de preços competitivos e a energia nuclear.

O comércio será outra das grandes áreas de debate da Rio+10. A partir da próxima semana, finda a Conferência, as delegações governamentais aprofundarão a agenda de Doha para impulsionar a abertura de mercados e a assistência aos países em desenvolvimento, protagonistas de Johannesburgo. A agenda inclui a discussão sobre as ajudas às nações pobres e a prevenção e redução dos impactos ambientais nestas regiões. A discussão também abordará a transferência de tecnologias limpas e o fomento de métodos sustentáveis de agricultura e de produtos ecológicos. A saúde ocupará um lugar fundamental, quanto as técnicas de prevenção e o apoio à pesquisa. A água, outro dos temas centrais da Conferência, obrigará a revisar os sistemas de tratamento e acesso a recursos potáveis. Com esta agenda, as negociações deverão superar fortes obstáculos ante a diferente atitude dos países participantes e com os peculiares pedidos por avanços ambientais aos Estados Unidos. Não há dúvida de

que os mecanismos de cooperação serão fundamentais para colocar em prática o desenvolvimento sustentável em todo o mundo.

### **Reunião dos governos**

A reunião de governos será acompanhada, na Rio+10, de outras duas reuniões simultâneas: a das empresas e das ONGS. Cerca de 60 mil participantes, incluídos chefes de Estado e governo, vão debater mudanças nos modelos de produção e consumo. Desde ontem, os delegados das diferentes nacionalidades participam das sessões do Forum da Sociedade Civil, evento que antecede a inauguração oficial da Conferência.

Um dos grandes ausentes da Rio+10 será George W. Bush, presidente dos Estados Unidos, país que enviará o secretário de Estado Colin Powell por dois dias para as reuniões de alto nível-previstas para acontecer entre 2 e 4 de setembro. Haverá também algumas ausências entre os chefes de Estado europeus. Assim, não estará presente o primeiro ministro espanhol, José Maria Aznar. Podem faltar também os governantes da Áustria, Luxemburgo e Grécia.

### **Empresas têm esperanças**

As empresas de todo o mundo atribuem a Rio+10 um papel fundamental: vão participar de uma série de sessões paralelas que buscarão encontrar caminhos para a troca de padrões de produção e consumo sustentáveis nos próximos anos. A incorporação do fator ecológico na gestão ambiental tornou-se realidade no mundo, com resultados desiguais, desde a Rio-92. O encontro de Johannesburgo inclui uma conferência paralela das empresas, entre as que participam do Conselho Mundial dos Negócios para

o Desenvolvimento Sustentável, criado ainda em 92 por mais de 150 empresas ativas no desenvolvimento de políticas de sustentabilidade. Também está prevista a celebração do Dia das Empresas, o 1º de setembro. O fórum empresarial aprofundará a análise das discrepâncias que continuam a existir na fórmula de abordar a ecologia e a empresa. Algo que continua a existir, embora algumas companhias tenham colocado em marcha ambiciosos planos ambientais, convencidas que foram de que a proteção do entorno é um caminho para a competitividade.

### **Rentabilidade ambiental**

Até os mais incrédulos, contudo, devem enfrentar-se na Conferência com dados que demonstram a rentabilidade- sobretudo a médio e longo prazos- do esforço ambiental. Assim, o Índice Dow Jones de Sustentabilidade, que engloba uma seleção de companhias bem pontuadas em gestão ambiental em 68 setores industriais de 21 países, tem superado em crescimento a seu homônimo mundial. Embora entre 1997 e 2001, o Dow Jones mundial tenha subido em 12,5%, o ambiental alcançou um rendimento anualizado de 15,8%. Ao mesmo tempo, empresas como 3M, Dow, Ericsson ou Philips situam o meio ambiente entre suas prioridades estratégicas.

A agenda de Johannesburgo apresenta-se repleta de tarefas. O debate sobre energia, água, comércio terá implicações diretas para as empresas, que, inclusive, deverão estabelecer as pautas para alguns modelos de negócios compatíveis com o desenvolvimento sustentável. As ajudas para estimular a inversão ambiental no curto prazo e as análises da rentabilidade verde serão prioridade. Com isto deveria ser evitada a filosofia do mínimo esforço de muitas empresas que se ajustam estritamente ao exigido pela lei e inclusive preferem pagar por sanções do que abordar sua adaptação tecnológica aos princípios da sustentabilidade. Esse debate vai ocorrer, a propósito, em plena crise de confiança do setor empresarial.

"Nos últimos anos, impôs-se a filosofia de aumentar os lucros para os acionistas; no curto prazo, era importante isto e assim o mercado e os reguladores o aceitavam. Os investimentos em meio ambiente era quase um mal", assinala um consultor da área ambiental. E acrescentou: "Na hora que este modelo faz água, talvez seja o momento em que o meio ambiente encontre seu lugar". Assim, poderia ser o momento de impulsionar instrumentos como o das políticas para as mudanças climáticas; análises do ciclo de vida do produto, das embalagens, das certificações ambientais, do uso de indicadores ou taxas de comportamento ecológico. Ademais, as memórias anuais de sustentabilidade, que incluem dados econômicos, ambientais e sociais, podem ser valorizadas mais que nunca por investidores e mercados como garantia de transparência.

### **Comissão Européia**

Por sua vez, a Comissão Européia desembarca em Johannesburgo com uma proposta concreta: elaborar um programa de trabalho de dez anos para acelerar as mudanças para uma produção sustentável. A Comissão tem claro que Johannesburgo é uma oportunidade para pressionar as outras regiões, especialmente, os Estados Unidos, para que abordem a conversão de seu setor empresarial para a sustentabilidade.

Se não, existe o risco de uma fuga de capital para regiões com um marco ambiental menos estreito. O "ecomercado" também está à espera de que a Conferência aponte o seu próprio futuro. Na Espanha, o mercado ambiental fatura €10.818 milhões por ano e emprega em torno de 200 mil pessoas, segundo um estudo da PricewaterhouseCoopers e o Instituto de Comércio Exterior. Na Europa, o setor movimenta €150 bilhões e emprega mais de um milhão e meio de pessoas, o que é quase 3% do PIB da União Européia.

As conclusões da Rio+10 também determinarão o futuro comunitário. O ecomercado não tem atingido as expectativas. Sua evolução é o melhor indicador verde: a demanda de ecoserviços não cobre a oferta existente.

Fonte: Gazeta Mercantil

## **RIO+10: SAIBA A OPINIÃO DO MINISTRO DO MEIO AMBIENTE**

*Informativo  
Brasília - Brasil  
Agosto de 2002*

Pelo tom de seu discurso, o ministro do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, por vezes soa como o mais romântico dos ecologistas. Advoga em defesa das cooperativas de trabalhadores, no lugar dos mastodontes que já foram sinônimo de progresso da Amazônia. Sobretudo, nutre a fé inabalável de que no final tudo vai dar certo: que a raça humana não precisará viver uma catástrofe climática, como as enxurradas da Europa na semana passada e o inverno de 30°C no Sudeste brasileiro, para tomar atitudes que reduzam o aquecimento do planeta. Capixaba de nascimento e mineiro de coração, Carvalho hasteia como bandeira a tese do desenvolvimento sustentável, traduzida em iniciativas que preservem a natureza com progresso econômico e bem-estar aos 20 milhões de brasileiros que vivem na Amazônia.

Engenheiro florestal de formação, ele ocupou o posto de secretário ambiental de Minas Gerais e, desde 1999, dá expediente no Ministério do Meio Ambiente. Ali, foi o braço direito do ex-ministro Sarney

Filho, a quem substituiu em março deste ano. Às vésperas de completar meio século, Carvalho leva no sangue a experiência no campo. Neto e bisneto de trabalhadores rurais, ele morou na roça até os 15 anos e diz falar com conhecimento de causa sobre as necessidades de quem faz da floresta sua razão de existir. Como um dos representantes nacionais na Rio +10, a conferência mundial sobre meio ambiente que começa no dia 26 em Johannesburgo, África do Sul, Carvalho quer provar que o País fez sua lição de casa. Vai mostrar os avanços obtidos com o aumento da fiscalização e com a lei que pune os crimes ambientais, apesar de o índice anual de desmatamento na Amazônia já ter transformado em fumaça 15% da maior floresta tropical do mundo. A seguir, os principais trechos da entrevista.

**Alguns críticos dizem que o problema da Amazônia é que o país mais próximo é o Brasil. Como reverter esse isolamento?**

O Brasil avançou muito em políticas para integrar a Amazônia. Incorporá-la não significa transpor para a floresta o mesmo modelo predatório que dizimou a mata atlântica. O progresso ali terá de ser feito dentro do conceito de desenvolvimento sustentável, que pressupõe juntar da melhor forma os aspectos econômicos, ambientais e sociais inerentes às vastas potencialidades da Amazônia brasileira.

**As organizações não-governamentais assumiram a dianteira das iniciativas sustentáveis. Esse não deveria ser o papel do governo?**

Boa parte desses projetos foi patrocinada por um programa governamental, o PPG-7 (programa piloto para a proteção das florestas tropicais), com recursos do G-7 (as nações mais ricas do planeta). São projetos extrativistas que demonstram a viabilidade da exploração sustentável da Amazônia. Elas mostram a viabilidade do modelo baseado no uso dos recursos florestais, e não no desmatamento.

**Historicamente, o desenvolvimento da Amazônia e seu desmatamento foram patrocinados por créditos federais. O que mudou no governo atual?**

Chegou o momento de inflexão nessa política. O desenvolvimento sustentável precisa deixar de ser um slogan para virar uma estratégia nacional que promova crescimento econômico com respeito ao meio ambiente e maior inclusão social. Havia um conjunto de políticas governamentais, crédito e incentivo fiscal que estimulavam o desmatamento. Podemos inverter essas políticas, com a criação de linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.

**Como explicar que o programa de governo de FHC, o chamado Avança Brasil, incluía propostas para desenvolver a região com danos ambientais?**

O próprio governo está reavaliando os eixos de desenvolvimento através de uma consultoria (a americana Booz Allen & Hamilton). Hoje, a comunidade se assenta em torno do desmatamento porque essa é a única oportunidade de emprego e de renda. Há alternativas melhores do ponto de vista ambiental e social.

**Por que a questão ambiental está ausente da pauta dos candidatos à Presidência ?**

Espero que eles ainda tratem disso. Não há programa de governo sério para o Brasil se não incluir a temática ambiental e o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Qualquer programa de governo que excluir essas questões não está sintonizado com a realidade brasileira.

**Como é possível levar infra-estrutura à floresta e, ao mesmo tempo, manter a preservação?**

Podemos assegurar o desenvolvimento da Amazônia sem grande prejuízo à biodiversidade. É evidente que desenvolvimento pressupõe infra-estrutura, como transporte, energia, comunicação e portos. O

importante é causar o menor impacto possível. No regime militar, havia o conceito de construir estradas para permitir uma penetração na floresta. Como isso não foi acompanhado de estudo de zoneamento ecológico e econômico, muita gente foi à região sem nenhuma estratégia de ocupação. Com um bom plano de zoneamento, dá para se definir as áreas com aptidão à agropecuária, por exemplo. Só não podemos ter a idéia de que o brasileiro no Centro-Sul pode ter estrada asfaltada, energia elétrica, e o da Amazônia não pode. É evidente que os mesmos benefícios têm que ser assegurados a todos. Aos amazônidas interessa um modelo diferenciado do restante do País.

### **Pela ação das comunidades e das ONGs pode-se dizer que a sociedade foi mais eficiente do que o governo?**

É evidente que a sociedade tem um papel de liderança nesse processo. É a sua visão que induz as políticas de governo. O Estado tem de responder às pressões da sociedade, quando isso coincidir com os interesses nacionais. É o caso da discussão sobre os limites de desmatamento previstos no Código Florestal. Foi a primeira vez que a opinião pública entrou para valer no debate ambiental.

### **Por que o debate ambiental saiu da esfera científica para virar tema de discussão política internacional?**

A economia mundial, principalmente dos países desenvolvidos, hoje segue padrões de produção e consumo insustentáveis. O WWF (Fundo Mundial para a Natureza) revelou que o uso dos recursos naturais é maior do que a capacidade de regeneração do planeta, o que indica, a longo prazo, uma exaustão. Como a humanidade sempre teve capacidade de reação, esperamos que isso se altere. Uma forma seria a diminuição no ritmo de consumo. É o caso da água. Com a crise de energia, os brasileiros



entraram no racionamento. A população aderiu de maneira extraordinária. Poucas vezes tivemos um exemplo de cidadania como esse.

### **Não foi porque havia punição para quem ultrapassasse a cota de energia?**

A punição colaborou, mas a adesão foi vital. A sociedade poderia ter cometido uma indisciplina generalizada, mesmo com multa, e o racionamento não teria vingado. Depois do racionamento, o consumo de energia não voltou aos níveis originais. O Brasil consome 13% menos que antes do apagão. A sociedade percebeu que estava desperdiçando energia. Com isso, há também economia de água, que gera energia. Quer dizer, cada vez que o cidadão economiza energia, ele colabora com o meio ambiente. Temos um problema cultural. Somos um país de dimensão continental com abundância de recursos naturais, o que criou no brasileiro o mito da inesgotabilidade. Só agora percebemos que os recursos são escassos, e podem terminar se não fizermos uma exploração responsável.

### **Qual deve ser o papel do Brasil em Johannesburgo?**

O País deve se mostrar como é de fato, uma potência ambiental. Temos o maior patrimônio de biodiversidade do mundo, o maior remanescente de floresta tropical e uma das maiores reservas de água doce. Isso nos diferencia e coloca o Brasil numa posição afirmativa, e não defensiva, como no passado. Investimos mais de US\$ 1 bilhão de capital internacional em preservação do meio ambiente.

### **O senhor fez da apreensão de mogno ilegal uma bandeira de sua administração. Por que é tão difícil resolver o problema do comércio ilegal de madeira?**

É uma combinação de fatores. Primeiro, há um mercado favorável, interno e externo, que consome mogno. Segundo, o grande valor comercial da espécie, que estimula a ilegalidade. Em Londres, cada

metro cúbico de mogno custa US\$ 1.600, e apenas US\$ 20 são pagos aos índios, num processo ilegal e predatório. Atingimos um recorde de apreensão de mogno, com 50 mil metros cúbicos. Além do controle e da fiscalização, temos que descobrir fórmulas para criar uma oferta sustentável de mogno.

### **Como o senhor pretende patrocinar essa oferta de mogno sustentável?**

Propomos criar uma linha de financiamento exclusiva para o manejo florestal, e só o daremos às empresas certificadas, para que o consumidor tenha certeza de que está usando um produto ambientalmente correto. Não podemos deixar de consumir madeira. Queremos apenas criar um consumo consciente. O Brasil tem obrigação de ter uma das maiores economias florestais do mundo. A natureza nos deu uma vantagem única. O que falta é transformar isso em vantagem competitiva.

### **Como o Brasil pode competir no mercado globalizado contra os subsídios agrícolas oferecidos nos EUA e na Europa?**

Não dá para pensar num só país isolado. Tudo está interligado, o que pressupõe mudanças internacionais. Os países desenvolvidos pregam o combate à pobreza e o incentivo à sustentabilidade, mas persistem numa ordem econômica que vai na contramão do que eles preconizam. É o caso dos subsídios à agricultura. Os Estados Unidos acabaram de aprovar uma lei que aumenta em US\$ 50 bilhões o subsídio da agricultura. Somado à Europa, eles gastam US\$ 400 bilhões ao ano para subsidiar sua agricultura. Nesse modelo, os países em desenvolvimento só são competitivos porque fazem uso predatório da natureza.

### **O senhor está dizendo que os países desenvolvidos promovem o desmatamento nas nações mais pobres?**

Indiretamente, sim. Para a madeira ser competitiva lá fora, é preciso incluir no preço final o custo ambiental da exploração. O mercado internacional deveria remunerar esse custo. Só que as mudanças internas de um país dependem de outras internacionais.

### **Qual será o valor prático da reunião de Johannesburgo?**

Ali estarão chefes de Estado, lideranças públicas, ambientalistas, lideranças empresariais, enfim... vai ser um grande caldeirão. A posição brasileira é aplicar todas as energias para elaborar um plano de ação que tire do papel as convenções aprovadas no Rio (em 1992), como a do clima, e a da biodiversidade, para que se possa iniciar um novo processo, com objetivos mensuráveis. Passou a época das boas intenções e declarações exortatórias. Não podemos sair com aqueles documentos diplomáticos: "Declaramos o nosso repúdio a todo tipo de devastação." Isso acabou.

### **A recusa do presidente Bush em cumprir o protocolo de Kyoto mostra a fragilidade desse tipo de tratado?**

A posição dos EUA é retrógrada. Com a adesão do Japão ao tratado, houve um certo desequilíbrio, porque os americanos esperavam a companhia de uma outra grande nação industrializada – a Austrália tem um peso político relativo. Nossa expectativa é que, com a adesão da Rússia e da Polônia, o protocolo entre em vigor e com ele a redução dos poluentes que agravam o efeito estufa. A tendência é acentuar o isolamento dos EUA. Como eles desconhecem as pressões internacionais, o governo Bush pode começar a enfrentar uma reação da opinião pública. A percepção de que os americanos também serão prejudicados pelo aquecimento do planeta pode levar o próximo governo a mudar de opinião.

### **As mudanças no clima podem acelerar a adoção de medidas urgentes?**

Não se trata mais de teoria acadêmica. O aquecimento da Terra é grave, com catástrofes perceptíveis que mexem com a vida das pessoas, e deve ser tratado com seriedade. Sei que está em jogo uma complexidade de interesses econômicos que se contrapõem à boa vontade.

### **Os países ricos querem priorizar o combate à pobreza. É uma forma de desviar dos temas ambientais?**

A pobreza é uma questão central, mas não pode desviar a atenção de outras, como os padrões de produção e consumo das economias industrializadas. Não adianta enviar cesta básica e remédio aos países pobres. É preciso abordar o desenvolvimento sustentável, com mudanças econômicas nos subsídios, transferências de tecnologia e acesso de produtos subdesenvolvidos aos mercados desenvolvidos.

### **Há outras questões que independem do apoio internacional, como o saneamento básico. O Brasil fez sua lição de casa?**

O despejo de esgoto é a principal fonte de poluição dos recursos hídricos. Há muitos lixões, que exibem um quadro de degradação ambiental e humana. Os lixões estão na entrada ou na saída das cidades. Não há sequer a preocupação de escondê-los, tamanho o desmazelo com que essa questão é tratada no Brasil.

### **O ecoturismo seria uma atividade viável na Amazônia?**

O ecoturismo não é uma panacéia. Temos que ter cuidado ao definir a capacidade de cada lugar para que não haja uma visita além dos limites naturais. O ecoturismo não é turismo de massa. Muitas vezes, o

visitante tem a audácia de entrar numa caverna para competir com as pinturas rupestres, deixando lá suas marcas. Isso é um turismo mais que predatório.

Fonte: Revista Isto É  
Darlene Menconi e Marcelo Ferroni

## **RIO+10: SECRETÁRIO DA CONFERÊNCIA QUER RESULTADO IMEDIATO**

*Informativo*  
*Johannesburgo - África do Sul*  
*Agosto de 2002*

O secretário-geral da Rio +10, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, o indiano Nitin Desai, elevou dramaticamente as expectativas em torno do evento, que será aberto hoje em Johannesburgo, África do Sul. "Minha expectativa é de que, no dia 5 de setembro (um dia depois do encerramento), possamos dizer quantas pessoas, e onde, poderão se beneficiar dos compromissos firmados aqui", disse Desai, em entrevista coletiva no início da tarde de ontem.

A afirmação otimista destoa das declarações de autoridades ao redor do mundo, que tentaram reduzir as expectativas quanto a benefícios concretos e imediatos da reunião, explicando que esse é um longo processo, tanto de construção de consenso em torno de compromissos quanto de pressão social pelo seu cumprimento. A posição de Desai é endossada por Jan Pronk, enviado do secretário-geral da

ONU, Kofi Annan, também enfático: "Não podemos deixar Johannesburgo sem um acordo e o firme compromisso de colocá-lo em prática. É impossível. Não queremos mais textos, já assinamos muitos deles nos últimos anos."

Para Desai, a diferença fundamental entre esta cúpula e a Conferência das ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada há dez anos, é de que a do Rio "procurou mudar a maneira como as pessoas falavam do meio ambiente", enquanto em Johannesburgo se trata de "mudar a maneira como as pessoas agem".

Além disso, afirmou o secretário-geral, "o Rio foi o começo do engajamento em grande escala da sociedade civil", sobretudo para exigir que os governos adotassem ações em favor do meio ambiente. Agora, a ênfase está parcerias, envolvendo a sociedade civil diretamente na implementação.

Metas - A ministra das Relações Exteriores da África do Sul, Nkosazana Dlamini-Zuma, reconheceu que "os recursos são limitados" para as ambiciosas metas de erradicação da pobreza e promoção do desenvolvimento sustentável, contidas no esboço do Plano de Implementação da Agenda 21, que está em discussão. "Mas precisamos ter algum dinheiro e algumas metas", acrescentou, listando áreas como saneamento básico, saúde, educação, nutrição.

A ministra fez uma preleção de meia hora sobre as ligações entre pobreza e aids, o flagelo que assola a África em geral e a África do Sul em particular. Nkosazana, que abriu a coletiva, admitiu as dificuldades do atual processo de negociação. Mas ressalta que os negociadores terão de enfrentar e resolver todas as diferenças: "Todos sabem que essa é a última etapa. Não haverá outra chance."

De acordo com o embaixador do Brasil na ONU, Gelson Fonseca, que chefia a equipe de negociadores brasileiros, as discussões sobre os 25% do Plano de Implementação para os quais não foi atingido consenso em Bali devem se arrastar até quarta ou quinta-feira, "numa estimativa otimista". O

plano deverá ser firmado pelos chefes de Estado e de governo, ao lado de uma declaração política, até o dia 4, quando termina a cúpula.

A chanceler sul-africana tentou relativizar o impacto negativo da ausência do presidente americano, George W. Bush - que enviará em seu lugar o secretário de Estado, Colin Powell -, argumentando que "presença física" não é tudo. "Há, aqui, centenas de cidadãos americanos, que expressam tanto quanto o governo", disse ela.

Até a noite de sábado, haviam chegado 9.344 delegados à conferência, dos quais 2.103 jornalistas. Há mais de 70 mil pessoas inscritas. Confirmaram presença 104 chefes de Estado e de governo, incluindo o presidente Fernando Henrique Cardoso. Os sul-africanos montaram um esquema de guerra para não ter problemas com segurança, com a mobilização de 25 mil homens.

Fonte: O Estado de São Paulo  
Lourival Sant'ana

## **RIO+10: SUBSÍDIO AGRÍCOLA É MOTIVO DE CONTROVÉRSIA EM JOHANNESBURGO**

*Informativo*  
*Johannesburgo - África do Sul*  
*Agosto de 2002*

Apenas 25 quilômetros separam o Centro de Convenções de Sandton, onde se realiza a parte oficial da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, e o parque de exposições de Nasrec, no qual

ocorrem os eventos paralelos da sociedade civil. Mas, no que se refere a uma das questões mais sensíveis para o Brasil, a dos subsídios agrícolas, a distância é imensa.

Enquanto os diplomatas brasileiros lutam em Sandton para incluir no Plano de Implementação da Agenda 21 um parágrafo comprometendo os países ricos a eliminar os subsídios para a produção agrícola destinada ao mercado interno, em Nasrec e no acampamento dos sem-terra atrás do parque de exposições, ativistas brasileiros e seus companheiros de outros países do mundo defendem o contrário: a sua manutenção nos países onde houver e a introdução onde estiver faltando.

"Os pequenos agricultores europeus defendem o subsídio à agricultura como nós, mas não o dumping e o subsídio às exportações", diz Moacyr Villela, um dos dois militantes do Movimento dos Sem Terra que vieram a Johannesburgo. A Via Campesina, o movimento internacional dos sem-terra e de grupos indígenas ao qual o MST está filiado, não defende a Política Agrícola Comum (PAC) da União Européia em sua totalidade. "A PAC é ambígua. Favorece grandes corporações do agrobusiness, como a Nestlé e a Parmalat."

## **Bové**

Segundo Villela, o líder camponês José Bové, por exemplo, uma das estrelas da Via Campesina, condena claramente os subsídios à exportação. Bové não pôde vir à África do Sul porque aguarda julgamento no dia 17, por ter liderado a destruição de uma plantação transgênica na França. "A política dos países e dos pequenos agricultores é completamente diferente, tanto na Europa quanto no Brasil", observa Villela.

No esboço do Plano de Implementação, já foram aprovados parágrafos que pedem a eliminação dos subsídios à exportação, nos termos da declaração aprovada na reunião da Organização Mundial do



Comércio (OMC) em Doha, em novembro. Agora o Brasil e seus aliados querem incluir menção específica aos produtos agrícolas e também aos subsídios destinados ao mercado interno.

A visão dos militantes é a de que o pequeno agricultor, aquele que produz alimentos para o mercado interno, deve ser ajudado pelo governo não só por razões sociais mas também estratégicas. "A agricultura é indispensável. Ninguém consegue viver sem matéria-prima e comida", argumenta Villela, um arquiteto de 58 anos que há 22 foi viver numa gleba de 20 hectares numa assentamento da Igreja em Cunha, interior de São Paulo. "O Japão, grande importador de produtos agrícolas, defende o subsídio, que aplica à sua pequena produção."

## **Exportações**

Para o governo brasileiro, a questão também é estratégica, mas sob outro ângulo: o das exportações. De acordo com essa visão, os subsídios, além de barrar a entrada dos produtos agrícolas dos países em desenvolvimento nos mercados dos países ricos, deprimem os preços das commodities, ao custear parcialmente sua produção.

Villela, que estudou o tema para o MST, garante que essa é uma causa apenas parcial, que se aplica, por exemplo, ao leite, objeto do dumping europeu. "Para a soja, por exemplo, que é produzida pelos Estados Unidos, Brasil e Argentina, não existe subsídio, e o seu preço caiu 30% nos últimos 15 anos, em razão do aumento da produtividade", diz ele. "Os preços do café, do açúcar e do tabaco, produtos tropicais que não recebem subsídios, foram os que mais caíram."

O militante acha que os países desenvolvidos têm conseguido impor a liberalização do comércio aos países em desenvolvimento, sem que eles próprios movam uma palha nessa direção. "A Farm Bill (lei protecionista americana) não pode ser contestada na OMC e a União Européia tem reformado a PAC de

acordo com sua dinâmica", salienta Villela, que participava nesta quinta-feira de um workshop dos sem-terra numa tenda branca erguida ao lado de um teatro abandonado há sete anos, ocupado por sem-terra sul-africanos.

## **Estratégia**

Perto dali, num seminário em Nasrec, o economista Sérgio Schlesinger, da ONG Projeto Brasil Sustentável e Democrático, apresentava argumentação semelhante, acrescentando dois aspectos. Segundo Schlesinger, enquanto a monocultura para exportação degrada o meio ambiente, a produção em pequena escala pode se tornar ecologicamente sustentável, embora para isso se tenha que ensinar técnicas ao pequeno agricultor. Além disso, a agricultura local também deveria ser estimulada pelo seu valor cultural. Como na França.

Fica então uma pergunta: exportar também não é algo estratégico para um país? Depende do que, responde o economista, um dos coordenadores do Fórum Brasileiro de ONGs. "O Brasil quer exportar produtos agrícolas, aço, alumínio, que consome tremenda energia, papel, que destrói a Mata Atlântica, enfim, tudo o que os países ricos querem transferir para o Terceiro Mundo, porque é produção velha, suja e pouco rentável."

"O Brasil deveria estar preocupado em exportar computadores, aparelhos celulares, não soja", concorda Villela. "Para nós é suicídio achar que o Brasil vai resolver seus problemas de balança comercial com agricultura."

## **Agricultura não precisa destruir natureza, diz relatório**

O aumento na produção de alimentos para uma crescente população mundial não precisa danificar a biodiversidade e pode realmente ajudar a preservar ecossistemas ameaçados. Essa foi a mensagem de um respeitado cientista na Rio+10, que tenta desenvolver formas de ajudar a enriquecer as nações pobres sem prejudicar o planeta.

Melhorar a produção agrícola pode conservar a biodiversidade. Os dois são mutuamente compatíveis - disse o cientista-chefe da União Mundial de Conservação (WCU, na sigla em inglês), Jeffrey McNeely.

McNeely lançou um estudo que escreveu com a economista Sara Scherr, conselheira para o grupo de segurança alimentar Future Harvest, que se ocupa de questões sobre como o mundo pode suportar um aumento de 50% na população humana sem abusar dos recursos naturais.

Se você quer ver histórias positivas, você deve olhar para isso - disse ele nesta quinta-feira. - Se nós seguirmos esse exemplo, nós veremos uma grande redução na taxa de destruição do habitat e perda da biodiversidade. Nós veremos países se tornando mais autoconfiantes e veremos áreas protegidas menos afetadas com a agricultura seguindo junto com elas.

O relatório, intitulado "Ecoagriculture", detalha 36 estudos de caso demonstrando ser possível conciliar as demandas agrícolas por produtividade com a conservação.

Fonte: O Estado de São Paulo/Reuters  
Lourival Sant'Anna

## **RIO+10: SURGE UM ACORDO PARA COMÉRCIO E AMBIENTE**

*Informativo*  
*Johannesburgo - África do Sul*  
*Agosto de 2002*

A Comissão de Meios de Implementação conseguiu flexibilizar o texto sobre finanças e comércio em debate na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +10). Originalmente considerado um "non-paper" (documento extra-oficial), ele já está na sua quarta versão e prevê "complementaridade" entre interesses comerciais e ambientais.

A nova versão, concluída às 3 horas da madrugada de ontem (22h da terça-feira em Brasília), indica um recuo dos EUA na questão crucial da subordinação de temas multilaterais mundiais ao crivo da OMC (Organização Mundial do Comércio).

Pelo texto original, atribuído informalmente aos EUA e à União Européia, essa subordinação era explícita, o que significava permitir que juizes da OMC analisassem acordos ambientais à luz de sua cultura e de suas preocupações centrais com o comércio.

O texto que circulava ontem entre as delegações, mais flexível, trocava subordinação de um a outro por "complementaridade" entre o sistema internacional de comércio e os acordos multilaterais na área ambiental.

A mudança foi considerada um avanço, mas nem o governo brasileiro nem as ONGs estão satisfeitas e mantêm a pressão para inverter a proposta original. Em vez de submeter os acordos ambientais às leis de mercado, os acordos comerciais é que deveriam se submeter aos interesses ambientais.

Os diplomatas brasileiros disseram que houve avanços, mas admitiram que as negociações estão longe de terminar. Continua em aberto, também, a forma final sobre subsídios nos países ricos e sobre barreiras tarifárias e não-tarifárias a produtos de países em desenvolvimento.

Marcelo Furtado, do Greenpeace, suspeita que o "non-paper" tenha sido colocado pelos EUA e pela UE como "um bode na sala": "Houve avanços, sim. Mas, comparando com o texto original discutido em Bali, ainda estamos no prejuízo", disse ele ontem.

Fonte: Folha de São Paulo

## **RIO+ 10: THABO MBEKI DENUNCIA O “APARTHEID GLOBAL”**

*Informativo*

*Johannesburgo – África do Sul*

*Agosto de 2002*

O presidente da África do Sul, Thabo Mbeki, abriu em Johannesburgo a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+10) pregando contra o “apartheid global” e o darwinismo econômico.

Insistindo em focar seu discurso na miséria, um dos temas principais – mas não o único – da conferência. Mbeki afirmou que “uma sociedade global humana baseada em pobreza para muitos e prosperidade para poucos, caracterizada por ilhas de riquezas rodeadas por um mar de pobreza, é insustentável”.

Subindo o tom em relação às falas otimistas de Nitin Desai, secretário-geral da cúpula, Mkebi disse: “Nós não aceitamos que a sociedade humana seja construída na base do princípio selvagem da sobrevivência do mais apto”.

Após um certo esvaziamento na abertura do Fórum Global, o encontro da sociedade civil iniciado no sábado, delegados de 189 países finalmente deram o ar da graça na metrópole sul-africana. Cerca de 64 mil pessoas foram contabilizadas pela organização da cúpula. As plenárias no Sandton Centre, centro de convenções no subúrbio rico de Sandton, que abriga a Rio+10, ficaram lotadas.

A conferência, que vem sendo há muito cercada de pessimismo, começou com um urgência: aplinar o caminho para a chegada dos chefes de Estado no fim de semana. Eles deverão produzir uma declaração política que reafirme o compromisso do planeta com os princípios da Agenda 21, o documento rumo à sustentabilidade produzido pela Eco-92, no Rio de Janeiro, há dez anos.

Alguns líderes do continente já estão em Johannesburgo. É o caso de Muammar Gaddafi, da Líbia, que chegou com sua comitiva em três aviões. A principal ausência prevista é a do norte-americano George W. Bush, líder do maior poluidor do planeta, que se recusou a comparecer ao encontro ambiental na África do Sul.

Antes da chegada deles, quem chamava atenção fora das salas de conferência do Sandton são personagens como músicos zulus vestidos a caráter, mas portando telefones celulares, índios acreanos de cocar e jaqueta e jovens alemães propagandeando a mais sedutoras das tecnologias limpas: Um BMW último tipo movido a combustão de hidrogênio.

A máquina, que queima hidrogênio no motor – e que, portanto, não emite dióxido de carbono para a atmosfera – só vai ser lançada em 2006. Mas a fábrica alemã não perdeu a oportunidade de anunciá-lo desde já como uma solução (de luxo) para o problema do efeito estufa.

## **RIO+10: UE E BRASIL NEGOCIAM UNIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE FONTES DE ENERGIA**

*Informativo*

*Johannesburgo - África do Sul*

*Agosto de 2002*

Negociadores da União Européia e do Brasil trabalham para unificar as suas duas propostas de meta para o uso de fontes renováveis de energia. No centro da discussão, está a inclusão ou não das grandes hidrelétricas no cálculo. A proposta do Brasil as exclui. Mas, para aumentar as chances de obter consenso, o Brasil concorda em incluí-las, sob condições. "A União Européia queria incluir as grandes hidrelétricas sem maiores considerações", disse ao Estado o secretário do Meio Ambiente de São Paulo, José Goldemberg, autor da proposta brasileira. "Eu disse que poderíamos incluí-las, desde que sujeitas às normas da Comissão Internacional de Barragens, que condenam as usinas predatórias ao meio ambiente."

Os negociadores europeus rejeitaram a ressalva, que é apoiada pelos grupos ambientalistas. Goldemberg acredita, no entanto, que é possível chegar a uma solução de compromisso, sem mencionar as normas da Comissão, mas incluindo apenas as hidrelétricas que não provocam danos ao meio ambiente.

A inclusão das hidrelétricas servirá também para aumentar as chances de apoio dos países continentais - China, Índia, Canadá e Rússia. Os Estados Unidos rejeitam metas, por princípio, mas há uma esperança - tênue - de que um eventual isolamento os conduzisse a algum compromisso. De acordo com o ministro do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, a inclusão parece ser a última forma de evitar o sepultamento da proposta em Johannesburgo.

Outra diferença é que a proposta da UE estipula que os países industrializados, membros da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), devem aumentar suas fatias de fontes renováveis nas respectivas matrizes energéticas em apenas 2%, quando a meta global, até 2010, seria de 15%. A proposta do Brasil prevê que todos devem atingir igualmente o patamar de 10%. A média mundial, incluindo as hidrelétricas, é hoje de 4,4% - excluindo-as, é de 2,2%. "Essa é uma conta complicada, mas 2% é tímido", avalia Goldemberg. "Se eles tivessem dito 4%, no fim das contas a proposta ficaria parecida com a nossa." O tema é tão espinhoso que os avanços poderão ter que esperar a chegada dos chefes de Estado e de governo, no domingo.

Fonte: O Estado de São Paulo  
Lourival Sant'Anna

## **RIO+10: "UE ESTÁ DO NOSSO LADO", DIZ CHEFE DA DELEGAÇÃO BRASILEIRA**

*Informativo  
Johannesburgo - África do Sul  
Agosto de 2002*



## **Para embaixador Gelson Fonseca, europeus concordam com metas energéticas**

O embaixador do Brasil na ONU, Gelson Fonseca, negou que a União Européia esteja dividida em relação à proposta de introduzir metas para o emprego de fontes renováveis de energia. "A União Européia está do nosso lado", garantiu Fonseca ao Estado. O embaixador, que chefia a equipe de oito negociadores brasileiros nas reuniões preliminares à Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, reconheceu, no entanto, que, dos parágrafos do Plano de Implementação da Agenda 21 que tratam do tema da energia, "o mais complicado" é o que estabelece metas.

A União Européia apresentou, na reunião preparatória de Bali (maio e junho), uma proposta de meta global de 15% até 2010. Mas há um detalhe. Um trecho da proposta, que aparece no Plano de Implementação da Agenda 21 toda entre colchetes, o que indica que ainda não há consenso, diz que os países industrializados devem aumentar em 2%, até aquele ano, sua fatia de fonte renovável de energia. O que quer dizer que os países em desenvolvimento teriam que compensar maciçamente a diferença para o mundo atingir a meta. Atualmente, a matriz energética dos países em desenvolvimento é composta de 26% de biomassa e 2,5% de hidroeletricidade, que são as fontes consideradas renováveis. Já os países desenvolvidos consomem 3,4% de biomassa e 2,2% de hidroeletricidade. No mundo, as fontes renováveis representam 4,4% do consumo de energia no mundo. Isso, incluindo as grandes hidrelétricas, que grupos ambientalistas como o Greenpeace e o WWF consideram "renováveis, mas não sustentáveis", por causa de seu impacto sobre o meio ambiente. Sem elas, a fatia cai para 2,2%. Há uma discussão sobre incluir a chamada biomassa tradicional, basicamente a lenha queimada nos países pobres.

A fatia atual subiria então para 13,9%. Mas seria um incentivo para o desmatamento e a emissão de gases poluentes. Além disso, a lenha nas cozinhas é a principal causa de mortes em ambientes domésticos. Os países que se opõem intransigentemente à meta são os Estados Unidos, cujo governo tem ligação íntima com a indústria petrolífera, e os membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), com exceção da Venezuela, que aderiu. O Japão está em cima do muro.

Goldemberg - O Brasil vai apresentar uma proposta de meta, elaborada pelo secretário do Meio Ambiente de São Paulo, José Goldemberg, para todos os países atingirem até 2010 a fatia de 10% de consumo de fontes renováveis. A proposta européia fala em produção.

A diferença é importante, porque os países desenvolvidos poderiam importar de países como o Brasil e até países pobres da África o álcool ou a madeira gaseificada, que é considerada uma fonte de energia renovável limpa.

Aí está o pulo do gato para o Brasil e para outros países em desenvolvimento. Além de reduzir as emissões de gases poluentes e de representar uma aposta numa fonte de energia potencialmente inesgotável e não sujeita às intempéries políticas mundiais, ao contrário do petróleo, o incremento do uso dessa energia pode gerar exportações e renda para os países em desenvolvimento.

Hoje em dia, essas fontes de energia são mais caras do que o petróleo, por exemplo, responsável por 35,3% do total de energia consumida no mundo, ou do que o carvão (22,3%) e o gás natural (21,1%).

Fonte: O Estado de São Paulo  
Lourival Sant'ana

## **RIO+10: UM QUINTO DA POPULAÇÃO MUNDIAL NÃO TERÁ ENERGIA EM 2032**

*Informativo*

*Johannesburgo - África do Sul*

*Agosto de 2002*

Uma em cada cinco pessoas no mundo não terá acesso a eletricidade daqui a 30 anos. A estimativa foi apresentada nesta quarta-feira na Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, em Joanesburgo, na África do Sul, pela Agência Internacional de Energia. O cálculo leva em conta o crescimento populacional e os padrões atuais de investimento no setor.

A agência considera o número tão assustador, que recomendou o desenvolvimento de todas as formas de fornecimento de energia - inclusive as poluentes, como o carvão - para que todos tenham acesso a esses serviços.

Acho que é um número chocante - disse o diretor executivo da Agência Internacional de Energia, Robert Priddle. - Hoje, o mundo tem há 1,6 bilhão de pessoas sem acesso a energia elétrica. O que é mais incrível é que, com base em nossas projeções, se a situação atual for levada adiante, em 30 anos ainda haverá 1,4 bilhão de pessoas sem acesso a eletricidade.

Ele disse que, apesar de 75 milhões de pessoas passarem a ter acesso a eletricidade a cada ano nas próximas três décadas, a proporção daqueles ainda sem energia cairia apenas um terço, de 27% para 18% da população mundial.

Ainda é gente demais - disse Priddle.

Estima-se que a população mundial será de 8 bilhões em 2030. Atualmente, é de 6 bilhões.

A Agência Internacional de Energia, órgão que ajuda a regular o setor nos países desenvolvidos que integram a Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento, foi criada nos anos 70, para ajudar a assegurar o suprimento de petróleo. Atualmente, se dedica a problemas energéticos mundiais.

Priddle disse que países que não integram a organização precisam conseguir US\$ 2,6 trilhões nos próximos 30 anos simplesmente para investir em mais geração de eletricidade. Ainda assim, segundo Priddle, muita gente ainda ficaria sem energia.

A defesa que Priddle faz do carvão, combustível-chave para as usinas de energia termelétrica, não deve agradar os ambientalistas. A queima do carvão mineral é uma das principais fontes de emissões de gases do efeito estufa.

Priddle disse que tecnologias limpas de exploração do carvão deveriam formar uma parte de um diverso conjunto de fontes de energia, argumentando que não era prudente restringir agora as fontes de suprimento de energia.

O carvão mineral é abundante em várias regiões do mundo. A China e a Austrália estão entre os maiores produtores.

Fonte: Reuters

## **RIO+10: VERBA AMBIENTAL DEVE GANHAR UM “CÓDIGO DE CONDUTA”**

*Informativo*  
*Johannesburgo - África do Sul*  
*Agosto de 2002*

O presidente Fernando Henrique Cardoso e o primeiro-ministro britânico Tony Blair articulam a criação de um "código de conduta" para regulamentar as duas pontas do uso de recursos internacionais para projetos de desenvolvimento sustentável: a liberação pelos países ricos e a utilização desses recursos pelos pobres.

FHC e Blair deverão defender a criação do código durante os últimos dias da Rio +10. A idéia é que a elaboração do novo código seja coordenada pelo Banco Mundial, organismo multilateral neutro.

O objetivo é criar mecanismos de transparência (consultoria, acompanhamento e fiscalização) para recursos empenhados em projetos ambientais, evitar o desvio de finalidade e, especialmente, diminuir o risco de corrupção.

"Os países ricos temem, e nós sabemos que com alguma razão, que as verbas para água, saúde e preservação de recursos naturais acabem financiando a produção de armas, por exemplo", disse à Folha Fernando Almeida, presidente executivo do CEBDS (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável).

FHC chega a Johannesburg no domingo pela manhã e deverá fazer dois discursos. O primeiro, na segunda-feira, será para os chefes de Estado que virão para o encerramento da Rio +10. O segundo, provavelmente na terça, será para ONGs, empresários, área acadêmica e representantes de empresas e organismos estatais. Na contabilidade oficial da conferência, há cerca de 64 mil participantes.

## **Megadiversidade**

É nesse último discurso que FHC pretende falar sobre as relações e as responsabilidades dos países mais ricos e mais pobres para garantir projetos multilaterais, bilaterais, regionais e nacionais de promoção do desenvolvimento sustentável em seu conceito mais amplo: educação, saúde, ambiente, enfim, repartição do bem-estar social.

FHC também articulou com o presidente do México, Vicente Fox, uma reunião dos 15 países com megadiversidade para o início da próxima semana. A maioria deles é da América Latina, mas há também representantes da Ásia e da África - como a própria anfitriã, a África do Sul.

Ontem, o embaixador Gelson Fonseca e o ministro do Itamaraty Everton Vargas comemoravam a "flexibilização" da posição norte-americana em relação a um dos pontos considerados cruciais da Eco-92. Se até a semana passada os EUA queriam rever o conceito da "responsabilidade comum, mas diferenciada", já praticamente admitiram retirar as restrições.

Por esse conceito, os países mais ricos, que são os que mais poluem e mais destruíram sua própria biodiversidade, têm de ter maior responsabilidade e maior ônus na preservação ambiental.

Apesar desse avanço, Fonseca recebeu também ontem uma relação de 12 itens em que ainda não havia acordo para o documento final da conferência. Entre eles estão: comércio e finanças, energia, poluentes químicos, governança e questões sanitárias.

O mais sensível é o que prega a dependência dos projetos de interesse do desenvolvimento sustentável às normas e condicionamentos da OMC (Organização Mundial do Comércio), cuja autoria é atribuída informalmente aos Estados Unidos e à União Européia. As ONGs se reuniram para bombardear a proposta, obtiveram um apoio tácito da diplomacia brasileira, e ontem mesmo o texto já estava sendo revisto.

A delegação brasileira, uma das maiores da Rio +10, com cerca de 200 integrantes, se reuniu pela manhã no Sandton Centre. Os empresários presentes à Rio +10, em geral, dizem que estão "vigilantes"

para manter o centro do debate na "erradicação da pobreza e na mudança de padrão de produção e consumo, e isso não significa apenas botar bica na favela, mas investir em energia, saúde, saneamento", como disse Almeida, do CEBDS.

Fonte: Folha de São Paulo  
Eliane Cantanhêde

## **RIO+10: VIA CAMPESINA E MST PARTICIPAM DE MARCHA EM JOHANNESBURGO**

*Informativo*  
*Johannesburgo - África do Sul*  
*Agosto de 2002*

Longe das negociações da Rio+10 e do Fórum dos Povos, quatro mil camponeses da Namíbia, de Zimbábue, México, Chile, Indonésia, França, Movimento dos Sem-Terra do Brasil (MST) e da África do Sul (Landless People's Movement, LPM), Via Campesina, acampados na fazenda chamada, antes, ShareWorld, hoje, New World (Novo Mundo), em Johannesburgo, marcam presença na África do Sul de outro jeito: com uma marcha neste sábado (31/08).

As lideranças do MST e da Via Campesina ficaram de fora dos dois eventos. "Se participássemos, enquanto nos desgastamos discutindo e dialogando, os governos, por sua parte, aplicariam sem barreiras, suas políticas em benefício do grande capital. Por isso, dizemos que o fórum não é mais do que um falso

diálogo com o qual se pretende utilizar os movimentos sociais", diz o dirigente nacional do MST, Egídio Brunetto.

Dirigentes do MST e da Via Campesina classificam a Rio+10 como o fracasso mais eloqüente de todas as cúpulas internacionais organizadas pela FAO (Organização da ONU para a Agricultura e Alimentos), a OMC (Organização Mundial do Comércio) ou qualquer outro organismo superestrutural. "Essa cúpula é uma vergonha para a humanidade", diz Brunetto, também dirigente da Via Campesina.

"Todos os governantes mundiais que participam da Rio+10 estão empenhados numa tarefa que levará à destruição dos recursos naturais nas mãos das empresas transnacionais. Os organismos multilaterais como as Nações Unidas deixaram evidente que estão a serviço do grande capital e que sua intenção nessa cúpula é impor as deliberações da OMC", diz. "O preço que todos nós vamos pagar por essa irresponsabilidade é a destruição crescente do nosso planeta, a privatização de elementos essenciais para a subsistência e desenvolvimento da espécie humana".

A unidade na ação dos diversos movimentos camponeses tem a ver com conceitos negados pelo sistema. O movimento identifica como elementos fundamentais para a humanidade: ar, água e os alimentos. E, para produzir alimentos, são necessárias sementes.

"Não podemos correr o risco das empresas multinacionais modificarem geneticamente as sementes e que o futuro da humanidade fique nas mãos de três ou quatro empresas que tenham a chave dessas patentes estéreis, que geram uma única colheita para obrigar a sua compra", diz Brunetto. "A humanidade tem que defender as sementes como seu patrimônio e deve velar pela biodiversidade das espécies, pois é isso que garante o futuro da nutrição. Não podemos submetemos a um padrão alimentar determinado pelos Estados Unidos."



O debate interno da Via Campesina está orientado fundamentalmente pela luta contra a mercantilização da terra. "A terra é um patrimônio da humanidade e deve estar a serviço da produção de alimentos e não como objeto de grandes transações comerciais", diz Brunetto.

Articulação entre MST sul-africano e brasileiro A delegação o MST e da Via Campesina na África do Sul está empenhada em estabelecer laços com o Movimento Sem-Terra da África do Sul ( Landless People´s Movement). Mas antes, como esclarece Brunetto, os camponeses sem-terra da África do Sul devem se consolidar como movimento. "A Via Campesina funciona com o conceito da autonomia dos movimentos que a integram, e, portanto, não pode falar em nome dos movimentos particulares. O princípio da autonomia é sagrado para nós. Trouxemos uma proposta aos companheiros do Movimento Sem-Terra da África do Sul, sobre como se integrar à nossa articulação e de que maneira podemos apoiá-los. Esse é um movimento novo que deverá ter bem claro quais são seus objetivos, mas tenho certeza de que a nossa presença aqui vai fortalecer a luta dos camponeses sul-africanos, contra a mercantilização da terra". Brunetto fala também sobre o dilema de como construir espaços de mobilização e participação efetivos. Para ele, não existem receitas mágicas, mas diz acreditar que as novas formas de organização devem se forjar fora das instituições formais. "Até agora todas fracassaram na sua missão de defender e garantir o futuro da humanidade. Novos movimentos estão nascendo, e sofrem fortes processos de repressão por parte dos estados, porque mexem com interesses do grande capital. O desafio de todos, no futuro imediato, é como construir articulações concretas e movimentos que lutem de forma eficaz contra a globalização".

Fonte: Agência Carta Maior  
Dauno Totoro

## **SAIRÃO DA RIO +10 PROPOSTAS CONCRETAS?**

**NÃO**

*Informativo*

*São Paulo - Brasil*

*Agosto de 2002*

### **Em jogo o futuro do planeta**

Recentes relatórios de agências da ONU e de outros grupos apontam cenários catastróficos de aumento da desigualdade entre países como resultado de um processo de globalização econômica injusto e sem regulamentação.

Fome, falta de água, falta de acesso à energia, nuvens de poluição cobrindo um continente inteiro, seca de um lado e enchentes de outro. A escala e a velocidade da deterioração ambiental têm sérios impactos sociais e não temos tempo a perder. Os governos presentes na Rio +10 terão muita dificuldade para justificar à opinião pública sua incapacidade de reverter essa realidade. Mas a resposta poderá ser até simples: faltou vontade política e recursos. Portanto talvez esteja chegando a hora de procurar outro planeta para viver, pois a Terra está com seu futuro comprometido.

Durante todo o processo de negociação, os governos têm demonstrado uma extraordinária relutância em lidar de maneira séria com o tema "pobreza e meio ambiente" no âmbito global. Alguns países estão, inclusive, tentando reverter conquistas obtidas na Rio 92, como o princípio da responsabilidade comum mas diferenciada, que afirma que todos têm que mudar suas práticas insustentáveis, mas os países ricos, que causaram maiores danos ao meio ambiente nas últimas décadas, devem mudar mas rápido e financiar o processo global para mudar esse cenário.

O princípio da precaução, que visa prevenir ações que ameacem a saúde e o meio ambiente, também tem sido deixado de lado. E, principalmente, alguns países estão se eximindo de disponibilizar recursos para que os países em desenvolvimento possam lidar com seus problemas ambientais e sociais, como acordado no Rio. Uma minoria de países ricos está fazendo do resto do mundo seus reféns. É preciso que a maioria demonstre coragem e compromisso como o desenvolvimento sustentável.

Um bom exemplo é o debate sobre "energia limpa para todos". Energia é uma necessidade central para a atividade humana. O acesso à energia limpa é um pré-requisito para o desenvolvimento e para a redução da pobreza, e beneficia a saúde, a educação e a justiça. Portanto, seja pela questão econômica, social ou ambiental, a sustentabilidade só poderá ser atingida através de fontes renováveis de energia.

A questão da responsabilidade corporativa, um assunto atual e imprescindível para o desenvolvimento sustentável, levianamente na Rio +10. Áreas contaminadas, como em Santo André, São Paulo e Paulínia, demonstram a necessidade de maior responsabilidade, controle e acompanhamento da atividade corporativa.

Um instrumento internacional de responsabilidade corporativa deve incorporar compensação e restituição de danos, direito à informação, respeito aos direitos humanos das comunidades e dos trabalhadores, entre outros. A resistência das empresas e governos a tal instrumento contribuirá apenas para o aumento da desconfiança do público em relação ao controle corporativo sobre os governos e a seriedade das empresas em suas iniciativas sociais e ambientais.

O Brasil e outros países comprometidos com o sucesso da reunião em Johannesburgo têm uma difícil tarefa a ser cumprida: criar um ambiente favorável para novas negociações. A questão que fica é se os próximos 11 dias serão suficientes para resolver questões complexas como novas fontes de recursos, subsídios, relação dos acordos globais ambientais e sociais e as normas da OMC (Organização Mundial de Comércio).

Na verdade, a reunião de Johannesburgo poderá se tornar mais uma continuação da reunião da OMC em Doha, no ano passado, do que um seguimento da Rio 92. Em casa, o governo brasileiro deve ratificar os compromissos internacionais assumidos nas convenções de biodiversidade, biossegurança, poluentes tóxicos e outras.

A cúpula da Terra, em sua versão 2002, terá de responder não só ao desafio da proteção ambiental, como também à necessidade de reduzir a pobreza para garantir um futuro sustentável. A expectativa para a Rio +10 não se limita à discussão de implementação da Agenda 21, acordada na Eco 92, com metas, datas, recursos financeiros bem definidos para proteção das florestas, rios, mares e conservação da qualidade do ar, solo e alimento, entre outros. Mas se deve, especialmente, à possibilidade de mostrar como os governos vão assegurar à sociedade um futuro sustentável.

Quem sabe o fato de os holofotes da mídia global estarem voltados para essa reunião faça com que os chefes de Estado nela presentes cumpram seus compromissos com milhares de pessoas que estão sofrendo, neste momento, sem energia limpa, sem água, sem saneamento, pela falta de consideração dos governos por suas vidas e pelo futuro das gerações por vir.

Fonte: Folha de São Paulo  
Marcelo Furtado

## **SAIRÃO DA RIO +10 PROPOSTAS CONCRETAS?**

**SIM**

*Informativo*

*São Paulo - Brasil*

*Agosto de 2002*

## **Mas nem tudo serão rosas**

Apesar da atmosfera geral de desânimo em relação à conferência de Johannesburgo, que marca o décimo aniversário da conferência do Rio, em 1992, há motivos para crer que algo de bom resultará dela.

É evidente que a conferência foi muito mal preparada e muitos ambientalistas têm razão quando argumentam que o proposto "Plano de Ação", que deverá ser adotado pelos delegados ou representantes de 173 países do mundo, foi escrito numa linguagem denominada "UN-ese", em que todas as frases têm qualificações tão complexas que se tornam praticamente ininteligíveis.

Por trás dessa linguagem se esconde o problema fundamental da conferência: muitos países ricos, principalmente os Estados Unidos, tentam evitar compromissos concretos. E as nações pobres, sobretudo da África, anseiam por ajuda e se recusam a aceitar qualquer responsabilidade pelos problemas que afetam hoje a sustentabilidade do planeta.

O secretariado da conferência contribui muito para a decepção vigente, não imprimindo nenhuma liderança ao processo. Na Rio 92, o carismático secretário-geral Maurice Strong não só ouviu a todos, como liderou o processo preparatório. O atual secretário-geral, o indiano Nitin Desai, não tem o mesmo carisma. Mais ainda, desmobiliza os participantes, ao fazer sistematicamente o "jogo do contente", minimizando as divergências.

Em recente entrevista em Nova York, Desai declarou que 75% do plano de ação obteve aprovação unânime e que o restante seria decidido em Johannesburgo. O que ele não disse é que nos 25% restantes estavam todos os pontos em que há desacordo.

O que foi acordado naqueles 75% consensuais são declarações vagas e exortações gerais para aumento da ajuda aos países pobres, defesa dos povos indígenas etc. Nenhuma meta concreta,

compulsória, foi inserida nesse calendário garantindo que elas seriam cumpridas, o que sinaliza que se deseja uma conferência de chefes de Estado, como foi a conferência de Kyoto.

Parte importante do problema é a ausência real dos Estados Unidos nas negociações, para as quais enviam delegados de segundo ou terceiro escalão. É bastante evidente que a política oficial desse país – o que é o mais rico e o que mais contribui para os problemas ambientais de hoje – não deseja mais se engajar em compromissos internacionais. Nem sobre crimes de guerra, nem sobre proteção ambiental, nem sobre desenvolvimento sustentável.

Diante dessa situação proliferaram propostas de ações bilaterais e voluntárias entre os países ricos e seus clientes tradicionais, chamadas de iniciativas Tipo 2. Para sua adoção, a conferência de Johannesburgo não é necessária e, se esta se restringir àquelas, estará condenada ao fracasso.

Donde, portanto, extrair otimismo?

Paradoxalmente, talvez o Brasil, que em 1992 teve um papel importante e que, um pouco tardiamente, está assumindo um papel de liderança em 2002.

Afinal, foi nosso país quem lançou a Iniciativa Brasileira de Energia, preparada na Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo, que propõe que 10% da matriz energética mundial seja obtida por meio de energia renovável até 2010.

Hoje essa participação é inferior a 5%, exceto em países como a Suécia e o próprio Brasil. Se adotada, a proposta brasileira resolveria o impasse da ratificação do Protocolo de Kyoto e permitiria reduzir os problemas de poluição local e regional, como o da nuvem de particulados que recobre o Sudeste da Ásia e tem origem na queima de petróleo e carvão pela China e pela Índia. Energias renováveis, como a eólica, fotovoltaica, usinas hidrelétricas e biomassa (principalmente cana-de-açúcar e álcool), são, na realidade, a onda do futuro.

Além disso, a conferência de Johannesburg estimula governos a adotarem medidas locais para melhorar o meio ambiente e promover o desenvolvimento sustentável. Exemplo disso é a criação, pelo presidente da República do Parque Nacional das Montanhas de Tumucumaque, no Amapá. E os programas de produção mais limpa que a Fiesp está estimulando.

Nem tudo serão rosas em Johannesburg, mas, sim, ainda há esperança.

Fonte: Folha de São Paulo  
José Goldemberg